

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**VELHICE E BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ENTRE
OS AGRICULTORES FAMILIARES DO
MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ**

CURITIBA

2003

MARISA SUGAMOSTO

**VELHICE E BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ENTRE
OS AGRICULTORES FAMILIARES DO
MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ**

**Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Curso
de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal
do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva

CURITIBA

2003

É o outro que nos diz que nossa existência tem um sentido. (...) Ele será o herdeiro de nosso pensamento, a memória de nossa memória. Ele testemunhará como nós éramos bonitos, jovens como engordamos, perdemos os cabelos, tivemos diabete ou escrevemos poemas. Sobretudo, ele nos restabelecerá na dimensão do tempo como o desenrolar da história a reconstitui no presente. Recebemos de nossos pais para dar a nossos filhos. A velhice torna-se assim uma passagem entre gerações. Ela tem uma missão. Ela não é apenas sofrida. Ela participa de todo o gênero humano na longa cadeia da vida. O outro escuta, depois, fala. Ele nos fala assim como nós falamos. Então, não estamos aqui apenas para a reprodução. Somos criadores de história, logo, de sentido. O nascimento da velhice é a entrada na idade em que a transmissão pode se realizar.

(OLIEVENSTEIN, 2001)

Agradecimentos

Gostaria de agradecer às pessoas que de alguma forma contribuíram para que esse trabalho fosse realizado:

Aos agricultores e às suas famílias, que tão gentilmente me receberam, permitindo que eu entrasse nas suas casas e nas suas vidas.

Aos amigos Valter Bianchini e Luciano Almeida, pela disponibilidade e atenção em me conduzir pelos caminhos da área rural de Colombo, apresentando-me às pessoas e ao município.

Ao professor Dr. Osvaldo Heller da Silva, pela orientação e amizade.

Ao professor Dr. José Miguel Rasia pela indicação de bibliografia e pela leitura atenta do texto.

À diretoria do IPARDES, que possibilitou minha frequência às aulas do curso, concedeu-me um período de apoio para a realização da dissertação e colocou à disposição o setor de revisão e editoração da instituição para a finalização do trabalho.

Um agradecimento especial às colegas do IPARDES, Stella, Débora, Dirce, Laura, Cristiane e Léia, pela atenção e carinho na elaboração dos mapas, normalização das referências e editoração do texto; bem como à Ana Maria, com quem compartilho o interesse pela questão dos idosos, pela troca de informações e de bibliografia e, ainda, a todos os colegas da Diretoria de Pesquisa do IPARDES, pelo companheirismo e solidariedade.

À colega Marisette Hoffmann Horochovski, que, ao longo do curso, transformou-se numa grande amiga e companheira.

À minha mãe, Rosa, pela paciência e bom humor e à minha irmã, Maria Lúcia, pelo carinho, cumplicidade e pela leitura atenta do trabalho.

Ao meu grande amigo Paulinho (Paulo Delgado), pelas tiradas fantásticas, pelas dicas de literatura e disposição em ouvir as lamúrias dessa mestrandia.

E por fim, ainda no item das lamúrias, é preciso um agradecimento especial à amiga e irmã Maria Rita, minha amiga de infância, pela paciência, bom humor e disponibilidade.

Obrigada.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vi
LISTA DE QUADROS E FIGURAS	viii
LISTA DE SIGLAS	ix
RESUMO	x
INTRODUÇÃO	1
1 O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E A REDEFINIÇÃO DA CONDIÇÃO SOCIAL DO IDOSO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES: PROBLEMATIZAÇÃO	5
1.1 ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO: MAIS QUE UMA VARIÁVEL DEMOGRÁFICA	5
1.2 A PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO BRASIL: DO FUNRURAL AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	9
1.3 ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	14
1.3.1 O Problema da Pesquisa e as Hipóteses de Trabalho	14
1.3.2 Localização e Universo da Pesquisa.....	17
1.3.3 Geração e Tratamento das Informações	22
2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE	28
2.1 AS IDADES DO HOMEM	29
2.2 UMA HISTÓRIA DA VELHICE	36
2.3 SER VELHO HOJE	44
3 A RURALIDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE	50
3.1 A RURALIDADE COMO MODO DE VIDA.....	51
3.2 A AGRICULTURA FAMILIAR: SISTEMA DE VALORES, FORMAS DE SOCIABILIDADE E CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO	58
3.2.1 A Agricultura Familiar como Categoria Social e Analítica.....	59
3.2.2 A Dimensão Simbólica do Patrimônio da Terra na Agricultura Familiar	65
3.2.3 A Ética do Trabalho na Agricultura Familiar	71
4 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE COLOMBO	76
4.1 POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO PARANÁ	77
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA NO MUNICÍPIO DE COLOMBO	82
5 A VELHICE NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR	95

5.1 A VELHICE PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES IDOSOS DE COLOMBO.....	97
CONCLUSÕES	110
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE 1 - PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL EM COLOMBO-PR	122
APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS IDOSOS	133
APÊNDICE 3 - QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS QUE SERVIRAM DE ILUSTRAÇÃO NOS CAPÍTULOS 4 E 5	136
ANEXO 1 - FORMULÁRIO DA PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL (IPEA/IPARDES/DESER)	138

LISTA DE TABELAS

1	APOSENTADORIAS E PENSÕES RURAIS EMITIDAS E CONCEDIDAS NO BRASIL E NO PARANÁ NO PERÍODO 1999-2001.....	15
2	NÚMERO DE BENEFÍCIOS RURAIS CONCEDIDOS E MANTIDOS ENTRE 1990 E 2000 NO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO A ESPÉCIE DO BENEFÍCIO E TOTAL DE BENEFÍCIOS RURAIS POR ANO - PARANÁ - 1990-2000.....	76
3	BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, TIPO DE BENEFÍCIO PRINCIPAL E GÊNERO - PARANÁ - 1998	79
4	NÚMERO DE DOMICÍLIOS POR FAIXA DE RENDA DOMICILIAR E PARTICIPAÇÃO DOS BENEFÍCIOS NA COMPOSIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR - PARANÁ - 1998.....	80
5	PRODUTOS DOADOS PELOS BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL - PARANÁ - 1998	81
6	NÚMERO DE ENTREVISTADOS SEGUNDO O SEXO E RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO - COLOMBO-PR - 2002-2003	83
7	NÚMERO DE DOMICÍLIOS POR FAIXA DE RENDA DOMICILIAR, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, E PARTICIPAÇÃO DOS BENEFÍCIOS NA COMPOSIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR - COLOMBO-PR - 2002-2003	84
8	PRODUTOS DOADOS PELOS BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL - COLOMBO-PR - 2002-2003	85
9	NÚMERO DE FAMÍLIAS COM ALGUM MEMBRO PARTICIPANDO DE ASSOCIAÇÃO OU GRUPO INFORMAL, SEGUNDO A ASSOCIAÇÃO OU GRUPO DE QUE PARTICIPA - COLOMBO-PR - 2002-2003	86
10	NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS MAIORES DE 10 ANOS, RESIDENTES NO MESMO DOMICÍLIO DO ENTREVISTADO, POR RAMO DE ATIVIDADE - COLOMBO-PR - 2002-2003.....	88
11	NÚMERO DE PESSOAS RESIDENTES NO MESMO DOMICÍLIO QUE O IDOSO ENTREVISTADO E DE PESSOAS NO MESMO ESTABELECIMENTO MAS EM OUTRO DOMICÍLIO, SEGUNDO A RELAÇÃO COM O ENTREVISTADO, POR FAMÍLIAS - COLOMBO-PR - 2002-2003.....	88
12	NÚMERO TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NO MESMO ESTABELECIMENTO DO ENTREVISTADO, MAS EM OUTRO DOMICÍLIO, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE DAS PESSOAS ACIMA DE 10 ANOS OCUPADAS E AS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS - COLOMBO-PR - 2002-2003.....	90

13	NÚMERO DE FAMÍLIAS DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO MUDANÇA DE DOMICÍLIO, POR CARACTERÍSTICAS DAS MORADIAS, ACESSO À INFRA-ESTRUTURA E A BENS DE CONSUMO DURÁVEIS - COLOMBO-PR - 2002-2003	94
14	MORBIDADE HOSPITALAR, SEGUNDO CAUSAS, TOTAL E POR SEXO DAS PESSOAS COM 60 ANOS E MAIS, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE COLOMBO-PR - 2002	103

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO 1	DISTRIBUIÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ - 2003.....	24
FIGURA 1	LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO NO ESTADO DO PARANÁ.....	18
FIGURA 2	COMUNIDADES RURAIS PESQUISADAS - COLOMBO - PARANÁ.....	26

LISTA DE SIGLAS

APAC	Associação dos Produtores Agrícolas de Colombo
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
EMATER	Empresa de Assistência Técnica Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
IAPI	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR	Imposto Territorial Rural
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios
PPD	Pessoas Portadoras de Deficiência
PR	Paraná
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SESC	Serviço Social do Comércio
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
UFPR	Universidade Federal do Paraná

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo principal identificar, entre os agricultores familiares idosos do município de Colombo no Paraná, os significados da velhice e o impacto do benefício previdenciário rural sobre essas elaborações, relacionando o modo de vida rural, daquele município com a construção do discurso sobre a velhice. Para tanto, a pesquisa foi organizada de forma a explorar fontes e referenciais, primários e secundários, que pudessem contribuir no esclarecimento da questão do envelhecimento da população brasileira e paranaense, bem como sobre o significado social da velhice nos meios rural e urbano, com ênfase para a questão do rural. Dessa forma, realizou-se um estudo de caso na porção rural do município de Colombo, situado na Região Metropolitana de Curitiba-PR, cujo resultado comprovou os argumentos defendidos em outros estudos, de que o benefício previdenciário tem servido, se não para a melhoria, para a manutenção das condições de sobrevivência da população idosa rural e de seus familiares. Além disso, conclui-se que, para esses trabalhadores, a aposentadoria não está associada com improdutividade, mas com direito e estratégia de sobrevivência. Para os entrevistados, o que retira o agricultor do trabalho é a doença. É a doença, independentemente da idade, que transforma o agricultor em um ser improdutivo, em um velho.

Palavras-chave: previdência social rural; velhice; ruralidade.

INTRODUÇÃO

A proposta para o presente estudo surgiu do trabalho vivenciado na execução e análise da pesquisa Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural na Região Sul, realizada no Ipardes em parceria com o Ipea e o Deser, no período 1998-1999.

Naquele trabalho, buscava-se *levantar o papel desempenhado pelo seguro social universal da previdência social na reprodução da economia familiar de distintas macrorregiões brasileiras, tendo em vista que a Constituição de 1988 possibilitou importantes avanços nos direitos previdenciários dos trabalhadores rurais.*

Agricultores familiares e assalariados rurais, tanto homens como mulheres, passaram a integrar o Regime Geral da Previdência Social, com igualdade de direitos em relação aos trabalhadores urbanos. Entre as principais conquistas estão: redução da idade mínima para a aposentadoria dos homens, de 65 para 60 anos; extensão do direito à pensão por morte para os homens; extensão do direito de aposentadoria para as mulheres a partir dos 55 anos; e aumento do benefício de ½ para 1 salário mínimo.

Na pesquisa "Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural na Região Sul" foram entrevistados 3.000 desses beneficiários da Previdência Social Rural e suas famílias, o que propiciou a criação de um banco de dados rico em informações não exploradas na sua totalidade.

Com a análise dos resultados obtidos na pesquisa realizada pelo Ipea/Ipardes/Deser¹ observou-se a importância do seguro da Previdência Social Rural na manutenção da atividade produtiva das famílias dos idosos inseridos no regime de agricultura familiar, sendo que em 47% dos estabelecimentos rurais em atividade na Região Sul do país, onde reside pelo menos um beneficiário, o benefício é utilizado para a manutenção da atividade produtiva.

¹Pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural na Região Sul – Fase II – 1998-1999. Ipea/Ipardes/Deser.

Outra questão observada foi a importância que o benefício assume no meio rural para a manutenção das famílias dos beneficiários mais pobres, uma vez que para 80% dos domicílios pesquisados o benefício previdenciário representa 50% da renda total do domicílio, podendo vir a confirmar a teoria da redefinição da importância social do idoso, quando inserido no regime geral da previdência, no meio rural: "Constatou-se forte melhoria nas condições da sobrevivência e reprodução socioeconômica, principalmente para as unidades familiares mais pobres, os idosos e as mulheres, estabelecidos em ambientes econômicos rurais mais frágeis, redefinindo-se a renda familiar, o padrão de residência e a ocupação dos domicílios dos aposentados e pensionistas" (SUGAMOSTO; DOUSTDAR, 2000, p.163).

Com base na mesma pesquisa, Delgado (2000) destaca o caráter de seguro agrícola assumido pelo benefício no financiamento da produção para autoconsumo e comercial, possibilitando, inclusive, "a formação de um pequeno excedente na renda dos domicílios, que é praticamente reinvestido na própria atividade produtiva rural, criando condições para a reprodução ampliada dessa economia familiar" (DELGADO, 2000, p.30).

No presente trabalho, a pretensão não é a de analisar uma política pública, no caso a Previdência Social Rural, estabelecendo conexões lógicas entre os objetivos da avaliação, os critérios de avaliação e os modelos analíticos capazes de dar conta da pergunta básica de toda pesquisa de avaliação: "A política ou programa social objeto de análise foi um sucesso ou um fracasso?" Pretende-se, sim, examinar uma das consequências inesperadas que vêm sendo apontadas: a mudança na condição social dos idosos a partir da implementação de uma política pública que adquiriu importância social quantitativamente expressiva no Brasil a ponto de se constituir no subsistema de seguro social de maior cobertura relativa. Dados do Ministério da Previdência indicam que, em 2001, a população beneficiária estava em torno de 6,2 milhões de aposentados e pensionistas rurais. No Paraná, esse número chegava a 460 mil benefícios.

Para tanto, foi realizado um estudo de caso junto à população idosa beneficiária da Previdência Social Rural e residente na área rural do município de Colombo, no Estado do Paraná, inseridas no regime de agricultura familiar.

O objetivo principal deste estudo foi identificar, entre os agricultores familiares idosos daquele município, os significados da velhice e o impacto do benefício previdenciário sobre essas elaborações.

Com essa intenção, procurou-se relacionar a ruralidade, enquanto modo de vida, com o discurso sobre a velhice no meio rural do município de Colombo, confrontando esse discurso com aqueles, presentes na literatura, atribuídos à gerontologia e à geriatria e aos idosos da classe média urbana.

Coube, também, a essa pesquisa, identificar as elaborações sobre a velhice relacionando-as com o gênero do entrevistado e sua inserção no mundo do trabalho, e verificar a importância do recebimento do benefício previdenciário na definição dos significados da velhice entre os agricultores familiares, tendo em vista o papel assumido por esse recurso na manutenção da atividade produtiva da família e da unidade doméstica.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro, procurou-se localizar o tema do estudo traçando um panorama geral da questão do envelhecimento da população brasileira e suas implicações em termos de políticas públicas. Destacou-se, contudo, a política de previdência social rural, tendo em vista a importância que essa política pública tem assumido no meio rural brasileiro. Essa sessão apresenta, ainda, os elementos metodológicos da pesquisa em que estão descritas a problematização e as hipóteses de trabalho, bem como expõe o universo no qual a pesquisa de campo foi realizada e a metodologia para coleta e tratamento das informações.

No segundo capítulo, é apresentada uma revisão da bibliografia acerca das construções sociais da velhice, considerando-as resultantes do embricamento das dimensões histórica e cultural de cada sociedade. Para tanto, autores como Elias, Bourdieu, Beauvoir e Ariès, no plano internacional, e Bosi, Derbert, entre outros, no

plano nacional, são apresentados. Todos esses autores trabalham com a idéia de que não é possível homogeneizar a experiência da velhice, uma vez que ela está intimamente relacionada com a cultura e a classe social de cada indivíduo. É, portanto, uma experiência única que depende, ainda, do projeto de sociedade que aqueles que detém o poder elaboram.

A inclusão de um capítulo sobre a ruralidade neste trabalho (capítulo três) teve por finalidade localizar os atores sociais deste estudo – os agricultores familiares –, destacando a discussão em torno da revalorização do rural e das suas especificidades.

Nos capítulos quatro e cinco, são apresentados e analisados os dados levantados por essa pesquisa. O capítulo quatro expõe os dados referentes à caracterização das famílias dos agricultores familiares beneficiários da previdência social entrevistados em 64 municípios do Estado do Paraná, no ano de 1998, e no município de Colombo - PR, entre 2002 e 2003. A caracterização desses agricultores e de suas famílias teve por referência um questionário aplicado junto aos agricultores idosos, que reunia questões relativas à identificação e caracterização do entrevistado, ao benefício previdenciário recebido, às condições de moradia do entrevistado; às relações familiares e à organização social da comunidade; à inclusão do beneficiário em uma atividade econômica; à caracterização ocupacional dos membros da família do idoso entrevistado e à renda familiar.

O quinto capítulo trata de qualificar os dados apresentados no capítulo anterior. Nele são destacados aspectos do modo de vida das famílias dos entrevistados considerando as estratégias de sobrevivência adotadas, sejam elas relativas à manutenção da posse da terra ou às relações familiares e de trabalho. Além disso, ressalta-se o significado social da velhice para esses agricultores idosos, considerando a heterogeneidade e as especificidades da velhice para cada indivíduo. Dessa forma, são trabalhadas dimensões específicas do envelhecimento relacionadas à diversidade de arranjos dessa situação quando se considera a classe social, a cultura, o gênero e a estrutura familiar.

1 O BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO E A REDEFINIÇÃO DA CONDIÇÃO SOCIAL DO IDOSO ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES: PROBLEMATIZAÇÃO

1.1 ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO: MAIS QUE UMA VARIÁVEL DEMOGRÁFICA

O envelhecimento da população é considerado como o principal fenômeno demográfico do final do século XX tanto nos países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. O crescimento do segmento idoso está relacionado com o aumento da longevidade – resultado da redução da mortalidade e da queda da fecundidade:

A queda da fecundidade – fenômeno quase universal hoje – tem levado a que esse segmento populacional que passou a viver mais tenha um peso maior no total da população, pela redução relativa do número de nascimentos. (...)

No caso brasileiro, o envelhecimento populacional pode ser traduzido no aumento da proporção da população de 60 anos e mais no total da população brasileira – de 4% em 1940 para 8% em 1996. Espera-se que esse contingente atinja a magnitude de 28,5 milhões de pessoas no ano de 2020 e que continue a crescer a taxas elevadas pelo chamado *momentum* demográfico. Ou seja, uma proporção importante do seu crescimento já está determinada pela estrutura etária atual: os idosos do futuro já nasceram. A queda da mortalidade da população idosa tem desempenhado também um papel importante no crescimento desse segmento. Ela fez com que a esperança de sobrevida da população masculina de 60 anos e mais aumentasse em 4,2 anos entre 1980 e 1996 e a da feminina, em 3,9 anos (CAMARANO; MEDEIROS, 1999, p.1).

O IBGE (2002b), utilizando-se de Carvalho e Andrade² para definir, do ponto de vista demográfico, o conceito de envelhecimento, destaca que, no plano individual, envelhecer significa aumentar o número de anos vividos. Porém, paralelamente a essa evolução cronológica, existem fenômenos de ordem social a serem considerados para a percepção do envelhecimento.

²CARVALHO, J. A. M. de; ANDRADE, F. C. D. Envejecimiento de la población brasileña: oportunidades y desafíos. In Encuentro Latino Americano y Caribeño sobre las Personas de Edad, 1999, Santiago. *Anais...* Santiago: CELADE, 2000, p.81-102.

Nas sociedades ocidentais é comum associar o envelhecimento com a saída da vida produtiva pela via da aposentadoria. São considerados velhos aqueles que alcançam 60 anos de idade. É difícil caracterizar uma pessoa como idosa utilizando como único critério a idade. Além disso, neste segmento conhecido como terceira idade estão incluídos indivíduos diferenciados entre si, tanto do ponto de vista socioeconômico como demográfico e epidemiológico. Na análise de Parahyba (1998), relativa aos indicadores sociais deste grupo populacional, os diferenciais por sexo, educação e renda costumam ser bastante expressivos (IBGE, 2002b, p.2).

Para Camarano (2002), mesmo existindo o entendimento de que existem maneiras diferentes de perceber a velhice a partir de critérios socioculturais e econômicos, a utilização do critério etário acaba prevalecendo justamente pela dificuldade em se estabelecer um critério universal. Dessa forma, os diversos estudos sobre o envelhecimento da população brasileira, principalmente os de cunho demográfico, "...consideram como idosos o segmento formado pela população maior de 60, assumindo uma homogeneidade nesse segmento". Contudo, quando se entende o envelhecimento levando em conta as variações culturais, é possível se "...referir a processos biológicos, aparência física, eventos de desengajamento da vida social, como aposentadoria, e o aparecimento de novos papéis, como o de avós. Como o segmento idoso compreende um intervalo etário amplo, aproximadamente 30 anos, é comum distinguir dois grupos: os idosos jovens e os mais idosos" (CAMARANO, 2002, p.4-5).

Segundo o Censo Demográfico de 2000, o contingente de pessoas com 60 anos ou mais do Brasil cresceu, entre 1991 e 2000, em quase 4 milhões de pessoas, passando de 10.722.705 para 14.536.029 pessoas. Esses dados também apontam para um aumento no peso relativo dessa população: em 1991 os idosos eram 7,3% da população total e em 2000 passaram a representar 8,6%. Para Camarano (2002), as projeções populacionais para 2020 apontam que essa população poderá corresponder a 15% da população brasileira.

Os estudos demográficos têm demonstrado, também, que o contingente dos mais idosos, com 75 anos ou mais, mesmo ainda sendo pequeno (2,1% da população de 60 anos ou mais em 2000), tem crescido de modo bastante acelerado. Dados do IBGE (2002b) demonstram que no período 1991-2000 esse grupo apresentou crescimento de 49,3%.

Com relação ao sexo dessa população, destaca-se que esta tem sofrido um processo de feminilização. Dados do Censo Demográfico 2000 apresentam 55,1% dos idosos do Brasil como sendo do sexo feminino. Essa diferença é explicada a partir dos estudos relativos à expectativa de vida entre os sexos. Segundo o IBGE (2002b), o fenômeno da maior expectativa de vida para as mulheres é mundial, sendo que no Brasil as mulheres vivem, em média, oito anos a mais que os homens e representam cerca de 55% da população idosa.

Considerando que, segundo Debert (1988a), o significado social da velhice está relacionado diretamente ao gênero, a maior longevidade feminina acaba por determinar mudanças profundas nas várias esferas da vida social, seja no que diz respeito aos arranjos familiares, seja na demanda por políticas públicas.

Estudos realizados por essa autora com idosos da classe média urbana demonstram que, naquele contexto, as mulheres trabalham a chegada da velhice de modo a desnaturalizá-la e personalizá-la. "Tendem a ver o envelhecimento como uma questão de autoconvencimento, que envolveria um entregar-se sem resistência a um processo considerado geralmente natural" (DEBERT, 1988a, p.64). Assim como a viuvez significa autonomia e independência.

Para Camarano (2002) a feminilização da velhice "...tem implicações em termos de políticas públicas, pois uma grande parte das mulheres é viúva, vive só, sem experiência de trabalho no mercado formal e são menos educadas. Nem sempre a maior longevidade feminina é vista como vantagem. A maior esperança de vida faz com que muitas mulheres idosas passem pela experiência de debilitação biológica devido a doenças crônicas, enquanto os homens morrem antes" (CAMARANO, 2002, p.4).

O envelhecimento da população brasileira trouxe, além da proliferação dos estudos demográficos, a preocupação dos técnicos com a pressão que esse contingente poderia trazer sobre os gastos do governo com a previdência e a saúde.

Como consequência desse processo, o Brasil assistiu a um redirecionamento das demandas por políticas públicas, visto, inicialmente, sob a ótica que associa envelhecimento com dependência e com improdutividade, e transforma o idoso em um peso para o Estado, a sociedade e a família.³

Contudo, já existem trabalhos que avaliam a situação do idoso no país demonstrando uma inversão na mão economicista dessa dependência, ou seja, o idoso considerado como dependente da família para sobreviver passa a assumir o papel de provedor, seja por continuar inserido no mercado de trabalho, principalmente informal, seja por integrar o contingente de beneficiários da previdência social.

Por estar em melhor situação financeira, o idoso tem exercido um papel importante de suporte às suas famílias. A sua contribuição na renda da família em que está inserido ultrapassa os 50% mesmo quando ele já passa os 80 anos. Além disso, levando em conta as dificuldades experimentadas pelos adultos e jovens nessa década, o idoso, por possuir casa própria na sua maioria, tem crescentemente recebido em seu domicílio filhos adultos e crianças classificadas como parentes, as quais, na maioria das vezes, são netos. Na área rural, este, de posse do benefício da aposentadoria rural, tem se responsabilizado não só pelo sustento familiar, mas também por contribuir com um excedente para a pequena produção agrícola. A dependência da família em relação ao idoso é ainda maior nas classes de renda mais baixa (CAMARANO; EL GHAOURI, 1999, p.304).

Para Delgado (2000) e Camarano e El Ghaouri (1999), a extensão dos direitos previdenciários à população rural estaria transformando a representação que se tem do idoso justamente pela possibilidade da entrada de recurso financeiro na família, advindo da sua condição de velho, de incapaz ou semicapaz para o trabalho. Ou seja, estaria "...desempenhando um papel muito importante não só na subsistência do idoso e de sua família, como também estimulando a pequena produção agrícola. Esse resultado não previsto tem elevado o *status* social do idoso beneficiário, fazendo com que este passe da condição de assistido para assistente, pela importância que a sua renda vem desempenhando na família" (CAMARANO; MEDEIROS, 1999, p.3).

³CAMARANO e MEDEIROS (1999, p.2) destacam que: "Essa visão parte da premissa de que, a partir de determinada idade que se convencionou chamar idosa, o indivíduo consome mais do que produz, o que o torna dependente. Por outro lado, admite-se que pessoas com idade inferior à que demarca o limite do idoso, ou seja, que estejam num determinado intervalo etário considerado como ativo, produzem mais do que consomem e, além do mais, os determinantes desses papéis (atividade e dependência) são apenas demográficos."

1.2 A PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO BRASIL: DO FUNRURAL AO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Considera-se o ano de 1923 o marco oficial de criação do sistema previdenciário brasileiro. Contudo, ainda no século XIX existem registros de planos de benefícios destinados a servidores militares e civis da União.

A Lei Eloy Chaves, promulgada em 1923, criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). As CAPs foram estruturadas por categorias profissionais e estavam restritas a uma parcela dos empregados urbanos de certas companhias. Paulatinamente, o benefício foi estendido a outras categorias e as CAPs, no decorrer dos anos 30 e 40, foram reestruturadas, dando origem aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Estes eram organizados por setor de atividade (industriais, bancários, etc.) e atendiam apenas aos trabalhadores formais, apesar de a Constituição de 1934 determinar que todo trabalhador brasileiro tinha direito à cobertura previdenciária. A existência de um ideal de sociedade harmônica favorecia a criação de mecanismos de controle sobre a classe operária que emergia do processo de industrialização em andamento. As políticas sociais implantadas na área trabalhista e previdenciária assumiram esse papel e serviram à antecipação de demandas e ao favorecimento de algumas categorias profissionais com maior influência política.

Em 1963, ano da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), é publicada a Lei n.º 4.214, denominada Estatuto do Trabalhador Rural, a qual criava o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural) e incluía, efetivamente, o trabalhador rural no sistema previdenciário. Para o financiamento do fundo foi definida uma contribuição de 1% do valor da primeira comercialização do produto rural, a ser paga pelo produtor ou, mediante acordo prévio, pelo comprador. A arrecadação das contribuições e a administração do fundo foi entregue ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi). Os benefícios aos quais os trabalhadores rurais teriam direito seriam: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, pensão por morte, assistência maternidade, auxílio-doença, auxílio-funeral e assistência médica. A falta de recursos financeiros limitou a prestação do serviço (BELTRÃO; OLIVEIRA; PINHEIRO, 2000, p.3).

Em 1967, o Estatuto do Trabalhador Rural passa por reformulações (Decreto-Lei n.º 276), ou seja, a arrecadação das contribuições passa a ser gerenciada pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); os benefícios são limitados à assistência médica e social; o percentual recolhido na primeira comercialização passa a ser obrigação daquele que adquire o produto. Em 1969, é instituído, por decreto-lei, o Plano Básico da Previdência Social, cujo objetivo era, a princípio, amparar os trabalhadores rurais da agroindústria canavieira a partir da contribuição de empregados e empregadores. Posteriormente, esse plano foi estendido a outras atividades da área rural, sem, no entanto, atingir seus objetivos de ofertar aos trabalhadores rurais aposentadoria por invalidez, aposentadoria por velhice, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-funeral e auxílio-reclusão.

Em 1971, o Plano Básico da Previdência Social foi extinto e criou-se, por decreto-lei, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), sendo que a responsabilidade pela execução do programa coube ao Funrural, que além dessa atribuição administrava o fundo de contribuições. As contribuições estipuladas pelo programa eram: 2,1% sobre o valor de comercialização, a ser pago por aquele que adquirisse o produto; e 2,4% sobre a folha de salários da área urbana.

O Prorural/Funrural beneficiava os trabalhadores rurais dependentes e autônomos em regime de economia familiar, pescadores (a partir de 1972) e garimpeiros (a partir de 1975), bem como seus dependentes, oferecendo aposentadoria por idade aos 65 anos, aposentadoria por invalidez, pensão para viúvas e órfãos, auxílio-funeral e assistência médica. A percepção da aposentadoria por idade ou invalidez era devida apenas ao chefe da família e perfazia o valor de meio salário mínimo; a pensão equivalia a 30% do SM. A partir de 1974/1975, foi incluída no plano de benefícios a Renda Mensal Vitalícia para idosos a partir dos setenta anos de idade ou para inválidos, dirigida àqueles que não completassem os requisitos estabelecidos para a aposentadoria/pensão, também no valor de meio salário mínimo. Inclui-se, também, o seguro acidente de trabalho rural. A assistência médica era administrada via convênios com organizações locais, em especial via sindicatos rurais, os quais a Lei n.º 11/1971 (art.28) previa explicitamente como parceiros do Funrural (DELGADO; SCHWARZER, 2000, p.194).

Os analistas da questão previdenciária da área rural destacam a estrutura do Funrural por seu aspecto redistributivista da renda no sentido urbano-rural, contudo enfatizam também o caráter desmobilizador dos sindicatos de trabalhadores rurais que esse programa assumiu, tendo em vista que a ditadura militar trabalhou no sentido de

cooptar esses sindicatos rurais por meio dos recursos repassados para a assistência médica. "Do ponto de vista dos militares, ademais, a previdência rural teria a qualidade de contribuir para a integração do setor rural ao projeto de 'justiça social' e evitaria a intensificação da migração rural-urbana ao tornar disponível, no campo, uma infraestrutura de assistência médica e benefícios monetários, mesmo que precariamente" (DELGADO; SCHWARZER, 2000, p.193), servindo, dessa forma, perfeitamente como instrumento de controle social para o governo militar.

O Funrural foi extinto em 1977 com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas). Desse sistema faziam parte o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que administrava os benefícios monetários, e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), encarregado da assistência médica.

A Constituição de 1988 trouxe a inclusão dos trabalhadores rurais no Regime Geral da Previdência Social, acabando com o tratamento diferenciado dado aos trabalhadores rurais. Dessa forma, agricultores familiares e assalariados rurais, tanto homens como mulheres, passaram a integrar o Regime Geral da Previdência Social, com igualdade de direitos em relação aos trabalhadores urbanos.

As mudanças implantadas pela Constituição de 1988, e regulamentadas em 1991, no sistema previdenciário para os trabalhadores rurais, foram: redução da idade mínima para a aposentadoria dos homens, de 65 para 60 anos; extensão do direito à pensão por morte para os homens; extensão do direito de aposentadoria para as mulheres a partir dos 55 anos, independentemente de serem ou não chefes de família; aumento do benefício de meio para 1 salário mínimo.

A comprovação do direito de recebimento do benefício sofreu modificações em atenção às especificidades da atividade rural. Dessa forma, a comprovação da vinculação à atividade rural do pretendente ao benefício passou a ser feita, além da convencional verificação contracheque, contrato de trabalho e carteira de trabalho, por meio das notas de venda do produtor rural, contrato de parceria ou de arrendamento ou declaração do sindicato rural homologada pelo INSS.

Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) substituiu a Renda Mensal Vitalícia (RMV) pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), também conhecido como Amparo Assistencial, que teve sua concessão a partir de 1996. Esse benefício é extensivo aos trabalhadores da área urbana e rural, indiscriminadamente, sem pré-requisito de contribuição anterior, ao contrário da RMV, que previa o mínimo de 12 contribuições mensais. O recebimento do benefício, no entanto, está condicionado a que a renda familiar mensal *per capita* do candidato ao seu recebimento não ultrapasse um quarto do salário mínimo e a idade de 67 anos, para homens e mulheres. Institui-se, também, o benefício para Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD) que, além da invalidez, já contemplada na RMV, passou a beneficiar também pessoas portadoras de deficiências congênitas.

Além das características apresentadas acima, a previdência rural distingue-se no sistema previdenciário brasileiro pela sua forma de financiamento. Essa característica transforma o subsistema rural em transferidor de renda, uma vez que, desde os tempos do Funrural, as contribuições do setor são inferiores aos gastos com o pagamento dos benefícios.

O Funrural tinha como base estruturante o recolhimento de 2,4% da contribuição sobre a folha de pagamento das empresas urbanas, além dos 2% fixados sobre a comercialização dos produtos rurais. Esse caráter redistributivista manteve-se na versão implantada pela Lei de Custeio da Previdência em 1991, que, além das contribuições acima especificadas, passou a exigir do trabalhador rural avulso o recolhimento da contribuição. Com relação aos segurados especiais, que, segundo aquela lei, são "...o produtor, parceiro, meeiro e arrendatário rural, o garimpeiro, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam atividades individualmente ou em regime de economia familiar..." (Lei n.º 8.212/91, art. 12, item VII), manteve-se o caráter facultativo do recolhimento sob a forma de "carnê de autônomo".

Dessa forma, a previdência rural passou a contar com três fontes de arrecadação: a contribuição sobre a folha de pagamento do setor rural, a contribuição sobre a comercialização dos produtos rurais e a transferência de recursos das contribuições

recolhidas sobre a folha de pagamento urbana. Além das reformulações ocorridas na legislação relativa às fontes de captação de recursos para a Previdência Social Rural, constata-se a existência de problemas estruturais na efetivação da arrecadação:

As bases fiscais sobre as quais incide a arrecadação rural legal – valor bruto da produção agropecuária e salários pagos no setor formal da economia rural – padecem de dois dilemas no campo da arrecadação previdenciária. A primeira base fiscal é susceptível, principalmente, de inúmeras formas de evasão da produção oriunda da economia familiar (do segurado especial) se comercializada no pequeno varejo e nos mercados locais.

A grande produção também encontra formas de evasão fiscal. A segunda base fiscal é talvez a que tem menor potencial contributivo, não por questões de evasão, mas em razão do histórico alto grau de informalização do trabalho rural, cuja taxa de formalização é a mais baixa dos setores da economia – algo em torno de 8,9% da PEA rural em 1993, e 9,1% da PEA rural em 1998, segundo os dados das PNADS respectivas.

A terceira base fiscal importante – a folha de pagamento patronal urbana, indiretamente associada ao financiamento rural – tem-se mantido com valor relativamente estável ao longo da década, ainda que afetada negativamente pelo aumento da informalização do trabalho no setor urbano (DELGADO; SCHWARZER, 2000, p.205-206).

Delgado e Schwarzer (2000, p.206) destacam, ainda, que o grande desafio para os gestores do sistema está em dimensionar "o potencial futuro de cada uma das bases fiscais", uma vez que é necessário lidar com dificuldades de conhecimento empírico, ou seja, "...dimensionar a tendência futura dessas bases econômicas e diminuir a brecha da evasão fiscal a que estão submetidas no presente, projetando-a ao futuro."

A inclusão dos trabalhadores rurais no Regime Geral da Previdência Social pode ser considerada a política de caráter mais universalista dentre as políticas sociais implantadas a partir da Constituição de 1988. Esse caráter é dado pelo papel social que a previdência rural tem desempenhado na elevação da renda no campo, ultrapassando a função de servir como "seguro contra a perda da capacidade laborativa", e colaborando para a erradicação da pobreza no meio rural.

O fato de, no caso específico do segurado especial, a arrecadação se dar sobre a venda da produção, além da necessidade de transferência dos recursos recolhidos sobre a folha de pagamento urbana para a efetivação do pagamento dos benefícios rurais, tem sido usado como argumento para justificar parte do déficit da previdência e as alterações na forma de condução dos processos de encaminhamento do benefício.

Nos primeiros cinco anos de implantação, 3.218.623 novos beneficiários foram incluídos no sistema, independentemente de sua capacidade contributiva. Esse

grande número de novos benefícios, apesar de ter resultado em um grande impacto sobre o orçamento geral da previdência, apresentou efeitos sobre a renda familiar e sobre as condições de segurança e proteção social das famílias rurais dos segmentos mais débeis da pirâmide social residentes nos pequenos municípios do Brasil. O caráter redistributivista dessa ação atingiu, direta e indiretamente, a população de todos os municípios através das transferências orçamentárias, que significaram, em 1997, 1,3% do PIB.

1.3 ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

1.3.1 O Problema da Pesquisa e as Hipóteses de Trabalho

A nova legislação do sistema previdenciário rural possibilitou a inclusão de um número significativo de pessoas, principalmente no período 1992-1994, em que a extensão de cobertura foi de aproximadamente 2,4 milhões de benefícios. Nesse período, segundo dados do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, o número total de benefícios rurais passou de 4,11 milhões para 6,48 milhões. Isso ocorreu em consequência da demanda reprimida que as novas regras – expansão das aposentadorias por idade devido à redução da idade mínima e extensão do benefício para as mulheres – impuseram.

Analizando a concessão de benefícios de aposentadorias e pensões rurais no período entre 1999 e 2001, percebe-se que o crescimento desses benefícios tem se mantido constante, sendo determinado, nesse momento, por fatores de ordem demográfica e da burocracia interna da previdência social. O mesmo ocorre para os benefícios emitidos⁴ (tabela 1).

⁴O MPAS distribui os benefícios previdenciários da seguinte forma: **benefícios concedidos** são aqueles cujos requerimentos foram apresentados junto à Previdência Social, analisados, deferidos e liberados para pagamento. A concessão corresponde, portanto, ao fluxo de entrada de novos benefícios no sistema previdenciário. Após a entrada, esses benefícios passam a ser denominados **benefícios emitidos**. Dessa forma, benefícios emitidos são aqueles benefícios que estão ativos no cadastro, ou seja, aqueles que efetivamente geram emissão de créditos para encaminhamento à rede pagadora de benefícios (Anuário..., 2001).

TABELA 1 - APOSENTADORIAS E PENSÕES RURAIS EMITIDAS E CONCEDIDAS NO BRASIL E NO PARANÁ NO PERÍODO 1999-2001

ANO	BRASIL					
	Benefícios emitidos			Benefícios concedidos		
	Aposent.	Pensões	Total	Aposent.	Pensões	Total
1999	4.256.082	1.540.897	5.796.979	333.993	96.293	430.286
2000	4.432.965	1.597.024	6.029.989	339.999	101.255	441.254
2001	4.536.838	1.640.789	6.177.627	267.119	93.097	360.216

ANO	PARANÁ					
	Benefícios emitidos			Benefícios concedidos		
	Aposent.	Pensões	Total	Aposent.	Pensões	Total
1999	312.603	128.008	440.611	19.485	8.029	27.514
2000	319.202	131.905	451.107	20.140	8.537	28.677
2001	325.022	135.089	460.111	19.040	7.809	26.849

FONTE: Anuário Anual da Previdência Social - MPAS 2001

As mudanças ocorridas na Previdência Social Rural foram de ordem quantitativa, mas também serviram para implementar mudanças qualitativas. Schwarzer e Querino (2002) afirmam que vários estudos têm demonstrado a importância do benefício previdenciário rural na composição da renda das famílias do campo. Para esses autores, esse "efeito impulsionador" que os benefícios previdenciários, enquanto renda regular, dão na composição da renda das famílias mais pobres tem conseqüências variadas: possibilita a redução da pobreza no campo; possibilita a compra de medicamentos e o acesso a alguns dos serviços privados de saúde; sustenta filhos e netos desempregados; permite a realização de melhorias na moradia; tem servido de seguro agrícola para pequenos produtores; redistribuição regional da renda, tendo em vista que, em muitos dos pequenos municípios, as transferências da previdência para os beneficiários são maiores que os recursos das prefeituras municipais; serve como suporte da economia local, mantendo o comércio e as agências bancárias nos municípios. Por fim, os autores destacam as mudanças ocorridas nos papéis familiares dos beneficiários rurais:

O recebimento de benefício da Previdência Social redefiniu o papel social dos idosos nas famílias e comunidades rurais brasileiras. A mudança nos papéis é particularmente evidente no caso das mulheres, que agora possuem uma fonte de renda própria. Mesmo quando as mulheres idosas continuam morando com seus filhos, a relação é qualitativamente diferente. Também é importante enfatizar que, em vez da erosão dos laços familiares, a solidariedade nas famílias normalmente é fortalecida com o sistema de aposentadorias e pensões não contributivas (SCHWARZER; QUERINO, 2002, p.19).

Verificar até que ponto essas elaborações acerca da importância social do idoso na dinâmica das comunidades rurais são perceptíveis aos agricultores familiares aposentados e pensionistas é o interesse deste trabalho. Para tanto, toda a pesquisa busca responder à questão principal: Quais os significados da velhice para os agricultores familiares? Mais especificamente, a entrada do benefício previdenciário interfere nos significados da velhice entre os agricultores familiares idosos?

A partir dessa questão geral, quatro hipóteses são levantadas e norteiam a pesquisa:

1. O significado dado à velhice pelos agricultores familiares idosos é o mesmo existente no meio urbano, ou seja, aquele assumido pela gerontologia e pelo Estado, que definem a velhice a partir da capacidade do indivíduo para o trabalho, para a geração de renda.

Dessa forma, a extensão dos direitos previdenciários na área rural teria, assim como nos espaços urbanos e microurbanos, elevado a condição social do idoso beneficiário, dada a importância que essa renda assume para a subsistência das famílias e da agricultura familiar.

2. O fato de a família rural ter suas raízes assentadas na propriedade patriarcal da terra possibilitaria ao idoso, mesmo em condições de impossibilidade de trabalho, gerenciar a produção agrícola e a distribuição dos recursos financeiros e do trabalho na família.

Nesse caso, o recurso financeiro advindo do benefício previdenciário estaria assegurando a manutenção do poder do idoso na família uma vez que é ele, independentemente das suas condições físicas, quem continua desempenhando o papel de administrador e financiador da produção e do grupo familiar.

3. Na sociedade capitalista, a categoria trabalho serve como um demarcador da entrada no mundo da velhice. Ser velho significa estar excluído do mundo do trabalho e da produção. No contexto da agricultura familiar, o trabalho também é considerado um marco na definição do "ser velho". Contudo, existe uma redefinição de atribuições, de atividades dentro do mundo do trabalho e não a exclusão.

4. Estudos com idosos da classe média urbana concluem que homens e mulheres elaboram representações diferentes da velhice. Enquanto para os homens a velhice é um momento de recolhimento, para as mulheres é sinônimo de liberdade.

Considerando que, no caso da agricultura familiar, em geral, a divisão do trabalho, por sexo e idade, estabelece que a gerência da propriedade e dos recursos financeiros advindos da venda da produção estão sob a responsabilidade do homem, a disponibilidade de recurso financeiro (benefício previdenciário) sob o controle, pela primeira vez, da mulher agricultora interfere na condição social da mulher idosa no meio rural.

1.3.2 Localização e Universo da Pesquisa

Na procura por responder à questão central deste trabalho – quais os significados da velhice para os agricultores familiares idosos? –, deliberou-se sobre a necessidade de realização de um estudo qualitativo⁵ envolvendo os agricultores inseridos tanto no regime geral da previdência quanto no regime da agricultura familiar. Para tanto, optou-se pela realização dessa pesquisa no município de Colombo, situado na Região Metropolitana de Curitiba - RMC, no Estado do Paraná.

A escolha desse município se deu por entender-se que ele mantém características próprias da agricultura familiar, está inserido no universo de pesquisa do grupo de estudos sobre o rural, existente no Departamento de Ciências Sociais da UFPR, do qual o orientador e a autora deste trabalho fazem parte, bem como pela facilidade de acesso em decorrência da proximidade com o município de Curitiba.

⁵"Analisar as populações rurais por meio dos números referentes à mobilidade, produção, área das propriedades, posição no quadro nacional sob estes vários aspectos, é tarefa excelente, cabível sobretudo ao demógrafo e ao economista. O sociólogo, porém, não pode satisfazer-se neste nível. Desce então ao pormenor, buscando na sua riqueza e singularidade um corretivo à visão pelas médias; daí o apego ao qualitativo,..." (CÂNDIDO, 1982, p.19).

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO NO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: IPARDES

A história de Colombo está intimamente relacionada com a história da imigração européia, mais especificamente a italiana, para o Estado do Paraná. Esse processo, ocorrido entre o final do século XIX e início do século XX, tinha por objetivo modernizar as relações de trabalho na agricultura e ocupar as áreas do entorno da capital da recém criada Província do Paraná.

A Província do Paraná, que, desde a fundação de Paranaguá no século XVII participou ativamente da economia nacional, primeiramente com o ouro e posteriormente com a criação de gado e a extração da erva-mate para a exportação, entra no século XIX com uma agricultura de subsistência bastante limitada e pouco dinâmica, necessitando importar produtos essenciais. Nesse período, crescem a atividade pecuária, no primeiro e segundo planaltos, e a extração do mate, motivada pelo comércio com os países da Bacia do Prata, monopoliza a mão-de-obra no litoral e primeiro planalto (SANTOS, 1995, p.26). Mão-de-obra esta, basicamente, escrava. Balhana (1972, p.122) e Karam (2001, p.49) destacam que a participação social e econômica dos escravos na formação da população paranaense é bastante significativa e persistiu durante longos anos, tendo contribuído no processo de transição do Paraná de Comarca para Província, ocorrido em meados do século XIX.

A emancipação política do Paraná em 1854 estava associada a um processo, que Karam (2001, p.50) denomina modernidade e desenvolvimento, cuja principal diretriz era a emancipação do trabalho escravo, implementando políticas em direção ao trabalho livre, por meio da colonização com imigrantes estrangeiros, e que Santos (1995) resume da seguinte forma:

A introdução do trabalhador estrangeiro, através do processo de colonização, era parte de um projeto maior que buscava (...) a modernidade, o progresso para a província paranaense (...) na segunda metade do século XIX. E dentro desse projeto, a formação de uma estrutura agroalimentar representava papel essencial, pois (...) o sistema de colonização inaugurava nova forma de propriedade (a pequena produção), nova unidade econômica (a família), novo tipo de relação de produção (o campesinato autônomo e o Estado) e novo padrão de produção (através das técnicas trazidas pelos imigrantes estrangeiros) (SANTOS, 1995, p.73).

Diferentemente de São Paulo, o sistema de colonização estrangeira no Paraná não esteve ligado à lavoura de exportação, mas à produção de subsistência e à oferta de alimentos para as cidades que surgiam impulsionadas pelo ciclo da erva-mate. Como resultado dessa política, a região de Curitiba, segundo Karam (2001), recebeu entre 1872 e 1900 cerca de 30 mil imigrantes de origem polonesa, alemã e italiana, entre outros.

A constituição de colônias "fechadas", compostas na sua maioria por uma única etnia, possibilitou a reprodução do universo social em que viviam em seus países de origem. Essa reprodução foi experimentada inclusive nas relações de produção e na constituição da ruralidade⁶ local:

Os imigrantes europeus que aqui chegaram vieram da tradição da economia camponesa de que fala Chayanov. Certamente, não eram entidades autárquicas, sequer independentes, entretanto, apesar de sua inserção, ou até subordinação ao conjunto social mais amplo do sistema capitalista, distinguiam-se por conterem elementos de permanência, de continuidade, de um modo de ser. Como diria Chayanov a respeito do camponês, eram "sujeitos criando sua própria existência", traziam as condições de sua reprodução e seu desenvolvimento (KARAM, 2001, p.46).

A comunidade de Colombo, transformada em município em 1890, teve seu primeiro núcleo populacional instalado em 1878, nas proximidades do Rio Butiatumirim, a 23 km de Curitiba, sob o nome de Colônia Alfredo Chaves. A Colônia foi criada pela presidência da Província do Paraná, com a finalidade de realocar 38 famílias de colonos italianos instalados na Colônia Nova Itália, no município de Morretes, que se encontravam mal alojadas, sem trabalho e insatisfeitas com as condições gerais daquela colônia.

No mês de março, quando pela primeira vez visitei esta colônia, existiam preparados 150 lotes e, sem destino, cerca de três mil colonos, número que posteriormente aumentou. Grande parte destes colonos, filhos de províncias do norte da Itália, não se podendo acomodar com o clima de Morretes, foi por mim transferida para as novas colônias:

⁶No capítulo três esse conceito será melhor trabalhado. Contudo, cabe destacar nesse momento que se adota o conceito de Wanderley para ruralidade. Tal autora destaca o espaço rural como um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade, mas que contém características próprias, particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas. Um espaço físico e um lugar de vida com diversidade interna e não generalizável (WANDERLEY, 2001, p.32).

Alfredo Chaves, Antônio Rebouças, Nova Tirol, Murici e Inspetor Carvalho; e outra parte, não pequena, retirou-se por conta própria para esta capital, em cujo rocio se tem estabelecido (FERRARINI, 1992, p.113).

Atualmente, Colombo destaca-se no conjunto da RMC como o terceiro município em número de habitantes, tendo registrado no Censo Demográfico de 2000 uma população total de 183.329 habitantes; desse total, 95,44% residem na área urbana e 4,56%, na área rural⁷. O município sobressai-se por apresentar, desde a década de 70, taxas elevadas de crescimento populacional, mantendo no último período censitário um patamar de 5,09% ao ano, número bem superior à taxa de Curitiba (2,13% a.a.) e à média da RMC (3,17% a.a.).

Cabe ressaltar que a expansão da população do município tem se dado como um resultado do extravasamento de Curitiba na fronteira sul de Colombo. Ali, existe uma ocupação urbana com crescimento intenso que, em 1996, representava 92% da população total, conforme Contagem da População efetuada pelo IBGE. É nessa área que se concentram, também, as atividades econômicas urbanas, preservando, em parte, a sede e a porção norte do município (área rural) da expansão urbana (KLEIKE; URBAN, 2001, p.3).

Segundo dados do IPARDES (2002), Colombo, em 1999, ocupava o quinto lugar no total do Produto Interno Bruto da RMC, com 3,02% do total produzido, apresentando uma estrutura econômica em que o setor de serviços aparece em primeiro lugar (48,09%); a indústria vinha em seguida (42,58%), com a agropecuária em último lugar (9,32%). Destaca-se que, embora o setor agropecuário apareça com uma contribuição, proporcionalmente, menor na formação da renda, é responsável por uma expressiva produção de olerícolas, que se expande ano a ano, colocando o município como o principal produtor da RMC. A olericultura, cultivada de forma tradicional ou orgânica constitui a principal atividade dos agricultores familiares instalados no município, com 75,15% dos estabelecimentos rurais desenvolvendo essa atividade, segundo o Censo Agropecuário de 1995/1996.

⁷Também no capítulo três serão discutidos os conceitos de rural e urbano e as implicações da utilização arbitrária destes.

A população idosa – acima de 60 anos – da área rural de Colombo representa 7,41% da população rural do município, perfazendo um total de 620 pessoas, segundo o Censo Demográfico de 2000. A Superintendência Regional do Ministério da Previdência Social em Curitiba informou que em julho de 2003 pagou 2.061 benefícios rurais naquele município, perfazendo R\$ 495.480,10. Essa diferença entre a população rural acima de 60 anos (considerada população idosa) e o número de benefícios pagos está relacionada, em parte, ao fato de as mulheres rurais receberem a aposentadoria a partir dos 55 anos e de existirem pessoas que recebem até dois benefícios (aposentadoria e pensão do cônjuge falecido). Outra possibilidade a ser considerada é a de existirem beneficiários rurais residindo na área urbana.

1.3.3 Geração e Tratamento das Informações

Para o desenvolvimento da proposta aqui apresentada, o trabalho de pesquisa foi organizado de forma a explorar fontes e referenciais, primários e secundários, que possam elucidar a questão do envelhecimento da população brasileira e paranaense e, acima de tudo, esclarecer o significado social da velhice no meio rural.

Tendo em vista a intenção de relacionar o recebimento do benefício previdenciário com o significado da velhice e a existência de um banco de dados não explorado em nível estadual,⁸ buscou-se realizar uma caracterização da população beneficiária da Previdência Social Rural do Paraná com base em questões selecionadas do questionário aplicado (anexo 1) na pesquisa Ipea/Ipardes/Deser, em 1998.

As questões selecionadas para essa análise diziam respeito a:

- a) identificação do entrevistado – nome e comunidade do entrevistado, sexo, estado civil ou conjugal; escolaridade, ramo de atividade e relação de trabalho imediatamente anteriores à aposentadoria ou pensão;

⁸A pesquisa de Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural na Região Sul, realizada pelo Ipea/Ipardes/Deser, trabalhou os dados em nível regional. No Estado do Paraná foram aplicados 1.280 questionários em 64 municípios, dos quais Colombo não fez parte.

- b) o benefício previdenciário – tipos e número de benefícios recebidos, tempo de recebimento do benefício e existência de pessoas em condições de acesso à previdência que não são atendidas pela política pública;
- c) as condições de moradia do entrevistado – número de pessoas residentes no domicílio por faixa etária; tempo de residência no domicílio; características da moradia; relação entre recebimento do benefício previdenciário e melhoria nas condições da moradia; existência de coabitação;
- d) as relações familiares e à organização social – esse grupo de questões foi elaborado com a intenção de captar as relações de gratuidade, cooperação intra e interfamiliar e o grau de organização associativa de que partilham as famílias⁹ pesquisadas. Fazem parte desse bloco questões relativas à chefia do domicílio, número de pessoas sem rendimento, realização, pelo entrevistado, de ajuda financeira e outras formas de ajuda a pessoas residentes fora do domicílio, participação em associações e grupos da comunidade;
- e) a relação do beneficiário com a atividade econômica – com esse bloco de questões procura-se conhecer as atividades desenvolvidas no estabelecimento rural¹⁰ e a utilização do benefício previdenciário para a manutenção das mesmas;

⁹A pesquisa de campo do Ipea/Ipardes/Deser trabalhou com o conceito de domicílio e de família utilizado pelo IBGE. Dessa forma, por **domicílio** entendeu-se o local de moradia estruturalmente independente, constituído por um ou mais cômodos. Já **família** é o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica que vivem no mesmo domicílio, ou pessoa que vive só, em domicílio independente (Ipea, 1999). Aqui, esses conceitos são mantidos.

¹⁰O conceito de **estabelecimento rural** utilizado, também, é aquele do IBGE que considera todo terreno de área contínua, independentemente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa uma exploração agropecuária, ou seja, o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação de animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais (Ipea, 1999). No caso dos questionários aplicados em Colombo, verificou-se que: a) em algumas das famílias visitadas os filhos residem na mesma moradia que os pais e cultivam a mesma área; b) outros moram de "parede e meia" – o que foi considerado outro domicílio – e cultivam a mesma área; c) existem aqueles que residem em domicílios independentes mas cultivam a mesma área; d) e por fim, aqueles que residem nas imediações, em domicílios independentes e cultivam áreas diferentes e independentes das áreas dos entrevistados.

- f) o quadro ocupacional dos membros da família de 10 anos e mais – grau de parentesco com o entrevistado, sexo, idade, ocupação principal, relação de trabalho, ramo de atividade, local da ocupação; renda e periodicidade de recebimento;
- g) o quadro referente à existência de outros rendimentos além da ocupação principal dos membros da família com 10 anos e mais – renda com aposentadoria ou pensão; rendimentos de ocupações acessórias; rendimentos com aluguéis e/ou arrendamentos; ajudas financeiras de amigos e parentes e outras fontes eventuais ou permanentes.

Essas mesmas questões compuseram um questionário (apêndice 1) aplicado junto a doze famílias de beneficiários da Previdência Social Rural do município de Colombo. Essa etapa possibilitou, além de traçar um perfil da população idosa beneficiária da previdência social e das suas famílias, verificar a importância do benefício na manutenção da atividade agrícola, bem como no fortalecimento das redes de solidariedade dentro e fora da família nuclear.

Os questionários foram distribuídos conforme apresentado no quadro 1.

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS NO MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ - 2003

N.º	COMUNIDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	CÔNJUGE TAMBÉM É BENEFICIÁRIO	CÔNJUGE ACOMPANHOU APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO	FOI REALIZADA A ENTREVISTA
01	Campestre	Fem.	Solteira	-	-	Não
02	Campestre	Fem.	Casada	Sim	Sim	Sim
03	Campestre	Fem.	Casada	Não	Sim	Sim
04	Campestre	Masc.	Casado	Sim	Sim	Sim
05	São João	Masc.	Casado	Sim	Sim	Sim
06	Campestre	Masc.	Casado	Sim	Sim	Não
07	São João	Fem.	Casada	Sim	Não	Sim
08	São João	Fem.	Viúva	-	-	Sim
09	Itajacuru	Masc.	Casado	Sim	Sim	Sim
10	Sapopema	Masc.	Casado	Sim	Sim	Sim
11	Prado	Fem.	Casada	Não	Não	Sim
12	Roça Grande	Masc.	Casado	Sim	Sim	Sim

FONTE: Pesquisa de Campo

No tratamento dos dados quantitativos, primeiramente, procedeu-se ao processamento daqueles já existentes – referentes à pesquisa Ipea/Ipardes/Deser –

armazenados e tabulados a partir do programa para armazenamento e processamento de dados Access.

Os dados coletados no município de Colombo, após a realização da consistência, foram armazenados e processados em banco de dados próprio, também em Access.

Foi, também, explorado o recurso metodológico do estudo de caso, tendo em vista a necessidade de realizar um estudo aprofundado em que os diversos aspectos e inserções fossem levantados. Além de considerar que o estudo em questão enquadra-se no que Robert MARX (1997), apoiando-se em LAZZARINI¹¹, descreve como parâmetros para se optar por um estudo de caso:

As situações analisadas são contemporâneas, abrangentes e complexas.

O corpo teórico disponível é insuficiente para estabelecer relações de causa e efeito

O fenômeno não pode ser estudado fora de seu contexto sem perda de utilidade da pesquisa

O foco maior é na compreensão dos fatos e não na sua mensuração.

A possibilidade de utilizar várias fontes para evidenciar os fatos é uma necessidade metodológica.

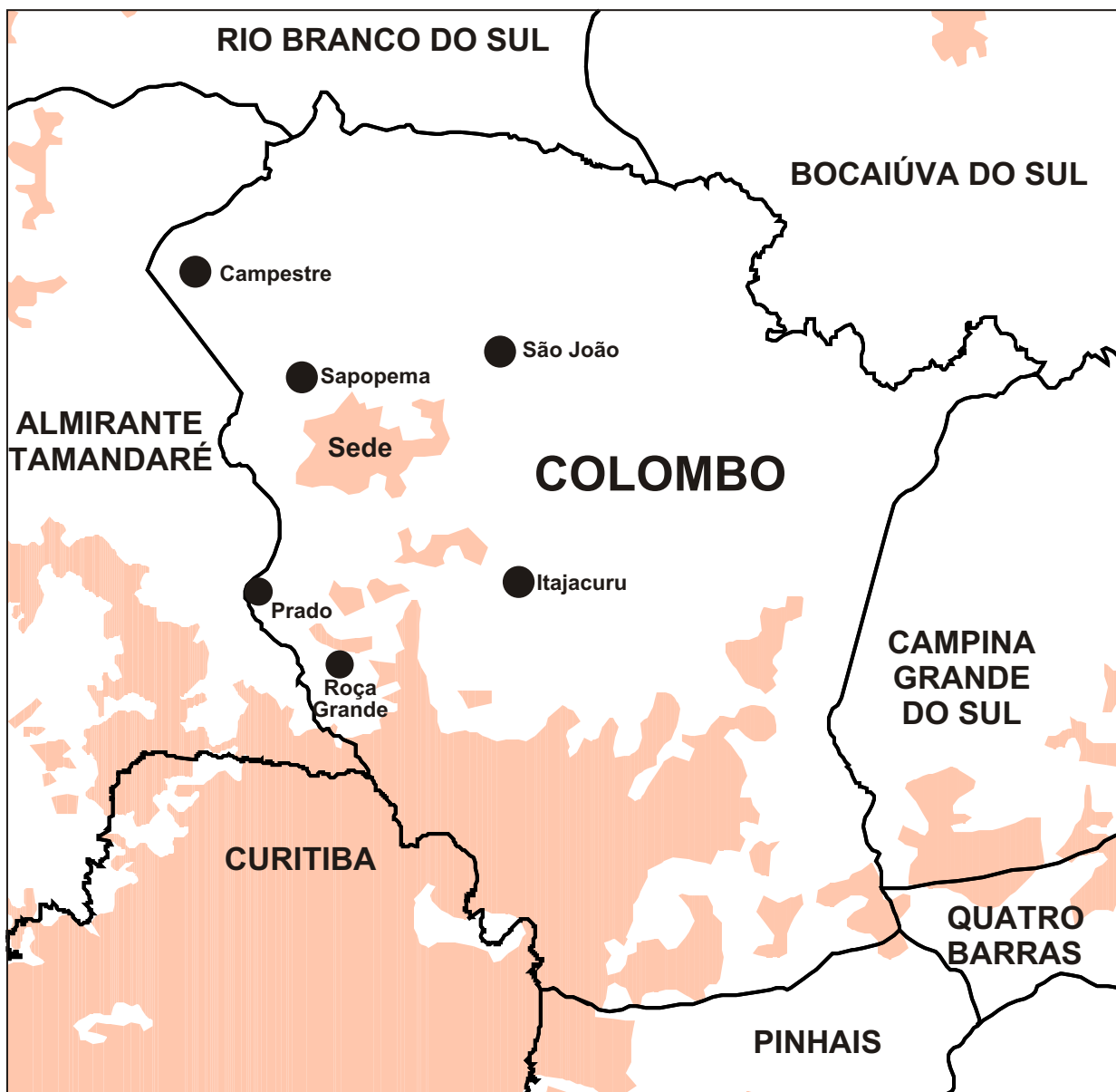
Não se possui controle sobre os eventos/comportamentos dos fatos/pessoas envolvidos na pesquisa (MARX,1997, p.17).

Para tanto, elaborou-se um roteiro de entrevista (apêndice 2) que possibilitasse levantar dados qualitativos referentes aos entrevistados e suas famílias. As entrevistas foram gravadas ou registradas manualmente e buscaram privilegiar os significados sociais da velhice elaborados por idosos aposentados inseridos no regime de agricultura familiar, bem como a inserção dos idosos nesse contexto.

Para o estudo de caso, foram realizadas 10 entrevistas com agricultores familiares com algum membro recebendo um ou mais benefícios da Previdência Social Rural. Em 7 dessas entrevistas, o cônjuge do entrevistado também era beneficiário e participou (ver quadro 1) com opiniões próprias a respeito das questões levantadas. As comunidades rurais visitadas foram: Campestre, São João, Itajacuru, Sapopema, Prado e Roça Grande.

¹¹LAZZARINI, C. Estudos de caso: aplicabilidade e limitações do método para fins de pesquisa. In: **Economia & Empresa**: São Paulo, v.2, n.4, 1995.

FIGURA 2 - COMUNIDADES RURAIS PESQUISADAS COLOMBO-PR



 Mancha urbana

FONTE: IBGE



Além dos contatos acima, foram realizadas entrevistas com: uma representante da Pastoral do Idoso do município de Colombo, que também é parente de idoso beneficiário da previdência social rural; um líder comunitário da Comunidade Vila dos Machado; um membro do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Colombo e membro da Associação de Produtores Agrícolas de Colombo (Apac); uma professora idosa já aposentada da Comunidade Colônia Faria; e um funcionário do escritório municipal da Emater - Colombo.

Adotou-se como critério para a determinação da amostra aquele relatado por MOREIRA (2002), com base na pesquisa realizada por MILLER,¹² de que as entrevistas devem ser realizadas até que nenhuma nova informação venha a emergir e todas as categorias temáticas estejam saturadas: "Este procedimento é recomendado por Glaser e Straus (1967)¹³ na coleta e análise de dados qualitativos. Segundo os autores, a amostragem deve continuar até que o pesquisador conclua que novos casos não estão mais agregando informação nova. Atingiu-se, assim, a chamada saturação teórica dos dados" (MOREIRA, 2002, p.129).

Todo o trabalho de campo – contatos, aplicação de questionários e entrevistas – foi realizado nos meses de abril, novembro e dezembro de 2002 e fevereiro e março de 2003.

As entrevistas foram transcritas, organizadas e analisadas buscando afirmar ou negar as hipóteses levantadas.

¹²MILLER, C. M. The lived experience of relapsing multiple sclerosis: a phenomenological study. **Journal of Neuroscience Nursing**. v. 29, n. 5, out. 1997, p.294-304.

¹³GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. Strategies for qualitative research. Nova York: Aldine de Gruyter, 1967.

2 A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VELHICE

Nesta sessão, pretende-se trabalhar as concepções acerca da velhice considerando-as enquanto construções sociais resultantes do embricamento da dimensão histórica e cultural de cada sociedade. Dessa forma, vale a pena considerar, conforme lembra Elias (2001, p.14), que no decorrer do processo civilizador os problemas sociais mudam ao mesmo tempo em que questões específicas a cada época estão presentes; contudo, essas mudanças não se dão de maneira desestruturada. "Examinando de perto, detectamos uma ordem específica mesmo na sucessão de problemas sociais humanos que acompanham o processo".

No que diz respeito ao envelhecimento e à velhice, percebe-se que existe uma certa ordem estabelecida que permanece independentemente da época analisada: o questionamento do poder e da condição social daquele que envelhece.

...o processo de envelhecer produz uma mudança fundamental na posição de uma pessoa na sociedade, e, portanto, em todas as suas relações com os outros. O poder e o *status* das pessoas mudam, rápida ou lentamente, mais cedo ou mais tarde, quando elas chegam aos sessenta, aos setenta, oitenta ou noventa anos. (...) O mesmo vale para o aspecto afetivo das relações das pessoas que envelhecem e, especialmente, das que estão prestes a morrer... (ELIAS, 2001, p.83).

O que se percebe da análise dos significados dados à velhice pelas diversas sociedades ao longo do tempo é a produção de uma ordem que procura manter cada um no seu lugar, com leis específicas para o envelhecimento e a sucessão. Dessa forma, e tendo em vista que as divisões entre as idades são sempre arbitrárias, Bourdieu (1983, p.112) afirma que a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades.

O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. (...) Cada campo¹⁴ possui suas leis específicas de

¹⁴Bourdieu entende campo como o local, espaço de interação onde os atores possuem posições socialmente determinadas. Logo, o campo é "um espaço onde se manifestam relações de poder, o que implica afirmar que ele se estrutura a partir da distribuição desigual de um *quantum*

envelhecimento: para saber como se recortam as gerações é preciso conhecer as leis específicas do funcionamento do campo, os objetos de luta e as divisões operadas por esta luta. Isto é muito banal, mas mostra que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável (BOURDIEU, 1982, p.113).

Analisando essa afirmação de Bourdieu, Debert (1998) esclarece que considerar as categorias de idades como construções culturais que mudam historicamente não significa dizer que elas não tenham efetividade, uma vez que são constitutivas de realidades sociais específicas e operam recortes no todo social definindo direitos e deveres, definindo relações entre gerações e distribuindo poder e privilégios. Dessa maneira, a autora afirma que:

Mecanismos fundamentais de distribuição de poder e prestígio no interior das classes sociais têm como referência a idade cronológica. Categorias e grupos sociais implicam, portanto, a imposição de uma visão de mundo social que contribui para manter ou transformar as posições de cada um em espaços sociais específicos (DEBRET, 1998, p.53).

2.1 AS IDADES DO HOMEM

Quando se fala em velhice, a primeira coisa que vem à mente é o passar do tempo e a degeneração física que isso acarreta para o ser humano. Mas o que é o tempo?

Elias (1998, p.84) esclarece que o tempo, apesar de dar a impressão de existir independentemente de qualquer seqüência de referência social, é antes de tudo uma padronização social, uma instituição, inscrita na consciência individual.

Instituição no sentido dado por Berger e Berger (1978), quando analisam a linguagem. Ali, os autores se utilizam do conceito de fato social¹⁵, presente na obra de Durkheim, para definir instituição "como um padrão de controle, ou seja, uma

social que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio. Bourdieu denomina esse *quantum* de 'capital social'. A estrutura do campo pode ser apreendida tomando-se como referência dois pólos opostos: o dos dominantes e dos dominados". Ou seja, os que detêm o capital social e os que são quase ou totalmente desprovidos desse em determinado campo (Ex.: campo científico, da alta costura, etc.) (ORTIZ, 1983, p.21).

¹⁵"É fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então, ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter" (DURKHEIM, 1978, p.11).

programação da conduta individual imposta pela sociedade". (BERGER; BERGER, 1978, p.193). Assim, sendo um fato social, uma coisa, a instituição possui a capacidade de existir independentemente dos indivíduos e de demarcar o campo no qual vivem os homens, o campo do humano, da ação consciente.

Dessa forma, as instituições sociais, na concepção desses autores, apresentam como características marcantes o mesmo conjunto definido por Durkheim para fato social, ou seja a exterioridade, a objetividade, a coercitividade, a autoridade moral e a historicidade.

As instituições são experimentadas como algo dotado de realidade exterior; em outras palavras, a instituição é alguma coisa situada fora do indivíduo, alguma coisa que de certa maneira difere da realidade formada pelos pensamentos, sentimentos e fantasias do indivíduo. (...) As instituições são experimentadas como possuidoras de objetividade. (...) Alguma coisa é objetivamente real quando todos (ou quase todos) admitem que de fato a mesma existe, e que existe duma maneira determinada. (...) As instituições são dotadas de força coercitiva. (...) o poder essencial que a instituição exerce sobre o indivíduo consiste justamente no fato de que a mesma tem existência objetiva e não pode ser afastada por ele. No entanto, se acontecer que este não note o fato, esqueça o mesmo – ou, o que é pior -, queira modificar o estado de coisas existente, é nessa oportunidade que muito provavelmente a força coercitiva da instituição se apresenta de forma bastante rude. (...) As instituições têm uma autoridade moral. (...) Invocam um direito à legitimidade; em outras palavras, reservam-se o direito de não só ferirem o indivíduo que as viola, mas ainda o de repreendê-lo no terreno moral. (...) As instituições têm a qualidade da historicidade. (...) As idéias corporificadas na instituição foram acumuladas durante um longo período de tempo, através de inúmeros indivíduos cujos nomes e rostos pertencem irremediavelmente ao passado (BERGER; BERGER, 1978, p.196-198).

Enquanto instituição, o tempo, segundo Elias (1998), antes de ser uma medida (tempo físico), é dado socialmente (tempo social). O tempo físico, que "apresenta-se como um aspecto da natureza física, como uma das variáveis que os físicos medem e que desempenham seu papel nas equações matemáticas, consideradas como representações simbólicas das leis da natureza" (ELIAS, 1998, p.93), manipula, a partir das várias formas de mensuração, a vida em sociedade na modernidade, criando uma mutação no tempo social.

O tempo social, no momento em que comanda a vida, cria no indivíduo a angústia da resposta e a possibilidade da morte. De maneira que, antes de físico, o tempo é social; "...tem o caráter de uma instituição social, de uma instância reguladora

dos acontecimentos sociais, de uma modalidade de experiências humanas – e os relógios são parte integrante de uma ordem social que não poderia funcionar sem eles" (ELIAS, 1998, p.93).

No pensamento medieval, a natureza era compreendida como parte do todo divino, homem e natureza estavam inscritos dentro da ordem divina, no quadro de referência teocêntrico vigente. Assim sendo, o tempo era entendido como um movimento da natureza estabelecido por Deus.

As tentativas de quantificar o tempo através de equações matemáticas, iniciadas com Galileu, separam o natural do divino. Com a construção do primeiro instrumento de medição do tempo, a representação divina foi aos poucos sendo substituída pela concepção centrada na natureza de "tempo físico".

O espaço, assim como o tempo, também é tratado como um fato naturalizado, do cotidiano. De forma mais concreta, o espaço pode ser visivelmente dimensionado, contendo direção, área, forma, padrão, volume e distância, caracterizando seu aspecto físico. Contudo, o espaço também é representado por meio de significações simbólicas. O registro histórico e antropológico nos apresentam vários exemplos de quão variado pode ser o conceito de espaço, seja na distribuição populacional nas áreas rurais e urbanas ou nas representações de mundo elaboradas pelas crianças ou por sociedades tribais, por exemplo. Embora diferenciadas, as noções de espaço permeiam todas as relações sociais.

Em Elias, os conceitos de tempo e espaço não podem ser estudados separadamente pelo fato de estarem imbricados. Eles "são símbolos conceituais de tipos específicos de atividades sociais e institucionais" (ELIAS, 1998, p.80) e possibilitam que os seres humanos se orientem ante às posições ou às distâncias ocupadas pelos acontecimentos, independentemente de sua natureza. Na ótica desse autor, então, para se compreender o tempo, faz-se necessário adequá-lo a um contexto específico, no qual o espaço tem papel importante na configuração das relações sociais. Uma atitude contrária provocaria alterações na realidade, na cultura.

Para se conhecer uma cultura é necessário analisar as redes de relações que são construídas entre os indivíduos e a forma como organizam o tempo. Isto é, só é

possível detectar certas características referentes à organização de uma determinada sociedade quando se atenta ao modo pelo qual ela organiza o tempo. Elias afirma que "...o modo de regulação [do comportamento da sociedade], em matéria de tempo, é igualmente representativo de seu modelo de civilização" (ELIAS, 1998, p.108).

Assim como Elias (1998), Giddens (1989) também tem uma percepção de tempo social. Isso fica claro quando trabalha a interrelação cultura e tempo, utilizando-se do estudo de Bourdieu¹⁶ do tempo e da medição do tempo em Cabília. Nessa sociedade, o relógio não é utilizado como meio para medir e calcular o tempo, e a estruturação das atividades cotidianas também possuem formas divergentes. Seu tempo se organiza com base nas estações do ano e, portanto, sempre se repete, nas conotações simbólicas do dia e da noite. Dessa forma, o tempo assume o caráter de uma instituição social, que em Elias se apresenta como uma instância reguladora dos acontecimentos sociais e como uma modalidade da experiência humana.

A apreensão da identidade dos indivíduos em sociedade passa pela ordenação simbólica do tempo e do espaço. Para Bourdieu,¹⁷ citado por Harvey (1998, p.230), a submissão dos indivíduos às representações temporais e espaciais coletivas são naturalizadas por representarem não só o mundo do grupo, mas o próprio grupo que se organiza de acordo com elas.

A dualidade, física e social, do tempo e do espaço exacerbou-se na modernidade a partir da utilização do relógio como instrumento mecânico de medição. Isso criou um poder coercitivo sobre o indivíduo; o tempo passou a ter uma existência independente, manipulando e alienando os atores sociais e seu cotidiano.

A padronização dos calendários foi um marco da era moderna, quando se criou a possibilidade da uniformidade do tempo através das regiões. Esse tempo social padronizado vai se sobrepor às relações anteriores em que espaço e tempo coincidiam na vida social, por meio das relações de co-presença.

¹⁶BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p.143-152.

¹⁷Ibid., página não indicada pelo autor.

O estabelecimento de um sistema de contagem da idade para o ser humano é também uma forma de medição do tempo. Segundo Ariès (1981, p.32), foi entre os séculos XVI e XVII que a datação da idade passou a ser realmente importante, figurando em retratos, móveis e diários familiares. "A inscrição das idades ou de uma data num retrato ou num objeto correspondia ao mesmo sentimento que tendia a dar à família maior consistência histórica", vindo ao lado de brasões e armas, em retratos, em móveis e louças e copos quando da realização de bodas.

Esse gosto pela inscrição cronológica, embora tenha subsistido até meados do século XIX, pelo menos entre as camadas médias, desapareceu rapidamente na cidade e na corte, onde foi logo considerado ingênuo e provinciano. A partir de meados do século XVII, as inscrições tenderam a desaparecer dos quadros (podiam ser encontradas ainda, mas em pintores de província ou provincializantes). A bela mobília da época era assinada, ou, quando datada, era-o discretamente (ARIÈS, 1981, p.32).

Foi, também, nos séculos XVI e XVII que a idade civil do homem passou a incorporar uma terceira esfera na busca pela diferenciação dos seres no mundo social.

Na Idade Média, o primeiro nome já fora considerado uma designação muito imprecisa, e foi necessário completá-lo por um sobrenome de família, muitas vezes um nome de lugar. Agora, tornou-se conveniente acrescentar uma nova precisão, de caráter numérico, a idade. O nome pertence ao mundo da fantasia, enquanto o sobrenome pertence ao mundo da tradição. A idade, quantidade legalmente mensurável com uma precisão quase de horas, é produto de um outro mundo, o da exatidão e do número (ARIÈS, 1981, p.30).

No nível pessoal, contudo, subsistia "resquícius do tempo em que era raro e difícil lembrar-se da idade", como sinônimo de boas maneiras. Isso se manifestava na imprecisão ao mencionar a própria idade.

Os homens da Idade Média já se utilizavam, segundo Ariès (1983) das terminologias infância, puerilidade, adolescência, juventude, velhice e senilidade para designar as "idades da vida" ou "idades do homem". A esses conceitos era associada uma escala de gradação de idade e de fases da vida. Essas últimas, por sua vez, estavam associadas aos fenômenos da natureza, às estações e aos meses do ano, a tudo que representasse passagem do tempo e mudança.

As "idades", "idades da vida", ou "idades do homem" correspondiam no espírito de nossos ancestrais a noções positivas, tão conhecidas, tão repetidas e tão usuais, que passaram do domínio da ciência ao da experiência comum. Hoje em dia não temos mais idéia da importância da noção de idade nas antigas representações do mundo. A idade do homem era uma categoria científica da mesma ordem que o peso ou a velocidade o são para nossos contemporâneos. Pertencia a um sistema de descrição e de explicação física que remontava aos filósofos jônicos do século VI a.C., que fora revivido pelos compiladores medievais nos escritos do Império Bizantino, e que ainda inspirava os primeiros livros impressos de vulgarização científica no século XVI (ARIÈS, 1981, p.34).

Naquela época, o conhecimento científico e da natureza estava limitado ao estudo das relações causais dos fenômenos naturais. Apenas a magia ou o milagre podiam modificá-los, ou quebrar essa relação. Uma mesma lei regia, ao mesmo tempo, o movimento dos planetas, as estações, o corpo humano, os ciclos das plantas e todas as relações humanas e entre o homem e a natureza. Existia um determinismo universal possível de ser entendido a partir da astrologia.

A correspondência dos números aparecia então como uma das chaves dessa solidariedade profunda; o simbolismo dos números era familiar, encontrava-se ao mesmo tempo nas especulações religiosas, nas descrições de física, de história natural, e nas práticas mágicas. Por exemplo, havia uma correspondência entre o número dos elementos, o dos temperamentos do homem e o das estações; o número quatro. (...)

A ciência havia permitido formular as correspondências e definir as categorias que elas ligavam. Mas essas correspondências, com o passar dos séculos, tinham deslizado do domínio da ciência para do mito popular. Essas concepções nascidas na Jônia do século VI com o tempo haviam sido adotadas pela mentalidade comum, e as pessoas representavam o mundo dessa forma. As categorias da ciência antigo-medieval se haviam tornado familiares: os elementos, os temperamentos, os planetas e seu sentido astrológico, e o simbolismo dos números (ARIÈS, 1981, p.35).

Comparam-se, dessa forma, as idades da vida às quatro estações ou aos meses do ano. Essa terminologia estava associada à noção de ciência que se tinha na época e que correspondia, num certo sentido, a uma concepção de mundo holística presente também no homem comum. A integração homem à natureza era evidente no cotidiano das pessoas muito mais do que na atualidade.

...hoje em dia não possuímos mais esse sentimento da vida: consideramos a vida como um fenômeno biológico, como uma situação na sociedade, sim, mas não mais que isso. Entretanto, dizemos, "é a vida" para exprimir ao mesmo tempo nossa resignação e nossa convicção de que existe, fora do biológico e do sociológico, alguma coisa que não tem nome, mas que comove, que procuramos nas notícias corriqueiras dos jornais, ou sobre a qual podemos dizer "isto tem vida". A vida se torna então um drama, que nos tira do tédio

do cotidiano. Para o homem de outrora, ao contrário, a vida era a continuidade inevitável, cíclica, às vezes humorística ou melancólica das idades, uma continuidade inscrita na ordem geral e abstrata das coisas, mais do que na experiência real, pois poucos homens tinham o privilégio de percorrer todas essas idades naquelas épocas de grande mortalidade (ARIÈS, 1981, p.38-39).

O tema da idades é priorizado em poemas, retratos, afrescos e calendários, desde o século XII, e os "degraus das idades vestiam seus personagens segundo a moda da época" (ARIÈS, 1981, p.40). Contudo é no século XIV que a iconografia das idades do homem se fixou e permaneceu até o século XVIII.

A repetição dessas imagens, pregadas nas paredes ao lado dos calendários, entre os objetos familiares, alimentava a idéia de uma vida dividida em etapas bem delimitadas, correspondendo a modos de atividade, a tipos físicos, a funções, e a modas no vestir. A periodização da vida tinha a mesma fixidez que o ciclo da natureza ou a organização da sociedade. Apesar da evocação reiterada do envelhecimento e da morte, as idades da vida permaneceram croquis pitorescos e bem comportados, silhuetas de caráter um tanto humorístico (ARIÈS, 1981, p.40).

Ariès, que trabalha basicamente com a infância, esclarece que existe uma transformação na terminologia das idades da vida e das suas representações durante os séculos. No que diz respeito à velhice, afirma que até o século XVIII, para a cultura ocidental, o ancião era considerado um ser ridículo e decrépito e que a imagem do homem integral estava associada à do homem jovem.

A evolução ocorreu em duas etapas: primeiro, houve o ancião respeitável, o ancestral de cabelos prata, o Nestor de sábios e prudentes conselhos, o patriarca de experiência preciosa. (...) Ele não era ainda muito ágil, mas também não era mais tão decrépito como o ancião dos séculos XVI e XVII. Ainda hoje resta alguma coisa desse respeito pelo ancião em nossos costumes. Mas esse respeito, na realidade, não tem mais objeto, pois em nossa época, e esta foi a segunda etapa, o ancião desapareceu. Foi substituído pelo "homem de certa idade", e por "senhores ou senhoras muito bem conservados". Noção ainda burguesa, mas que tende a se tornar popular. A idéia tecnológica de conservação substitui a idéia ao mesmo tempo biológica e moral da velhice (ARIÈS, 1981, p.48).

Mas o que vem a ser velhice? Simone de Beauvoir (1990), em sua obra "A velhice" destaca que aquela, assim como toda situação humana, deve ser encarada na sua exterioridade como também na sua interioridade. Ou seja, encarar uma situação humana na sua exterioridade é vislumbrá-la tal como ela se apresenta para o outro; enquanto na interioridade é encará-la como o sujeito a assume, ultrapassando-a.

Assim, para o outro, o velho pode ser o objeto de um saber; para si mesmo, ele tem da sua condição de velho uma experiência vivida (BEAUVOIR, 1990, p.16).

Embora tenha realizado um extenso trabalho na procura pela definição da velhice, Beauvoir (1990) destaca não ser possível defini-la, seja do ponto de vista biológico, antropológico, histórico; nem quando se estuda como o idoso interioriza sua relação com o próprio corpo, com o tempo e com os outros. Isso porque a velhice:

...assume uma multiplicidade de aspectos, irreduzíveis uns aos outros. Tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onássis. A diferenciação das velhices individuais tem ainda outras causas: saúde, família, etc., mas são duas categorias de velhos (uma extremamente vasta, e outra reduzida a uma pequena minoria) que a oposição entre exploradores e explorados cria. Qualquer afirmação que pretenda referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar este hiato (BEAUVOIR, 1990, p.17).

Da mesma forma, a representação que o idoso fará do seu processo de envelhecimento e a forma como ele viverá esse processo estará ligada a uma determinada situação de classe e de desgaste físico pelo trabalho.

2.2 UMA HISTÓRIA DA VELHICE

Simone de Beauvoir (1990) e Philippe Ariès (1983) trabalham com a periodização da noção de velhice e desenvolvem uma história das representações, significados e papéis da velhice na sociedade ocidental.

Segundo Beauvoir (1990), em qualquer sociedade ou cultura em que se analise a velhice os dados biológicos prevalecem:

Para cada indivíduo, a velhice acarreta uma degradação que ele teme. Ela contradiz o ideal viril ou feminino adotado pelos jovens e adultos. Atitude espontânea é a de recusá-la, uma vez que se define pela impotência, pela feiúra, pela doença. A velhice dos outros inspira também uma repulsa imediata. Essa reação elementar subsiste mesmo quando os costumes a reprovam (BEAUVOIR, 1990, p.51).

Quando analisa a velhice nas sociedades chamadas de primitivas, arcaicas ou menos complexas, a autora lembra que naquelas sociedades em que os mitos serviam

para entender o eterno reinício,¹⁸ as festas estavam relacionadas ao renascimento do princípio vital. O rito tinha a função de apagar o passado durante um certo ciclo para se recomençar a existência livre do peso dos anos.

A passagem do tempo acarreta desgaste e enfraquecimento; esta convicção se manifesta nos mitos e nos ritos de regeneração que representam um papel tão importante em todas as sociedades de repetição: os antigos, os primitivos e mesmo as sociedades rurais mais avançadas; o que as caracteriza é que nelas a técnica não avança: a passagem do tempo não é concebida como prenúncio de um futuro, mas como o distanciamento da juventude; trata-se de reencontrar essa juventude. Muitas mitologias supõem que, se a natureza e a raça humana têm força de viver e de se perpetuar, é porque num certo momento a juventude lhes foi devolvida: o mundo antigo foi aniquilado e surgiu o atual (BEAUVOIR, 1990, p.53-54).

A repetição procurava afastar o desgaste da natureza e das instituições. Buscava-se, assim, conservá-las intactas, reanimando o passado para modelar o presente. A postura com relação ao velho estava diretamente relacionada à posição que esse ocupava no grupo. Se não representava o envelhecimento ou a morte do grupo, não existia razão para suprimi-lo do convívio e buscar na sua morte a renovação da sociedade. Mesmo que a idade o transformasse em uma carga pela improdutividade, seu destino dependeria da organização de cada sociedade para o trabalho, da necessidade de migrar, ou, ainda, de momentos de fome e penúria que o grupo viesse a sofrer.

Poder-se-ia supor que, nas sociedades desfavorecidas, a magia e a religião intervêm em favor dos velhos. Mas não. Precisamente porque vivem na urgência, não desenvolvem quase nenhuma cultura religiosa. A magia não é, nessas sociedades, um "conhecimento das coisas", mas um conjunto de receitas grosseiras, de propriedade dos xamãs. Quando velhos, estes são respeitados, mas a velhice não confere poder mágico. Às vezes, também, a religião existe, mas ela homologa e sacramenta o costume imposto pelas necessidades, num mesmo movimento, a comunidade instaura os costumes necessários à sobrevivência e os justifica ideologicamente (BEAUVOIR, 1990, p.99).

Naquelas sociedades menos complexas em que a pobreza e a penúria prevalecem, cria-se um círculo vicioso: mal alimentados e desgastados pelo trabalho, seus membros tornam-se incapazes muito cedo e, dessa forma, não servem para o trabalho, o que leva a sociedade a optar pelo sacrifício dos velhos.

¹⁸ELIADE (s.d.) destaca que nessas sociedades a festa religiosa é a atualização de um "acontecimento primordial, de uma história sagrada". Por ter uma visão otimista da existência humana e da religião, o homem religioso acredita que graças ao "eterno retorno às fontes do sagrado e do real" a existência humana encontra-se salva da morte e do nada.

É raro, nas comunidades pobres, o velho possuir bens que lhe permitam sustentar-se. Entre os caçadores-coletores, a propriedade não existe; eles nem mesmo fazem provisões de comida. Entre os pastores e os agricultores, essa propriedade é muitas vezes coletiva: o indivíduo possui apenas os frutos do trabalho que executa ou que manda suas mulheres executarem; se sobrevive a elas, ou se elas se tornam incapazes, se ele próprio não pode mais trabalhar – ou se o costume lhe proíbe um labor reservado ao outro sexo –, fica em total privação. Por vezes, o chefe da família é o dono de seu rebanho e de sua terra; mas quando suas forças enfraquecem, seus herdeiros lhe tomam essa propriedade e até mesmo se livram dele, para se tornarem mais depressa os donos delas (BEAUVOIR, 1990, p.100-101).

No caso das sociedades mais abastadas, a autora reconhece que existe um encadeamento de circunstâncias que cria um círculo favorável ao idoso, ou seja, onde as crianças são bem tratadas, os adultos tratam bem seus pais; onde o alimento é suficiente para todos, a decrepitude precoce é mais rara. Dessa forma, é possível afirmar que naquelas sociedades onde "a cultura desenvolve-se, e graças a ela, as pessoas idosas podem adquirir uma grande influência. A magia constitui, então, um sistema de pensamento que se aproxima de uma ciência" (BEAUVOIR, 1990, p.101). A vocação para a magia é reconhecida e os velhos são indispensáveis porque representam a memória. Contudo, ao mesmo tempo em que é respeitado, o velho é temido, pois está próximo da morte, o que o torna perigoso.

Em todas as sociedades o estatuto do velho é outorgado, e não conquistado. Ele depende do contexto social em que o idoso se encontra, do sentido e valor que os homens dão a sua própria existência.

Ele tem um destino biológico que acarreta fatalmente uma conseqüência econômica: torna-se improdutivo. Mas sua involução é mais ou menos precipitada segundo os recursos da comunidade: em algumas delas, a decrepitude começa aos 40 anos, em outras aos 80. Por outro lado, quando uma sociedade é relativamente próspera, certas opções lhe são permitidas: é diferente para o homem de idade ser considerado como um fardo incômodo, ou ser integrado a uma comunidade cujos membros decidiram sacrificar até certo ponto suas riquezas para garantir sua velhice. Não é mais apenas a situação material do velho que está em jogo, mas também o valor que lhe é reconhecido: ele pode ser bem tratado e desprezado, ou bem tratado e venerado e temido. Este estatuto depende dos objetivos

perseguidos pela coletividade. Disse que a palavra "declínio" só tem sentido se relacionada com um certo fim do qual nos aproximamos ou nos distanciamos. Se um grupo procura apenas sobreviver ao dia-a-dia, tornar-se uma boca inútil é declinar. Mas, se misticamente ligado aos ancestrais, deseja uma sobrevivência espiritual, então ele encarna o velho, que pertence ao mesmo tempo ao passado e ao além, até mesmo a maior decadência física pode então ser considerada como o apogeu da vida (BEAUVOIR, 1990, p.107-108).

Para Beauvoir é difícil estudar a condição dos velhos através das épocas, uma vez que os documentos, de forma geral, não fazem referência direta ao assunto. Os velhos, segundo a autora, são inseridos na categoria geral adultos. Além disso, os registros históricos dizem sempre respeito à classe dominante e por ela são elaborados. Dessa forma, até o século XIX somente se menciona o velho rico, do sexo masculino, aquele que tem o poder e que o disputa com os mais jovens.

Analisando os escritos da Antiguidade, conclui-se que, naquelas sociedades, entre os privilegiados, a condição do velho estava ligada ao regime de propriedade da terra. A lei possibilitava que a autoridade ficasse alienada à propriedade e por meio dela fosse respeitada. "Pouco importa, portanto, que ele seja velho, débil, e até incapaz. Como a riqueza geralmente aumenta todos os anos, não são mais, portanto, os jovens, mas sim os mais idosos que ocupam o alto da escala social. Foi o que aconteceu nas cidades gregas, quando estas se dotaram de instituições estáveis. Entre os eupátridas, os interesses da propriedade e os da velhice confundiram-se" (BEAUVOIR 1990, p.125).

Também Ariès (1983) discorre acerca do poder dos proprietários na Antiguidade, e daqueles anciões que constituíam as assembléias de pessoas veneráveis, detentoras do saber e da razão. Analisando os textos teatrais gregos e romanos, Beauvoir (1990) constata que o grande poder do qual os anciões gozavam não era encarado de forma passiva pelos mais jovens. As tragédias e comédias denunciam o contraste entre os privilégios econômicos e políticos dos velhos com sua degradação física. Existe, nesses textos, uma indignação com o poder de julgar, deliberar e governar o público e o privado, concedido a pessoas que os autores daquela época descrevem como "decadências humanas". Para a autora, a leitura dos autores antigos possibilita concluir que:

...as obras deles não abrem nenhum espaço para os velhos destituídos de importância social. O que está em questão é o poder detido pela antiga geração. Com relação a esta última, a atitude dos homens maduros é ambígua: apoiam-se na velha geração para manter uma ordem vantajosa para a sua classe; respeitam no velho rico os direitos sagrados da propriedade. Entretanto, invejam o estatuto que eles próprios conferem institucionalmente ao homem idoso e, na vida diária, odeiam os indivíduos que se beneficiam desse estatuto (BEAUVOIR, 1990, p.152-153).

A Idade Média conta a história da juventude. Época de grandes batalhas, em que a literatura não se interessa pelos velhos. Os feudos necessitavam da proteção do senhor e da sua espada. A sociedade era "...dividida em três ordens: os que oram, os que se batem, os que trabalham; colocava-se a espada acima do trabalho, e até mesmo da oração; é o guerreiro ativo, o adulto na força da idade, que ocupa a frente da cena" (BEAUVOIR, 1990, p.158).

Ariès (1983) salienta que a vida naquele período era muito dura e exigia uma grande resistência física; as guerras eram uma constante e as enfermidades rendiam os menos aptos. Chegar à velhice era um privilégio vivido por poucos. É assim que, para esse autor, surge a idéia de que o velho não podia manter-se em atividade por muito tempo, devendo se retirar do mundo e viver a vida para si, se aposentar. Essa representação era a da classe superior, não a do artesão ou do trabalhador. Foi, contudo, essa que prevaleceu: velho é aquele que se retira, se aposenta.

Havia, dessa forma, um período bastante longo entre o fim das atividades do adulto e a velhice propriamente dita, ou a morte, salvo em certas funções, tais como: monárquicas, pontifical, sacerdotal, ou seja, funções de duração indefinida. Mas na maioria dos casos havia um tempo de latência, de pré-morte, quando o homem se consagrava à arte, aos estudos e à piedade.

Beauvoir concorda que esse é o período em que a idéia da aposentadoria é instituída. "Mesmo entre os plebeus a dureza da civilização afasta os velhos da vida ativa. Os mercadores são, então, 'pés poeirentos', caravaneiros que circulam 'com espada na sela', expostos a inúmeros perigos. De muitos burgueses, poderíamos dizer que eram 'muito poderosos nas armas'. O declínio físico obrigava, portanto, o homem de idade a se aposentar" (BEAUVOIR 1990, p.161).

Em todos os setores da sociedade os velhos eram desfavorecidos. A força física prevalecia, seja entre os nobres, seja entre os camponeses.

Nos meios rurais, se o pai pretendia manter sua autoridade, os jovens insurgiam-se contra ele. Havia freqüentes disputas. Muitas vezes, o filho deixava o lar paterno. Mas na maior parte dos países da Europa, e notadamente na Inglaterra, o pai era suplantado pelo filho na chefia da casa. Chegando a uma certa idade, fraco demais para trabalhar na terra, ele a cedia ao filho mais velho. Depois que recebia essa herança, este se casava; a jovem mulher substituía sua sogra, e o velho casal se transportava para o quarto que lhe era tradicionalmente reservado; na Irlanda, este quarto é chamado "quarto do oeste". O pai destituído dos seus bens era freqüentemente muito maltratado por seus herdeiros (BEAUVOIR, 1990, p.161-162).

É nesse período que se firma a idéia da iconografia das "idades da vida", já descrita anteriormente, em que as estações, os meses do ano e os elementos da natureza são comparados às idades do homem. Assim, colocar os pais idosos no "quarto do oeste" estaria relacionado com o poente, aonde o sol se põe e a vida adormece.

Observa-se que a passagem do tempo é vista como sinônimo de decrepitude. Beauvoir (1990, p.167) cita um poema do século XIII para ilustrar esse tipo de relação:

"Do mês que vem após setembro
que chamamos mês de outubro
dizem que tem 60 anos, e não mais.
Fica, então, velho e encanecido
E lhe deve, pois, ocorrer
Que o tempo o leva a morrer."

O crescimento do comércio a partir no século XVI inaugura, segundo essa autora, um sentimento de repulsa com relação ao novo-rico, o burguês. Aos nobres é concedido o direito divino ao poder e à riqueza, e assim os jovens os vêem. Já o novo-rico provoca a inveja e, quando velho, é considerado avarento.

Bourdieu (1983), que explora muito bem o fato de a divisão das idades ser constituída de forma a manipular e estabelecer relações de poder, destaca que na Florença do século XVI os velhos *notáveis* "...propunham aos jovens uma ideologia da virilidade, da *virtu* e da violência, o que era uma maneira de se reservar a sabedoria, isto é, o poder" (BOURDIEU, 1983, p.112).

Os três autores concordam que, independentemente de cultura ou de época, as situações sociais das crianças e dos velhos estão profundamente intrincadas. Dessa forma, afirmam que até o início do século XVIII crianças e velhos eram tratados com severidade e violência e eram as maiores vítimas da fome e da proliferação das doenças.

...A sociedade era autoritária, absolutista. Os adultos que a regiam não abriam espaço para os indivíduos que não pertenciam à mesma categoria que eles: velhos e crianças. A média de vida era de 20 a 25 anos. Metade das crianças morria antes de um ano; a maior parte dos adultos, entre 30 e 40 anos. As pessoas desgastavam-se muito rapidamente, por causa da dureza do trabalho, da sublimação, da higiene precária. As camponesas de 30 anos eram velhas enrugadas e prostradas. Mesmo os reis, os nobres e os burgueses morriam entre 48 e 56 anos. Entrava-se na vida pública aos 17 ou 18 anos, e as promoções eram precoces. Os quadragenários eram tidos como velhos tolos. (...) O quinquagenário retirava-se para suas terras ou entrava nas ordens. Respeitava-se o homem opulento, o proprietário, o chefe, o dignitário, e não a idade enquanto tal (BEAUVOIR, 1990, p.206-207).

A partir do século XVIII, segundo Beauvoir (1990), o pensamento europeu passa a explorar a noção de tempo e espaço; nasce o conceito de "homem novo" e humanitário. O reinado absoluto do homem adulto começa a se deteriorar. A virtude e a moral são exaltados; existe uma preocupação com os fracos; o "bom selvagem" é decantado; a beneficência é encorajada e a filantropia se torna um meio de assegurar a própria felicidade.

Rousseau lembra aos adultos a criança que foram, e eles se reconhecem nessa criança. (...) O homem idoso adquire mesmo uma importância particular, porque simboliza a unidade e a permanência da família: esta última, através da transmissão das riquezas, permite a acumulação dos bens materiais – é, ao mesmo tempo, o reinado onde desabrocha o individualismo burguês, a base do capitalismo. Ao envelhecer, o chefe de família permanece detentor de suas propriedades, e goza de um prestígio econômico; o respeito que ele inspira reveste-se de uma forma sentimental (BEAUVOIR, 1990, p.206-207).

A Revolução Industrial, no século XIX, impactou toda a Europa. Esse impacto materializou-se no crescimento demográfico, no êxodo rural, na urbanização e no nascimento do proletariado.

O progresso técnico alcançado naquele período tornou a exploração da terra mais difícil para os pobres, empurrando os agricultores e seus filhos para as cidades. Homens, mulheres e crianças foram duramente explorados pela indústria, que cresceu às custas do desgaste humano, aumentando o número dos miseráveis urbanos.

No entanto, a ordem familiar patriarcal daqueles que permaneceram nas áreas rurais se manteve, principalmente entre os grandes proprietários de terra. Da mesma forma que na Idade Média, a posse da terra era fonte de poder e de disputa.

No século XIX, os velhos, substituídos pelos filhos na posse e uso da terra e dos demais bens, passam a ser beneficiados, ao menos na França, segundo Beauvoir (1990), por uma lei que obrigava os herdeiros a pagar uma pensão vitalícia para os pais. Isso, em vez de melhorar a situação dos idosos do campo, criou um novo problema social, que a literatura e os jornais da época denunciavam constantemente: o desaparecimento dos velhos.

O pai, destituído de seus bens por uma partilha entre vivos, recebia em troca uma renda vitalícia cujo montante era fixado diante do notário: se os filhos se recusassem a pagá-la, ele podia processá-los nos tribunais. Em princípio, ele não dependia mais, portanto, do arbítrio da família. Infelizmente, muitas vezes pagou muito caro por essa proteção que a justiça lhe assegurava. Anteriormente, os filhos tinham um interesse difuso em gastar com ele o mínimo possível: daquele momento em diante, esse interesse tornou-se preciso, mensurável; reificara-se na pensão que eram obrigados a pagar-lhe. Tinham, então, um motivo poderoso para fazê-lo desaparecer; era o meio mais simples de escapar aos rigores de uma obrigação legal (BEAUVOIR, 1990, p.239).

A autora esclarece que é a partir do século XIX que se encontram os primeiros registros sobre a exploração dos idosos pobres em contraste com a condição dos velhos ricos. São esses últimos que, independentemente da idade, acumulam fortunas e arrancam o poder político das mãos da aristocracia fundiária.

No século XX, a urbanização da sociedade europeia se consolida e, ainda segundo a autora, a família patriarcal se desfaz progressivamente. Além disso, os avanços na medicina preventiva e curativa acarretam o envelhecimento generalizado da população. É nesse período que o Estado passa a assumir a responsabilidade pela manutenção da população trabalhadora idosa por meio das aposentadorias e pensões.

Entre as classes dirigentes se mantém o que já havia sido definido no século XIX: aos velhos ricos cabe a representatividade calcada no requisito da experiência.

Todo o trabalho de Beauvoir (1990) tem por intenção demonstrar que a história da velhice, independentemente da cultura ou da época, está inteiramente

relacionada com o contexto socioeconômico da sociedade em questão. A autora explicita, ainda, que as relações pessoais entre adultos e velhos ou entre adultos e crianças dependem do projeto de sociedade que aqueles que detêm o poder, independentemente da idade, elaboram. Esse projeto irá refletir inclusive na administração da vida privada.

2.3 SER VELHO HOJE

A literatura atual sobre a velhice tem levantado a necessidade de análise acerca de o envelhecimento da população não privilegiar os aspectos demográfico e econômico, mas, ao contrário, tratar, também, das implicações socioculturais desse processo.

O fato dos velhos representarem uma parcela da população cada vez mais significativa do ponto de vista numérico tem levado a uma preocupação da sociedade com o processo de envelhecimento que dá origem a uma série de práticas que visam a promover uma adaptação bem sucedida à velhice. Essas práticas esbarram, entretanto, com a dificuldade de precisar o que é a velhice e, portanto, de definir quem são os sujeitos empíricos que poderiam ser considerados velhos (DEBERT, 1988b, p.537).

Observa-se que o crescimento no número de pessoas na faixa etária acima dos sessenta anos tem levado à gestão da velhice, que, durante muito tempo, foi considerada como própria da esfera privada e da família, a passar por um processo de socialização, ou seja, transformar-se em uma questão pública.

Atualmente, o status é ambíguo: os idosos são ao mesmo tempo responsáveis e tutelados. Conservam todos os atributos do cidadão, exceto o trabalho, o que é importantíssimo; eles votam, podem ser eleitos, mantém uma verdadeira gerontocracia nos conselhos de administração. No entanto, são cada vez mais assistidos, tutelados, limitados. Eles custam caro em termos de saúde pública, porque consciente ou inconscientemente, toda a medicina tende a um objetivo ideal, a imortalidade da espécie humana. O papel da medicina no nascimento da velhice é considerável. Ela recua os limites, autoriza certos rejuvenescimentos, torna-se às vezes canalha na exploração das pessoas, iludindo-se sobre seus poderes. O nascimento da velhice distingue-se disto porque começamos a falar de nossa saúde, a nos sentirmos vulneráveis e, logo, sensíveis às fraquezas do corpo (OLIEVENSTEIN, 2001, p.33-34).

Nesse contexto nasceu a gerontologia – campo de saber específico que estuda os processos de envelhecimento e suas implicações sociais –, e estabeleceu-se uma tendência à homogeneização das experiências vividas na velhice. Assim, organizações públicas e

privadas passaram a elaborar uma gama de orientações e intervenções, com base nos estudos e tratados científicos da gerontologia, e uma nova categoria sociocultural foi criada: o idoso. Este, por sua vez, passou a ser gerido como um conjunto autônomo e específico, descolado da sociedade em que está inserido.

...até o final da década de 60, duas grandes teorias dominam os enfoques no interior do campo da gerontologia social: a teoria da atividade e a teoria do desengajamento. Para ambas, a velhice é definida como um momento de perda de papéis sociais e trata-se de entender, nos dois casos, como se dá o ajustamento da pessoa a essa situação definida como de "perda", e medir o grau de conformidade e o nível de atividade dos idosos. Enquanto a teoria da atividade considera mais felizes os idosos que encontram atividades compensatórias, permanecendo ativos (Cavan, 1965), a outra teoria vê, no desengajamento das atividades, a chave do envelhecimento bem-sucedido. (Cumming e Hery, 1961) (DEBERT, 1999, p.72-73).

Debert salienta, ainda, que apesar desse movimento tratar a velhice como

...uma etapa da vida caracterizada pela decadência física e ausência de papéis sociais; o avanço da idade como um processo contínuo de perdas e de dependência – que daria uma identidade de condições aos idosos – é responsável por um conjunto de imagens negativas associadas à velhice, foi também um elemento fundamental para a legitimação de direitos sociais, como a universalização da aposentadoria (DEBERT, 1999, p.14).

Para Haddad (1986) essa noção homogeneizadora da velhice criada pela gerontologia surgiu a partir de uma "ideologia da velhice", própria do modo capitalista de produção, que

...é elemento fundamental à reprodução das relações capitalistas na medida em que a produção das relações capitalistas implica a reprodução de idéias, valores, princípios e doutrinas, o conjunto de representações sobre a etapa final da vida humana é organizado segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção. As sociedades capitalistas, transformando as pessoas em mercadorias, condenam o trabalhador à degradação durante toda a trajetória de sua vida. Paradoxalmente, são crescentes as propostas de reparos para a tragédia dos velhos que vêm, na realidade, escamotear a problemática da exploração da mão-de-obra. A ideologia da velhice é, pois, entendida como parte essencial do funcionamento das sociedades capitalistas, cuja contradição principal é a sua divisão em classes sociais (HADDAD, 1986, p.16).

Assim sendo, segundo essa autora, embasados na ideologia da velhice, gestada por geriatras e gerontólogos, os estereótipos associados ao envelhecimento foram criados e recriados, norteados, no Brasil, a proliferação de programas voltados para o encorajamento e exploração da identidade do idoso. A idéia central desses programas é:

...dissolver os problemas nas representações gratificantes da terceira idade..." criando espaço para que o abandono e a dependência sejam considerados de responsabilidade do próprio idoso, uma vez que: "Estas situações passam, então, a ser vistas como consequência da falta de envolvimento em atividades motivadoras ou da adoção de formas de consumo e estilos de vida inadequados (DEBERT, 1999, p.15).

Atualmente, o debate sobre a velhice está centrado em outros dois contrapontos: o primeiro, homogenizador, trabalha sobre um quadro de pauperização e abandono dos velhos, o que, para os críticos, reforça a idéia de dependência dessa população do Estado; o segundo apresenta os idosos como pessoas ativas, com experiências próprias a serem consideradas. Essa tendência desconsidera a idade na definição de velhice. A responsabilidade pelo envelhecimento cabe a cada indivíduo, pois está ligado à adoção de determinado estilo de vida. A crítica sofrida, aqui, diz respeito à transformação da velhice em mercado de consumo.

A idéia de que a velhice é uma experiência que ocorre de forma homogênea, segundo Debert (1999, p.94-95), tem sido assumida também por sociólogos que, alimentando estereótipos como o da doença e da pobreza para legitimar políticas públicas, acabam por não considerar, em seus estudos, as representações que os idosos fazem de si mesmos. Com essa intenção, cita o estudo realizado por Thompson,¹⁹ na Inglaterra, que, a partir da análise de histórias de vida de idosos de diferentes classes sociais, conclui que: "...a imagem que os idosos fazem de sua experiência pessoal é radicalmente contrária à do senso comum. Os idosos que não estão doentes nem emocionalmente deprimidos não se consideram velhos e, no grupo de pessoas de 75 anos ou mais, 4/5 não se sentem solitários" (DEBERT, 1999, p.95).

Tendo surgido nos anos setenta do século XX, os estudos que consideram a velhice como uma situação vivenciada de forma heterogênea pelos indivíduos passaram a ser incorporados pelos teóricos brasileiros somente no final daquele século. Segundo essa perspectiva, experiências de envelhecimento são diversas e estão

¹⁹THOMPSON, P.I **don't feel old: the experience of later life**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

relacionadas à sociedade, à cultura, à classe social e aos arranjos familiares em que o indivíduo está inserido.

A perspectiva da heterogeneidade não enxerga a velhice como um fato social total. Ou seja, as pessoas não se sentem velhas em todos os contextos, não se definem sempre como tal, e a situação da velhice é acionada, ou não, conforme convém ao indivíduo e à sociedade.

Da mesma forma, não existe identidade com a velhice quando se é jovem, ou seja, somente o outro envelhece. A possibilidade da própria velhice é uma imagem que impressiona e com a qual não se tem familiaridade. Assim, constatar a possibilidade da própria velhice é torná-la familiar no nível psíquico.

Representar-se a si mesmo é transferir uma realidade exterior para o interior do organismo e com ela intercambiar, atualizando-a, modelando-a e recuperando-a, de forma que a representação da realidade é diferente daquela que a gerou. No processo de reconstituição daquilo que nos é externo estão contidos os estereótipos, os julgamentos prévios, as visões de mundo – que são os elementos internalizados que o indivíduo carrega e que irá acrescentar para construir o conceito daquilo que lhe é exterior. O ser velho é exterior enquanto visto no outro, contudo, mesmo no outro se elabora sobre.

De fato, só há velhice quando ela é reconhecida. Este reconhecimento é, evidentemente, interno, no corpo, e é objetivado somente pelo discurso dos outros. Estes outros que situam, nas lacunas de nosso discurso, os lapsos de memória, as dificuldades em reconhecer, assim como nas horríveis precauções verbais, na infantilização, na forma imbecil como nos falamos, sem aliás nos escutar realmente. O que vai contar cada vez mais, são os fatos, as reduções, não os sentimentos, vistos como um luxo supérfluo, que não podemos mais dar a nós mesmos.

Neste reconhecimento de nosso envelhecimento e depois, de nossa velhice, os outros vão tentar se proteger, a qualquer custo, de suas angústias. De repente se tornam seres superiores à pessoa idosa que, de certa forma, começa a atrapalhar" (OLIEVENSTEIN, 2001, p.47-48).

Tendo em vista que o envelhecimento é uma construção social, baseada em princípios arbitrários de classificação do mundo (idade, por exemplo), como também um processo individual de auto-reconhecimento que difere de sociedade para

sociedade, é importante identificar as estruturas cognitivas e afetivas presentes nos significados dados à velhice, bem como as interações sociais, econômicas e culturais vividas no cotidiano de quem as elabora. Isso porque, segundo Moscovici (1978, p.64). "...todas as coisas são representações de alguma coisa" ou na vida social "...cada pessoa é uma representação de uma pessoa"; ou seja, não se é julgado por si mesmo, mas como pertencente a um grupo, uma classe, uma nação.

Dessa forma, o estudo dos significados da velhice deve dar importância ao sujeito social e ao contexto social, que, para Spink (1994), é dado pelas determinações sociais, pelas relações sociais, como também pelos diversos tempos históricos que permeiam a construção dos significados sociais. Pensar o contexto social em que os significados da velhice são elaborados é, portanto, identificar os padrões culturais atuais e remotos que completam o imaginário social de uma sociedade ou grupo social sobre ela. Dessa forma, é possível identificar as permanências e as diversidades nas elaborações sociais da velhice considerando, ainda segundo Spink (1994), que quando se trabalha com o senso comum está se trabalhando com heterogeneidades que possuem lógica e coerência próprias, bem como com contradições que orientam a ação e a comunicação.

Em geral, os estudos sobre a velhice no Brasil têm trabalhado a partir do enfoque em sujeitos diferenciados. Exemplos desses trabalhos são os estudos de Haddad (1986) e de Debert (1988a e 1988b), citados anteriormente, e o trabalho pioneiro apresentado na década de setenta por Ecléa Bosi (2001).

Bosi (2001) desenvolve seu estudo registrando a "memória pessoal, social, familiar e grupal" de trabalhadores urbanos de diversas classes sociais que vivem no município de São Paulo. A partir das lembranças coletadas, demonstra que a degradação do homem tem início com a degradação da pessoa que trabalha.

Com base nos estudos de Simone de Beauvoir, Ecléa Bosi (2001) entende a velhice como uma categoria social que, por sua vez, possui um estatuto vinculado à forma como cada sociedade vive o declínio biológico do ser humano. Para a autora, na

sociedade capitalista o velho não é considerado um ser humano porque, enquanto trabalhador, nunca foi assim considerado.

A noção que temos de velhice decorre mais da luta de classes que do conflito de gerações. É preciso mudar a vida, recriar tudo, refazer as relações humanas doentes para que os velhos trabalhadores não sejam uma espécie estrangeira. Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido. A mulher, o negro, combatem pelos seus direitos, mas o velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele (BOSI, 2001, p.81).

No estudo desenvolvido por Haddad (1986), a análise das representações sobre a velhice está centrada no discurso elaborado pela gerontologia, pelo Estado brasileiro e pelo Serviço Social do Comércio – SESC, o qual a autora considera como "um conjunto de categorias que se constituem num modelo que visa um alvo privilegiado: a atualização do comportamento dos homens na e com relação à terceira idade" (HADDAD, 1986, p.18). Dessa forma, é construído um discurso que universaliza a velhice, e dissimula "...o fato de que vida e morte do trabalhador estarem intrinsecamente ligadas" (HADDAD, 1986, p.126). Para a autora, a meta principal dos geriatras, e mesmo de organismos como a ONU, a serviço do modo capitalista de pensar,

...é conservar os velhos ativos, abolindo, supostamente em nome do bem que isso lhes representa, a aposentadoria por tempo de serviço. (...) Assim, gerontologia-geriatria, Estado e SESC, numa proposta perfeitamente articulada, colocam-se aparentemente a serviço da velhice desamparada, da velhice em perigo. Num contexto em que o Estado, enquanto regulador de conflitos a serviço da classe dominante, sente o "peso" do crescente aumento do número de idosos, onde o poder dos velhos, expresso pela tragédia do fim da vida, evidência o irremediável destino da classe trabalhadora, brota uma aparente sensibilidade do poder público, da "ciência" e do poder privado que, de forma solidária, atuam na suposta solução do drama da velhice (HADDAD, 1986, p.126).

Em seu estudo sobre as representações da velhice entre idosos da classe média, Debert (1988b, p.64-65) esclarece que, além de serem diferentes do senso comum, as representações da velhice elaboradas por homens e mulheres também diferem.

Assim, enquanto as mulheres acionam uma série de mecanismos para mostrar que a velhice é uma questão de autoconvencimento e que a mulher deve reagir, evitando fazer o que é típico das velhas, os homens resistem à velhice mostrando que é importante conscientizar-se de que não se é mais moço: é isto que lhes permitiria não ter um comportamento típico de velho, estigmatizado pela sociedade (DEBERT, 1988a, p.66).

3 A RURALIDADE E A AGRICULTURA FAMILIAR COMO CATEGORIAS DE ANÁLISE

Neste capítulo, pretende-se localizar os atores sociais, agricultores familiares, destacando a problemática da ruralidade no contexto atual da teoria social. Essa preocupação justifica-se tendo em vista que a discussão em torno da revalorização do espaço rural e das suas especificidades, bem como da agricultura familiar como alternativa de desenvolvimento local, tem ganhado vulto a partir dos anos noventa no Brasil.

A escolha do município de Colombo-PR – localizado em uma área de expansão urbana – para a realização do estudo de caso está fundamentada justamente na importância que vem sendo dada ao estudo do rural, não em contraposição ao urbano, mas na sua inter-relação, em que as singularidades históricas, socioculturais, econômicas e ecológicas permanecem. Dessa forma, o rural não deve ser visto em sua relação com a "...cidade, com sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente", mas como um lugar de vida, "...lugar onde se vê e se vive o mundo" (WANDERLEY, 2001, p.32).

A categoria agricultura familiar, mesmo não sendo nova dentro da sociologia rural brasileira, vem assumido ares de novidade em consequência do significado e abrangência que lhe tem sido dado nos últimos anos. A questão da produção familiar sempre fez parte das discussões existentes nas diferentes linhas teóricas da sociologia rural, quando da análise da formação da economia agrária do Brasil. Contudo, a partir dos anos noventa, seguindo o movimento de repensar-se, característico das ciências sociais, assiste-se ao direcionamento das discussões para a interrogação das possibilidades e formas de reprodução e transformação da agricultura familiar inserida em sistemas socioeconômicos diferenciados.

3.1 A RURALIDADE COMO MODO DE VIDA

Esta sessão trata, basicamente, do debate existente na sociologia rural em torno da manutenção do rural no contexto da modernidade. Além disso, procura esclarecer o conceito de ruralidade como modo de vida, que possui valores e legitimidade próprios.

Tendo em vista que neste estudo trabalhou-se com uma população rural vizinha de uma metrópole, é importante destacar o espaço social onde vive essa população, dando visibilidade ao seu modo de ver e de viver no mundo. "Ou seja, a preocupação é dar visibilidade, focar o espaço social da ruralidade como um campo autônomo, mas ao mesmo tempo pertencente ao conjunto social, e não nos termos clássicos da modernidade, que tendem a ver o rural como subsumido, submerso nos processos de urbanidade" (KARAM, 2001, p.28).

A atividade econômica aparece, nos estudos tradicionais, como característica fundante da dicotomia rural-urbano, em que o rural é visto como menos complexo que o urbano. No Brasil, essa visão dualista foi assumida pela sociologia rural na primeira metade do século XX e estava fundamentada nas premissas desenvolvidas por Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986), que delimitavam diferenças entre o campo e a cidade a serem consideradas nos estudos desenvolvidos pela sociologia rural norte-americana. Para tanto, enfatizam que a definição sociológica de campo e de cidade não deve ser descrita por meio de uma única característica – tamanho da comunidade, composição ocupacional, entre outros – mas, ao contrário, deve ser composta pela combinação de "conceitos sociológicos compostos", ou seja, do agrupamento dessas características.

Dessa forma, estabelecem um rol de "características diferenciais e definições compostas do mundo rural e do mundo urbano" a serem consideradas de forma sistemática pelos estudiosos do rural:

- a) diferenças ocupacionais;
- b) diferenças ambientais;

- c) diferenças no tamanho das comunidades;
- d) diferenças na densidade populacional;
- e) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações: a população das comunidades rurais tenderia a ser mais homogênea em suas características psicossociais do que a população das comunidades urbanas;
- f) diferenças na diferenciação, estratificação e complexidade social;
- g) diferenças na mobilidade social;
- h) diferenças na direção da migração;
- i) diferenças no sistema de integração social.

Ainda que em Sorokin e Zimmermann as diferenças expostas fossem apresentadas como extremos de uma escala polar de muitas gradações, seu critério tem servido para fundamentar a concepção chamada dicotômica. O "rural" e o "urbano" aparecem nela, em certa medida, como opostos (SOLARI, 1979, p.10).

A sociologia rural brasileira também inspirou-se nessa vertente clássica norte-americana, que Maria Isaura Pereira de Queiroz (1979) considera inadequada à complexa realidade brasileira e pobre metodologicamente. Naquele trabalho, a autora destaca que as relações rural-urbano dependem, fundamentalmente, da estrutura organizacional da sociedade em questão. Dicotomizar seria simplificar a questão, não considerar as interdependências. Uma mesma sociedade pode conter vários esquemas, não existindo diferenciação entre rural e urbano nem o predomínio de um sobre o outro.

Quando encaramos a relação rural-urbana da maneira acima exposta, abandonamos a perspectiva habitual, que é a de duas realidades paralelas, embora interligadas, formando duas sociedades globais fundamentalmente diferentes. Admitimos, ao contrário, que numa mesma sociedade global a estrutura e a organização podem reunir em arranjos variados ou os três tipos sociais, ou dois deles, variando o grau de dominação de cada um, e formando tais sociedades complexos sincréticos. Em cada um destes será necessário descobrir o tipo predominante, e de que forma se interpenetra com os outros para formar a configuração existente. (...) conforme a sociedade e o momento histórico, as relações entre os três tipos será diversa, os processos de mudança de predominância serão diferentes, os processos em curso e os equilíbrios existentes não serão os mesmos (QUEIROZ, 1979, p.163).

Atualmente, existe no Brasil, acompanhando a tendência mundial, uma retomada da discussão acerca das abordagens adotadas no estudo das relações rural-

urbano e suas implicações. Nesse repensar, conceitos clássicos vêm sendo questionados e novas teorias desenvolvidas.

O exemplo clássico desse repensar é a discussão em torno dos conceitos de rural e de urbano estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que são utilizados na realização dos Censos Demográfico e Agropecuário, da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílios (PNAD) e outras pesquisas nas quais se baseiam estudos e políticas públicas.

Para o IBGE, rural estaria em contraposição a perímetro urbano. Tudo aquilo que estiver fora do perímetro urbano é rural. Por sua vez, o perímetro urbano é definido pelo município, pela Câmara Municipal, atendendo, portanto, a critérios políticos e econômicos do local. Esclarecendo, as propriedades localizadas nas áreas urbanas recolhem Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), imposto municipal, ao invés do Imposto Territorial Rural (ITR), que é um imposto federal.

A principal consequência desse alargamento das áreas urbanas dos municípios está em esconder a realidade rural do interior do país, ou seja, o Brasil seria muito mais rural do que os números oficiais dizem.

Entre aqueles que discutem os conceitos de rural e urbano no Brasil e suas implicações estão aqueles que, seguindo a tendência mundial, assumem a tese do contínuo rural-urbano e determinam a existência do "novo rural brasileiro". Esse grupo desenvolveu e desenvolve estudos em vários estados da federação, procurando verificar novas configurações e implicações econômicas desse "novo rural" na espacialidade e dinâmica dos locais.

Para tanto, esse grupo de estudiosos liderados por José Graziano da Silva assume uma data para a separação entre cidade e campo – aquela definida por Marx, de criação da máquina a vapor –, e cria uma data também para a reaproximação entre rural e urbano.

Para esse autor, o surgimento do rural é datado, pois ele apreende a realidade histórica a partir do desenrolar dos processos econômicos. Assim, na medida em que crescentemente vem ocorrendo uma industrialização do campo, sobretudo com a intensificação da globalização, os limites entre rural e urbano tornam-se tênues e haveria mesmo uma reintegração do campo e da cidade, o que seria marcado pela transição dos complexos rurais para os complexos agro-industriais²⁰ (SIQUEIRA e OSÓRIO, 2001, p.73).

Essa vertente assume que a dicotomia entre rural e urbano não é mais possível quando da elaboração de um conceito. Dessa forma, rural e urbano devem ser entendidos como um contínuo, porque:

- a) o rural se urbanizou devido ao desenvolvimento e à aplicação de técnicas industriais na agricultura;
- b) existiu um "transbordamento do urbano para o rural" em termos culturais;
- c) existe um processo de valorização do apelo ambiental do rural pelos habitantes dos centros metropolitanos: utilização para construção de chácaras, spas, hotéis fazenda, entre outros, o que possibilita a criação de ocupações consideradas urbanas no rural;
- d) existe um mercado de trabalho pluriativo, com possibilidade de a família rural obter outras fontes de renda além da agricultura;
- a) se aponta, ainda, a existência de um aumento real da renda rural, conseqüência da participação das rendas oriundas da atividade não agrícola.

²⁰Segundo KAGEYAMA et al. (1987, p.4), "a dinâmica do complexo rural era muito simples, determinada fundamentalmente pelas flutuações do comércio exterior. Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo". Quando a cotação no mercado internacional do produto que servia como carro-chefe compensava, todos os recursos eram canalizados para sua produção. A unidade produtiva também produzia tudo o que era necessário para sua manutenção. Quase não existia mercado interno, porque quase tudo era produzido no complexo rural. A primeira grande crise desse modelo se deu com a suspensão do tráfico negreiro em 1850.

No século XX, mais especificamente no segundo pós-guerra, inicia-se o processo de modernização e industrialização da agricultura brasileira, que "envolve a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário", marcando, assim, o nascimento e a instalação dos complexos agroindustriais no Brasil.

Ou seja, o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além dele, poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito de espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (SILVA, 1997, p.26).

Duas críticas são feitas a essa vertente de estudo do rural brasileiro. A primeira é de que procura generalizar conceitos e análises desenvolvidos para realidades locais, principalmente o Estado de São Paulo, para todo o rural brasileiro, sem considerar as disparidades no desenvolvimento da agricultura em nível regional. E a segunda está relacionada ao não-ineditismo dessa vertente, uma vez que, na década de sessenta, Solari (1979) já destacava a existência de um contínuo rural-urbano e que a modernização da atividade agrícola seria um fator a modificar antigas relações.

Nos últimos vinte anos muitas objeções foram levantadas contra a concepção dicotômica. Todas elas partem de uma idéia que embora não estivesse ausente nos autores que criaram a distinção clássica, nunca adquiriu neles o relevo que seus críticos consideram legítimo. Elas partem, no fundo, da observação de que entre o meio rural e o meio urbano existe uma gradação infinita. Em outras palavras, estamos frente a um *contínuo*. Desde a habitação rural isolada até a grande cidade, existem inúmeros escalões intermediários que vão criando uma transição insensível entre o meio rural propriamente dito e o meio urbano. (...) É um fato bem conhecido que, quando este fenômeno (modernização da atividade agrícola) se produz, o número de contatos com a cidade aumenta enormemente, sendo acompanhado por uma transformação dos traços assinalados. Os sistemas das áreas de contato do homem urbano e do homem rural começam a parecer-se cada vez mais, sem o perigo de desaparecimento total das diferenças (SOLARI, 1979, p.10 e p.12).

É necessário ter claro que essa idéia de contínuo é passível de ser incorporada desde que não extrapolada para a realidade rural do Brasil como um todo. Deve-se aqui assumir aquela premissa dada por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1979) de não extrapolar uma realidade externa à nossa para todo o país. A teoria do "novo rural" é possível de ser aplicada na análise de áreas bem delimitadas, principalmente no entorno dos grandes centros urbanos brasileiros.

Ricardo Abramovay (2000), em seu questionamento do conceito de rural adotado pelo IBGE e da dicotomia rural-urbano, salienta que, atualmente, a Europa, os EUA, e mesmo a FAO quando trata da América Latina, não definem o rural em "...oposição e sim na sua relação com as cidades. Por um lado, o meio rural inclui o que

no Brasil chamamos de 'cidades' – em proporções que variam segundo as diferentes definições, abrindo caminho para que se enxergue a existência daquilo que, entre nós, é considerado uma contradição nos termos: cidades rurais" (ABRAMOVAY, 2000, p.2).

Nessa perspectiva, o autor trabalha a necessidade de se construir um conceito de rural que o inclua na possibilidade de "desenvolvimento nacional". O conceito de ruralidade será, então, um conceito de natureza territorial e não setorial, ou seja, o rural e o urbano não se definem pelos setores econômicos que englobam, mas pelo seu espaço, onde o desenvolvimento rural irá englobar o espaço rural e a sua multissetorialidade.

Essa vertente considera que para se analisar o rural é importante levar em consideração três aspectos básicos. Estes devem ser trabalhados, não de forma meramente estatística, mas considerando o significado da ruralidade nas sociedades contemporâneas:

- a) a relação com a natureza – "a elaboração de indicadores sobre desenvolvimento rural deve incluir a maneira como esta relação entre sociedade e natureza manifesta-se nas diferentes regiões"; as regiões que encaram o meio ambiente não como um limite mas como um trunfo para o desenvolvimento e para alcançar formas mais sustentáveis de geração de renda devem ser valorizadas;
- b) a importância das áreas não densamente povoadas – a dispersão populacional pode representar um sério limite ao aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento, sendo onde se encontram os piores indicadores sociais, o que se reflete no envelhecimento e na masculinização da população; contudo, nas regiões menos povoadas o sentimento de solidão e anonimato, presente nas grandes cidades, é menor e pode significar a possibilidade de recuperação e o reforço de relações de proximidade familiar, comunitária e de vizinhança, que "estes valores possam transformar-se em fontes de desenvolvimento e geração de renda vai depender tanto da organização dos habitantes e das instituições rurais como, sobretudo, do tipo de relação que conseguem estabelecer com as cidades";

c) a dependência do sistema urbano (relação com as cidades) – "a importância e o valor das regiões não densamente povoadas não podem escamotear sua completa dependência com relação às cidades". Definir o que será cidade é fundamental para se chegar também ao nível dessa dependência. Os parâmetros utilizados para tanto servirão para se chegar à conclusão de que existem cidades rurais. Deve haver um "esforço de integrar organicamente cidade e campo sem eliminar as particularidades da organização social, econômica e territorial das áreas não densamente povoadas" (ABRAMOVAY, 2000, p.10-14).

Maria Nazareth Baudel Wanderley (2001) também destaca a necessidade do rural ser visto como uma alternativa de desenvolvimento e não como uma fonte de problemas. Defende, para tanto, que seja criado um "pacto social pelo desenvolvimento rural" que considere esse meio como espaço específico de vida e de trabalho, "portador de soluções" para problemas como o emprego e a qualidade de vida. Essas potencialidades devem ser transformadas em forças sociais para o desenvolvimento, uma vez que o rural está integrado socialmente "...ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais", mantendo, contudo, características próprias, "particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas", que o identificam como um espaço específico, diferenciado e viável (WANDERLEY, 2001, p.32).

Quando destaca a necessidade de se considerarem as especificidades do espaço rural, Wanderley (2001, p.32) aponta a existência de uma dupla face a ser reconhecida, ou seja, o meio rural deve ser visto como espaço e como lugar: espaço físico diferenciado resultante das relações sociais estabelecidas no processo de ocupação do território e nas relações com a cidade; e lugar de vida, "lugar onde se vê e se vive o mundo". Dessa forma, a autora desconsidera as vertentes teóricas que defendem a tese do contínuo rural-urbano baseado na urbanização do campo, pois considera que estas apontam para um processo de homogeneização espacial e social que destrói fronteiras e apaga especificidades.

Wanderley (2001) defende, porém, a vertente que considera o contínuo rural-urbano como uma relação que aproxima e integra dois pólos extremos. Nessa perspectiva, considera que as relações entre o campo e a cidade não destroem as particularidades dos dois pólos e, por conseguinte, não representam o fim do rural, mas que, ao contrário, revalorizam as representações do rural e do urbano, representações estas que "...reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade" (WANDERLEY, 2001, p.33).

É essa a posição teórica assumida por este trabalho para apreender a ruralidade. Ou seja, o espaço rural de Colombo não será visto como um transbordamento do urbano – mesmo que a Curitiba urbana avance sobre a região sul daquele município –, nem como atrasado em relação à modernidade do urbano. É visto, sim, a partir da valorização do espaço local – lugar de convergência entre o rural e o urbano, e da vida local, resultado do encontro entre o modo de vida rural e o modo de vida urbano – que não se encontra fadado à destruição.

3.2 A AGRICULTURA FAMILIAR: SISTEMA DE VALORES, FORMAS DE SOCIABILIDADE E CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO

A categoria *agricultura familiar*, mesmo não sendo nova dentro da sociologia, vem assumindo ares de novidade em consequência do significado e da abrangência que lhe tem sido dados a partir dos anos noventa. Embora a produção familiar sempre tenha feito parte das discussões sobre a formação da economia agrária brasileira, na atualidade essa discussão assume outra roupagem. Seguindo uma tendência mundial, a sociologia brasileira passa a direcionar suas discussões para a interrogação das possibilidades e formas de reprodução e transformação da agricultura familiar inserida em sistemas socioeconômicos diferenciados.

Se na Europa a mobilização pela agricultura familiar surge como uma reação à política de integração do continente, aqui ela ganha ares de alternativa ao modelo da exclusão econômica e social, passível de modificar e dinamizar espaços e economias

locais. As populações locais, antes desprezadas e encaradas como fonte de atraso, passam a ter seu "patrimônio sociocultural" valorizado e visto como forma de reação das coletividades locais ao processo de massificação e assimilação pela sociedade global. Nessa perspectiva, a agricultura familiar teria, em contextos socioeconômicos diferenciados, criado um sistema de valores e formas de sociabilidade que possibilitaram a manutenção da interdependência entre propriedade, trabalho e família.

3.2.1 A Agricultura Familiar como Categoria Social e Analítica

A categoria social e analítica agricultura familiar tem sido utilizada no sentido de diferenciar aqueles produtores, principalmente os que assumiram um padrão moderno de produção, do camponês tradicional, do agricultor de subsistência e do pequeno produtor. Essa agricultura familiar moderna tem sido encarada como uma nova alternativa para a implementação do desenvolvimento no meio rural brasileiro, contrariando a teoria que previa a extinção da produção familiar como meio de superação da estagnação econômica e social no campo.

A vertente que assume a necessidade de estímulo à agricultura familiar como motor do desenvolvimento rural e local tem se fundamentado nos estudos realizados por Chayanov (1976) sobre a produção familiar russa (campeinato russo) do final do século XIX e início do século XX. A teoria de Chayanov (1976) está fundamentada sobre a afirmação de que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Para o autor, a empresa familiar não se organiza sobre a exploração do trabalho alheio, da mais-valia, mas sobre o trabalho desenvolvido pelo proprietário dos meios de produção e de sua família. Assim sendo, tanto a propriedade dos meios de produção (inclusive a terra) quanto o trabalho são familiares.

Desse fato resulta a tradicional identificação entre família e empresa que se expressa em dois níveis. Por um lado, no que se refere à relação com o trabalho, o produtor familiar tem em relação ao esforço físico e mental exigido pelo trabalho um comportamento diferente do empresário capitalista, pois o esforço em questão deve ser realizado por ele mesmo, com o desgaste de suas próprias capacidades físicas e mentais. O capitalista pode guardar uma maior distância em relação ao trabalho, pois é sempre o esforço de outros.

Por outro lado, sendo um proprietário que trabalha, o produtor familiar depende, para a sua reprodução social, da preservação – e mesmo da ampliação – do seu patrimônio produtivo, aqui tomado como o conjunto dos meios necessários à produção. Isto quer dizer que cabe a ele assegurar os recursos necessários para uma reprodução patrimonial (WANDERLEY, 1998, p.31).

Ou seja, a reprodução patrimonial depende da família e o rendimento obtido não pode ser dividido em parcelas (salário e parcelas da mais-valia) como na produção capitalista. "Na unidade familiar de produção, pelo contrário, o resultado da produção constitui um *rendimento indivisível*, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra" (WANDERLEY, 1998, p.32). É daí que sairão os recursos necessários à manutenção da atividade produtiva e da família.

Para superar os baixos rendimentos os produtores familiares traçam estratégias que, para Chayanov (1976), estão fundadas no balanço entre o trabalho e o consumo, ou seja, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família. Para tanto, destaca a necessidade de se levar em conta a variável demográfica da família camponesa, pois esta determinará o estoque de mão-de-obra existente. Afirma, por essa razão, que a cada momento da evolução da família sua composição determina a capacidade da força de trabalho disponível e a magnitude de suas necessidades de consumo. Ao chefe da família/empresa caberá a responsabilidade de avaliar, subjetivamente, o grau e a intensidade da auto-exploração da sua força de trabalho.

Quando relaciona a produção agrícola das unidades familiares com o "processo geral de reprodução econômica", esse pensador salienta que a agricultura familiar, assim como a agricultura de todo o mundo, está subordinada à "circulação geral da economia mundial", que, por sua vez, é regulada pelos "centros do capitalismo" (CHAYANOV, 1976, p.305). O capitalismo se utiliza das pequenas unidades familiares para se instalar no campo, integrando-as na sua estrutura, sem contudo perder sua hegemonia. Por essa razão, conclui Wanderley (1999) que o campesinato (produção familiar) não pode ser considerado um modo de produção, mas uma forma de organizar a produção no interior de diferentes modos de produção.

Estos vínculos comerciales que convierten la explotación familiar natural aislada en una pequeña productora de mercancías son siempre las primeras maneras de organizar las unidades económicas campesinas dispersas y de abrir las primeras vías de penetración a las relaciones capitalistas en el campo. Mediante estas conexiones, cada pequeña empresa campesina se convierte en una parte orgánica de la economía mundial, experimenta en sí misma los efectos de la vida económica general del mundo, es poderosamente dirigida en su organización por las demandas económicas del mundo capitalistas y, a su vez, junto com millones semejantes a ella, afecta todo el sistema de la economía mundial (CHAYANOV, 1976, p.306).

É com base nessas premissas que Wanderley (1996, p.2) considera que "...a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares" e que Lamarche (1997, p.15) declara toda a produção agrícola em que propriedade, trabalho e família estão interrelacionados como formas de agricultura familiar. Cabe ressaltar, ainda, que, segundo esses dois autores, a exploração familiar não pode ser considerada apenas um elemento na diversidade de modelos de exploração agrícola existentes, mas contendo nela toda uma diversidade.

Nessa diversidade, é consenso entre os estudiosos da agricultura familiar, na atualidade, que a agricultura camponesa tradicional é a mais antiga das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda na relação entre propriedade, trabalho e família. Contudo, esse campesinato tradicional desenvolveu-se diferentemente nas várias regiões do planeta com especificidades "...que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global" (WANDERLEY, 1996, p.3). Embora Mendras (1978) tenha anunciado o fim do campesinato, este se manteve, na modernidade, em diversos países, sendo possível identificar "...setores mais ou menos expressivos, que funcionam e se reproduzem sobre a base de uma tradição camponesa, tanto em sua forma de produzir quanto em sua vida social" (WANDERLEY, 1996, p.11).

Maria Nazareth Wanderley (1996, p.12) trabalha com a hipótese de que as formas atuais de agricultura familiar, não camponesas, são o resultado das transformações ocorridas internamente no campesinato tradicional, que, pressionado pelo impacto das transformações de caráter mais geral – tais como a pressão da cultura urbana sobre a rural, centralidade dos mercados, globalização da economia, entre

outros – tentaram adaptar-se a um novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna. Estaríamos assistindo, então, a um processo contínuo de readaptação do camponês, que, buscando sua sobrevivência, acaba por abrir mão da sua "autonomia tradicional" e da sua vivência em "comunidades de interconhecimento" para uma coletividade mais diferenciada, em que existem, além do rural, outros espaços de organização da vida do indivíduo. Seria a integração do mundo rural à sociedade nacional, mantendo, no entanto, uma dimensão espacial do modo de vida local.

Nessa perspectiva, destaca-se que a determinação de estratégias de reprodução dos agricultores familiares da modernidade obedece à conservação e transmissão do que Lamarche (1997, p.17) chamou de "patrimônio sociocultural" das sociedades camponesas tradicionais, ou seja:

Do ponto de vista do agricultor, parece evidente que suas estratégias de reprodução, nas condições modernas de produção, em grande parte ainda se baseiam na valorização dos recursos de que dispõem internamente, no estabelecimento familiar, e se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. De uma certa forma, os agricultores familiares modernos "enfrentam" os novos desafios com as "armas" que possuem e que aprenderam a usar ao longo do tempo (WANDERLEY, 1996, p.14).

A manipulação desse "patrimônio sociocultural" como forma de reação das coletividades locais ao processo de assimilação pela sociedade global se fez de maneira diferenciada, conforme a realidade social, econômica e cultural. Esse processo de reação que buscou conservar modos de regulação social, sistemas de valores e formas de sociabilidade possibilitou a manutenção da interdependência entre propriedade, trabalho e família no funcionamento dos estabelecimentos familiares.

Essa interdependência de fatores, própria da produção familiar, além de engendrar noções abstratas e complexas, com relação à transmissão do patrimônio e à reprodução da propriedade, também imprime ao "agricultor moderno" uma tríplice identidade de proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador. Isso não significa que o agricultor acumule três tipos de renda; ao contrário, significa que a sociedade ganha três vezes na sua relação com a agricultura familiar:

A título de proprietário fundiário, deveria receber rendas fundiárias ligadas à posse do solo, sendo a renda fundiária a forma específica de renda ligada à propriedade de uma área de terra. Mas há muito tempo ele teve que renunciar a isto para manter seu modo de produzir, para ser competitivo em relação a outras formas produtivas (...).

Em segundo lugar, o agricultor também aparece como um homem de negócios, como um empresário privado; possui seus meios de produção (apesar de alguns observadores pretenderem que, devido ao seu endividamento na compra desses instrumentos de trabalho, ele seja apenas usuário "formal" desses meios que pertencem, de fato, ao capital financeiro que enriquece financiando esta agricultura familiar), isto é, as terras, as máquinas as benfeitorias, os animais, etc. (...) De fato, aí está um empresário que continua produzindo mesmo não tirando vantagem, pior ainda, que aumenta o volume de sua produção quando os preços baixam (a famosa lei da curva da oferta invertida em economia camponesa, que vários políticos e tecnocratas rapidamente compreenderam para a grande vantagem dos consumidores que somos nós), ou ainda, que continua exercendo sua atividade apesar de deficitária no plano contábil. (...)

Finalmente, o agricultor moderno é também, e talvez antes de qualquer coisa, um trabalhador (...). Como trabalhador, é necessário que atribua a ele mesmo o equivalente de um salário para continuar a sobreviver; na verdade, ele é capaz de agüentar uma extraordinária superexploração de si mesmo que nenhum trabalhador assalariado consentiria, mesmo que estivesse convencido de ter nascido para ser um "João Ninguém", influenciado por uma religião fatalista, garantidora de uma determinada ordem social (JEAN, 1994, p.53-55).

A agricultura familiar, desde os tempos coloniais, ocupa um lugar subalterno dentro da sociedade brasileira. Essa situação é reflexo da história da agricultura brasileira, em que a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido, recebendo, daí, estímulo social por meio da política agrícola, que buscou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Quando comparado ao campesinato dos países europeus, principalmente, a agricultura familiar brasileira "...foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção" (WANDERLEY, 1996, p.15).

Dessa forma, diz-se que a história dos pequenos agricultores no Brasil está relacionada com a luta pela posse da terra. Terra que possibilite a produção, a constituição de um patrimônio familiar e de um espaço de trabalho e reprodução da vida familiar. A dificuldade de fixação desse homem rural em sua terra levou-o a criar estratégias para a condução da atividade agrícola, tal como a rotação de culturas, típicas de um modo de vida próprio, o qual é identificado como o único patrimônio passível de ser deixado às futuras gerações: o patrimônio sociocultural.

Embora tenham passado por inúmeros conflitos pela posse da terra, o que leva a uma constante instabilidade, os pequenos agricultores brasileiros sempre buscaram desenvolver atividades rentáveis que garantissem certa estabilidade. É possível afirmar que sempre houve a preocupação de integrar cultivos para o consumo com aqueles destinados ao mercado local e regional.

Nada indica que o campesinato brasileiro se restrinja, em seus objetivos, à simples obtenção direta da alimentação familiar, o que só acontece quando as portas do mercado estão efetivamente fechadas para eles. Pelo contrário, a experiência do envolvimento nesta dupla face da atividade produtiva gerou um saber específico, que pôde ser transmitido através das gerações sucessivas e que serviu de base para o enfrentamento – vitorioso ou não – da precariedade e da instabilidade (...). É este saber que fundamenta a complementação e a articulação entre a atividade mercantil e de subsistência (...) (WANDERLEY, 1996, p.21).

É importante destacar que, na agricultura familiar brasileira, a precariedade e a instabilidade sempre estiveram presentes, gerando a necessidade da migração e do trabalho fora do estabelecimento como indispensáveis à reprodução da família e da propriedade familiar. Quando recorre à venda da força de trabalho, a família agricultora está buscando mecanismos que equilibrem o estabelecimento, seja para aliviar o excedente de mão-de-obra interno, seja pela necessidade de geração de novas rendas. A instabilidade, em algumas situações, também leva a agricultura familiar a contratar mão-de-obra externa como forma de liberar a família das atividades braçais ou de aumentar o contingente de trabalhadores necessário ao desenvolvimento das atividades agrícolas.

A possibilidade de utilização de mão-de-obra externa à família é responsável pela discussão em torno da existência de um "caráter empresarial" da agricultura familiar brasileira. Wanderley (1996) destaca que, embora se discuta que a existência do trabalho assalariado no interior da propriedade familiar provocaria a "emergência de uma relação social de produção capitalista", (...) "a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo de existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasto no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar" (WANDERLEY, 1996, p.27). Outro argumento utilizado pela autora para negar a transformação desses agricultores em empresários capitalistas é de que a agricultura familiar não tem a capacidade, sozinha, de gerar trabalho assalariado; ao contrário, ela utiliza-se da mão-de-obra refugada pelo grande capital.

Nessa perspectiva, considera-se que a agricultura familiar teve, a princípio, uma função social e histórica de permitir a ocupação do território, alargando as fronteiras agrícolas ou ocupando áreas que a produção mercantil desprezava. Nessas áreas, o trabalho familiar superou as dificuldades edafoclimáticas, garantiu a subsistência das famílias, além de servir de suporte à criação de uma identidade nacional.

É por intermédio da família que são, ainda hoje, estabelecidos os vínculos e as relações com o mundo exterior ao mundo agrícola. Mesmo a expansão das atividades não agrícolas no meio rural está diretamente relacionada à manutenção da família na situação de ruralidade. Wanderley (2001) trabalha, como hipótese, que parte significativa da diversificação econômica e da pluriatividade tem origem nas famílias agrícolas. Para a autora a pluriatividade constitui uma estratégia de sobrevivência e permanência da família no meio rural e de manutenção de vínculos com o patrimônio familiar. Dessa forma, a pluriatividade serve à valorização do lugar da família (patrimônio fundiário familiar), que serve de ponto de referência para toda a família. Além disso, a formação de um patrimônio familiar sólido é fundamental à adaptação das exigências da agricultura moderna, uma vez que é base para que formas de reprodução, de sociabilidade e de mobilidade social se desenvolvam.

3.2.2 A Dimensão Simbólica do Patrimônio da Terra na Agricultura Familiar

Nesta sessão, busca-se analisar o significado do patrimônio da terra na agricultura familiar, destacando o padrão sucessório da terra como uma instituição, no sentido dado por Berger e Berger (1978) quando analisam a linguagem (já destacado na seção 2.1).

Os autores se utilizam do conceito de fato social²¹, presente na obra de Durkheim, para definir instituição "como um padrão de controle, ou seja, uma

²¹"É fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter." (DURKHEIM, 1978, p.11).

programação da conduta individual imposta pela sociedade" (BERGER; BERGER, 1978, p.193). Sendo um fato social, uma coisa, a instituição possui a capacidade de existir independentemente dos indivíduos e de demarcar o campo no qual vivem os homens, o campo do humano, da ação consciente.

Além dessa vertente, utiliza-se também de uma análise de caráter sistêmico, em que as dimensões da funcionalidade, do simbólico e do imaginário se entrelaçam para imprimir um certo grau de alienação com relação ao real significado do padrão sucessório da terra adotado na agricultura familiar do Sul do país, ou seja, a manutenção de um padrão de produção e reprodução social, econômico e cultural.

A posse da terra não é suficiente para a reprodução da agricultura familiar; ela depende, ainda, da incorporação de tecnologia ao processo de produção, da política agrícola, da inserção no mercado e da capacidade de trabalho e de gerenciamento da família. Para o pequeno produtor é difícil conceber essa relação; em seu referencial, é na terra e por ela que existe o "ser agricultor". Como diria Castoriadis (1987), é como o agricultor "representa o real ou o que é indispensável para pensá-lo ou agi-lo", é o simbólico racional. Considerando que o real deve compreender o imaginário tanto no que diz respeito à organização da natureza quanto ao social; o real da natureza está impregnado de categorias lógicas, e o real do social somente pode ser conhecido se "categorizado pela estruturação social e o imaginário que este significa; relações entre indivíduos e grupos, comportamento, motivações, não são somente **incompreensíveis** para nós: são **impossíveis em si mesmos** fora deste imaginário" (CASTORIADIS, 1987, p.193) (grifos do autor).

Realizar uma análise do significado do patrimônio da terra na estrutura da agricultura familiar requer, primeiramente, que se identifique o significado que a mão-de-obra familiar e as relações estabelecidas nos grupos domésticos tem na organização da atividade produtiva.

Eunice Durhan (1978), analisando a estrutura e a organização da família rural brasileira, salienta que, tanto ontem quanto hoje, a característica fundamental é a dominação paterna. Nessa estrutura, cabe ao pai não só as decisões que afetam o grupo como um todo, mas também aquelas que se referem a cada um dos membros,

individualmente. A organização do trabalho e sua produtividade estão relacionadas, na agricultura familiar, à mão-de-obra disponível na família, à terra e às condições de fertilidade do solo. É na família, e somente dentro dela, que o agricultor familiar pode subsistir, pois ela carrega uma dimensão de "reprodutora material", como salienta Rasia (1987b), do trabalhador rural e dela mesma. Essa dimensão está consubstanciada no patrimônio da terra.

É nessa dimensão de "reprodutor material" de uma estrutura produtiva que o patrimônio da terra se constitui enquanto instituição historicamente determinada tanto pelo econômico quanto pelo cultural; instituição que define a existência da categoria *agricultura familiar*. O autor lembra que na essência dessa afirmação está a questão da relação entre capital e patrimônio, mais ainda, da representação que os agricultores fazem dessa relação.

Pode-se levantar aqui uma hipótese sobre essa representação: os produtores familiares nem sempre identificam capital e patrimônio. Quando existe a identificação, esta é mediada pela relação de troca que se impõe como elemento ordenador da relação entre trabalho familiar e mercado. Porém, o que parece predominar na relação entre capital e patrimônio é uma oposição, à medida que a noção de patrimônio expressa um conjunto de meios de vida, e, enquanto tal, não é perpassada pela relação de troca, não constituindo uma expressão puramente monetária.

Assim, ao mesmo tempo em que patrimônio e capital podem ser equivalentes, são também noções diferenciadas, visto que representam para o produtor realidades distintas: uma delas completamente permeada pela troca e outra, referenciada não pela troca com o mercado, mas pela produção da própria vida. A identificação primeira é, portanto, entre patrimônio e meios de vida e decorre, principalmente, dos estreitos limites econômicos nos quais a família se movimenta. Nesse sentido, a hipótese se completa, apontando para o patrimônio como uma noção na qual predominam determinações de ordem extra-econômica (RASIA, 1987b, p.4-5).

Nessa dificuldade em incorporar ao conceito de patrimônio outros bens, que não a terra, está a chave do seu caráter institucional. A terra é meio de vida e, por essa razão, não pode ser simplesmente reduzida a uma expressão monetária como os demais bens, embora possa vir a sê-lo. Por determinações de ordem extra-econômica, pode-se entender, por exemplo, o caráter histórico da terra, tendo em vista que nela funde-se a história individual e grupal. É por meio da terra que o indivíduo e o social são instituídos concomitantemente, e as atribuições, as condutas e os papéis estabelecidos devem

facilitar a existência e a manutenção do coletivo. Por essa razão, não será somente o direito civil que irá regular a sucessão: estarão aí presentes determinantes de ordem social e econômica que, segundo Wolf,²² citado por Rasia (1987a, p.90), criarão normas especiais com vistas à manutenção da "propriedade camponesa".

A possibilidade de continuidade dos filhos na profissão do pai, agricultor, estava assegurada pela agricultura familiar do Sul até o início dos anos setenta, uma vez que esta conseguia cumprir duas condições básicas, até aquele momento, para a sua sobrevivência: preservar seu patrimônio fundiário e garantir a instalação de seus filhos em novas áreas, através da fronteira agrícola. Para Abramovay et al. (2000) foram quatro as formas de assegurar a multiplicação da agricultura familiar:

a) pela instituição do minorato (também chamado de ultimogenitura) pela qual a terra paterna é transmitida ao filho mais novo que, em contrapartida, responsabiliza-se por cuidar dos pais na velhice; b) pelo esforço permanente de dotar os filhos mais velhos dos meios que permitam a reprodução de sua condição de agricultores; c) pela valorização da atividade agrícola como forma de realização na vida adulta; d) pela grande mobilidade espacial e um mercado de terras particularmente dinâmico entre os agricultores familiares (ABRAMOVAY et al., 2000, p.6).

Ser agricultor era um compromisso com um modo de vida. Fundamentalmente, o que se apresentava como característica da agricultura familiar, em termos de papéis, era a naturalização da manutenção do modo de vida do pai para os rapazes e da mãe para as moças. Segundo Abramovay et al. (2000), todo o processo sucessório da propriedade agrícola estava, e ainda hoje se mantém, articulado em torno da figura do pai, que determinava o momento da passagem da responsabilidade do estabelecimento. Esse momento apresentava, e ainda apresenta, um vínculo com a capacidade de trabalho do pai e sua expectativa de vida produtiva; dessa forma, ninguém mais indicado do que o filho mais moço para sucedê-lo. O que legitima o poder do pai é o consenso familiar que transforma o patrimônio em um "objeto-fetichê", em uma instituição, com um sistema de leis e proibições cuja a lógica não é totalmente explícita.

²²WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. p.103.

Toda a história familiar e pessoal do pequeno produtor tem uma relação direta com a terra; nela está sua identidade social e, por essa razão, não pode ser transformada em mercadoria. A preservação do patrimônio paterno como símbolo de identidade da família agricultora, para o qual todos se voltam quando necessitam reafirmar sua natureza, seu mito fundador, requer que, quando do casamento dos filhos mais velhos, seja constituída uma nova unidade doméstica; para tanto, é necessário acesso à terra. O fechamento da fronteira agrícola interna e os altos preços da terra no sul motivaram, a partir da década de oitenta, a busca de alternativas à preservação dessa identidade social. É quando se assiste a um movimento, primeiramente, de inserção dos agricultores do sul nos projetos oficiais de colonização da Amazônia Legal e, posteriormente, nos movimentos de Atingidos pelas Barragens, de Trabalhadores Sem-Terra e de Defesa da Agricultura Familiar. Nesses vários momentos, o agricultor familiar busca muito mais do que viabilidade econômica: ele procura reproduzir-se no tempo por meio do patrimônio da terra. Persiste, portanto, o mito da terra, sua sacralização.

É a terra de trabalho contra a terra de negócio. O que unifica as aspirações e lutas de um colono gaúcho, de um posseiro maranhense e de um índio Tapirapé é essa resistência obstinada contra a apropriação capitalista da terra. Mesmo que cada um, cada categoria social, construa a sua concepção de propriedade, o seu próprio regime de propriedade anticapitalista: a propriedade camponesa, a propriedade comunitária e a posse (MARTINS, 1982, p.61-62).

A terra, enquanto símbolo, adquire novas determinações que ocasionam conseqüências, conexões e significados não previstos, criando uma nova funcionalidade para o mito: motor dos movimentos sociais que se instalam no campo a partir da década de oitenta cuja a principal reivindicação é a terra.

A divisão do trabalho, por sexo e idade, dentro do grupo doméstico rural também serviu para perpetuar o padrão de herança e, conseqüentemente, a instituição do patrimônio da terra como viabilizador de uma categoria social. Mulheres, crianças e jovens ocupavam e ocupam posição subordinada na esfera produtiva e seu trabalho aparece como ajuda, mesmo que as atividades executadas sejam imprescindíveis para a reprodução da unidade familiar.

Há, no sul do Brasil, principalmente nas antigas regiões de colonização italiana e alemã, um padrão a respeito da sucessão nas propriedades rurais. Esse padrão, é claro, comporta variações e exceções, mas são os filhos homens que herdaram a terra, enquanto as mulheres se tornam agricultoras por casamento. Elas recebem herança quando o casal não tem descendência masculina ou quando uma filha casada cuida dos pais até que eles morram. Além disso, o padrão de herança igualitária pode surgir quando a terra não tem mais importância como meio de produção, ou quando os pais têm propriedades grandes. O que importa reter aqui é que se for necessário excluir alguém, as mulheres são as primeiras a serem escolhidas. Nossa experiência de muitos anos de pesquisa de campo no meio rural catarinense nos mostrou que este problema quase nunca é citado espontaneamente, o que dá a falsa impressão de que, para as mulheres, o alijamento da posse da terra é considerado natural e, portanto, aceitável. Porém, em momentos de descontração e não havendo homens presentes, fomos surpreendidas mais de uma vez por manifestações de profunda revolta por parte mesmo de mulheres já idosas. Elas alegam que "*trabalharam tanto quanto seus irmãos na terra dos pais*", alegação que só faz sentido se atentarmos para o fato de que a herança está associada ao pagamento dos serviços prestados na terra, tanto assim que os filhos que receberam apoio financeiro para estudar já se sabem de antemão excluídos da partilha dos bens. O alijamento das mulheres significa que seu trabalho não é reconhecido como tal (PAULILO, 2000, p.4).

Como consequência da desvalorização do trabalho feminino no campo e da única forma de a mulher se manter na atividade agrícola ser o casamento²³, assiste-se, atualmente, a uma crescente migração das jovens para os centros urbanos e a masculinização das áreas de agricultura familiar. Assim, uma regra que visava à manutenção da identidade social, pois lançava a mulher na busca de um casamento endogâmico (pensado no sentido de procurar um herdeiro ou proprietário de terras dentro do mesmo limite territorial) pode vir a comprometer a reprodução da agricultura familiar. Abramovay et al. (2000) demonstram, em pesquisa realizada junto a agricultores familiares do oeste catarinense, que as jovens rurais manifestam completo desagrado pela atividade agrícola, o que pode estar relacionado com sua situação de subordinação.

Mesmo que haja preocupação em não prejudicá-las sob o ângulo patrimonial o fato é que na organização da propriedade, o papel das moças é inteiramente subalterno. Neste sentido, é nítido o contraste entre a contribuição decisiva das moças no trabalho agrícola e a sua completa distância de tarefas que envolvam responsabilidades nas tomadas de decisão quanto aos destinos do estabelecimento. (...) Em última análise, o que está em jogo aí é uma questão de

²³As mulheres assentadas pelo Programa de Reforma Agrária somente têm direito a titularidade quando chefes de família.

poder: embora as mulheres participem do trabalho na propriedade, no mínimo em condições iguais às dos homens, elas não têm qualquer acesso às tarefas que envolvam algum grau de responsabilidade ou de tomada de decisão (ABRAMOVAY et al., 2000, p.14-15).

O caráter institucional do patrimônio da terra se expressa justamente na questão da "luta pelo poder". Poder entendido como uma estrutura passional de construção e destruição, de amor e de trabalho, que cria um mito paterno – no caso das sociedades históricas, uma ideologia. Ideologia que modela as condutas através da repetição de normas, da educação, que buscam a submissão e o sofrimento pelo bem comum.²⁴

3.2.3 A Ética do Trabalho na Agricultura Familiar

Claus Offe (1989, p.5) destaca que as tradições clássicas da sociologia burguesa e da sociologia marxista compartilham a visão de que o trabalho constitui a categoria básica, o fato sociológico fundamental. É sobre esse pressuposto que constroem suas noções de sociedade moderna com uma dinâmica centrada no mundo do trabalho: "a sociedade do trabalho". O autor concorda com Marx quando afirma que todas as "sociedades são compelidas a entrar em um metabolismo com a natureza, através do trabalho", e a organizar e estabilizar esse metabolismo de forma tal que seu produto garanta a sobrevivência física de seus membros".

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, afim de

²⁴Segundo Enriquez (1997), toda instituição, seja nas sociedades arcaicas ou modernas, possui um discurso inaugural que se expressa através de um mito fundador. O mito contado permite que cada indivíduo se reconheça como parte do social refugiando-se na segurança da comunidade. O mito funda, ao mesmo tempo, o indivíduo e o social; dessa forma, indivíduo e sociedade são indissociáveis. Nas sociedades modernas, o mito fundador é substituído pela ideologia. Assim como o mito, a ideologia é uma via de representação do social. Para Enriquez a ideologia tem o poder de expressar a homogeneidade e de ocultar o conflito social, exprimir a liberdade e disfarçar a exploração. Contudo, mesmo a ideologia tendo uma face do real, ela é omissa e mentirosa por natureza. Isso porque quando se aceita colocar em discussão certos pressupostos corre-se o risco de ser destruído. Assim, destaca-se no estudo das instituições a questão da manutenção do poder, este como um esforço consciente de dominação segundo um modelo determinado.

apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 1987, p.202).

Na concepção de Engels (1977, p.63), o trabalho, muito mais do que fonte de toda riqueza em conjunto com a natureza, "é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem", no momento em que o impulsionou a criar a linguagem para que pudesse comunicar as técnicas de trabalho que passava a desenvolver. O autor entende que o trabalho tem início a partir da elaboração dos primeiros instrumentos de caça e de pesca, que muitas vezes eram também utilizados como armas.

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. À caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas do cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela (ENGELS, 1977, p.69).

Até meados do século XV, o trabalho era considerado na sociedade ocidental como indigno e penoso. Com a ascensão da burguesia ao poder, o trabalho passa a ter uma conotação positiva e representar meio para o sucesso e a realização pessoal.

Retrocedendo à Antiguidade Clássica (grega e latina), observa-se que o trabalho braçal era executado pelos não-cidadãos. Aos cidadãos era reservado o trabalho de fazer a política. Hannah Arendt (2001) irá afirmar, a partir dessa constatação, que sempre existiu uma distinção, não explícita, entre trabalho e labor. O trabalho digno era executado pelos nobres, os "homens-de-bem", isso em todas as épocas, enquanto aos "indignos" cabia o labor, o desgaste físico, aquele trabalho que aproxima o ser humano do "inumano".

O desprezo pelo labor, originalmente resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade de uma impaciência não menos forte em relação a todo esforço que não deixasse qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer grande obra digna de ser lembrada, generalizou-se à medida em que as exigências da vida na pólis consumiam cada vez mais o tempo dos cidadãos e com a ênfase em sua abstenção de qualquer atividade que não fosse política, até estender-se a tudo quanto exigisse esforço. O costume político anterior, que precedeu o pleno desenvolvimento da cidade-estado, meramente distinguia entre escravos – inimigos vencidos, que eram levados para a casa do vencedor juntamente com outros despojos de guerra e lá, como moradores da casa, trabalhavam como escravos para prover o próprio sustento e dos seus senhores – e os *demiourgoi*, os operários do povo em geral, que tinham liberdade de movimento fora da esfera privada e dentro da esfera pública. (...) todas as antigas classificações das atividades humanas (...) repousam na convicção de que o labor do nosso corpo, exigido pelas necessidades deste último, é servil (ARENDR, 2001, p.91-93).

A sociedade cristã da Idade Média irá ligar a obrigação do trabalho com a noção de sofrimento e purgação dos pecados. "Trabalhar manualmente é tarefa árdua e esta penosidade é amenizada por dias de folga, santificados ou feriados, que nos séculos XIV e XV na Europa chegavam a quase um terço" (GEHLN, 2002, p.4).

A politização do conceito de igualdade, no período compreendido entre os séculos XV e XVIII, universalizou o trabalho como condição de cidadania política, de realização pessoal, e o não trabalho como sinônimo de marginalização e exclusão social. Nesse período, os feriados passam a ser condenados, sob a alegação de que causariam a desordem e a pobreza. O trabalho passa a ser visto como regenerador dos males e fonte da benção divina.

Essa nova conotação do trabalho fazia parte da estratégia reformista dos burgueses, que protestavam contra os dogmas da Igreja Católica da época. É sob essa nova ótica que se dá a industrialização da Europa e a normalização das relações de trabalho nas fábricas.

A indústria não poderia ter-se afirmado sem a crescente racionalização do trabalho. Não faz mais do que uns duzentos anos que o trabalho é considerado, ao mesmo tempo, um dever moral, uma obrigação social e caminho natural da realização pessoal. Essa chamada "ética do trabalho" que impregnou todas as sociedades modernas tem três grandes alicerces: a) quanto mais um indivíduo trabalha, mais ajuda a melhorar a vida da coletividade; b) quem trabalha pouco, ou não trabalha, prejudica a comunidade e não merece respeito; c) quem trabalha direito acaba tendo sucesso e quem não o alcança é por sua própria culpa (VEIGA, 1993, p.151-152).

Essa "ética do trabalho" passa a funcionar como justificativa ideológica para a inclusão ou exclusão social, a riqueza ou a pobreza, a moralidade ou a imoralidade.

Os imigrantes europeus que se instalaram no Estado do Paraná e em toda a Região Sul a partir do século XIX trazem, segundo Rotta (1999), Gehlen (1996 e 2002) e Gehlen e Mélo (1997), esse referencial moderno de relação com o mundo do trabalho:

...os imigrantes europeus (...) já haviam sido educados com essa mentalidade e encarnavam a oportunidade na nova terra como forma de provar seu valor, sua honra, sua dignidade. No primeiro momento, as condições adversas levaram a um fechamento étnico-cultural como possibilidade de sobrevivência, mascarando um pouco a idéia da centralidade do trabalho com a finalidade étnico-cultural. Superada essa fase inicial, a ética do trabalho afirma-se com toda a força, relativizando inclusive a própria afinidade étnico-cultural (ROTTA, 1999, p.67).

Esses agricultores, embora tivessem esse referencial moderno do trabalho incorporado, não tinham acesso à tecnologia e ainda não estavam coagidos pela competitividade produtivista; que, em poucas palavras, direcionada a tecnologia para controlar o tempo e a produtividade se transforma em objetivo único do trabalho. Gehlen (2002) considera que, no caso das colônias de imigrantes europeus, é essa imposição do trabalho produtivo como referência valorativa de moderno que irá levar a diferenciação social interna entre aqueles agricultores familiares.

A lógica da produtividade (relação ideal entre trabalho-tecnologia-produção mensurada pelo tempo) desestruturou os saberes experimentais acumulados e seus efeitos foram profundos, indelévels e diferenciados sobre as diversas classes e/ou grupos sociais específicos. Redefiniu identidades profissionais e socioculturais. Produziu exclusão e pobreza (GEHLEN, 2002, p.12).

Contudo, esse autor também afirma, em texto anterior ao acima citado, que, mesmo com o fenômeno da tecnificação, que transformou todo o processo produtivo agrícola, muito do saber tradicional do agricultor familiar se manteve, bem como da sua relação histórica com a terra, com o trabalho e com a família.

O trabalho para grande parte do agricultores familiares modernos, representa ao mesmo tempo uma necessidade (um dever) e um valor ético. Ambas dimensões ocultam a de agregação de valor material ou econômico ao resultado obtido. Nesta perspectiva o trabalho "dignifica" o ser humano em si mesmo, logo quanto mais (tempo) trabalhar mais digno e honrado. Fora o trabalho somente a religião e o descanso (como recomposição de energias para o trabalho) tem legitimação social (GEHLEN, 1996, p.8).

Na agricultura familiar, o trabalho, da mesma forma que a terra – enquanto parte central do patrimônio familiar –, é condição de afirmação da identidade e de realização da cidadania. Contudo, a sociologia, de modo geral, quando estuda a categoria trabalho tem priorizado questões como a proletarização da força de trabalho e da divisão social e técnica do trabalho.

Para Gehlen (1996) o estudo da identidade do homem do campo com o mundo do trabalho deve ser realizada levando-se em conta o conceito de trabalho que cada classe social do meio rural elabora. O autor destaca, ainda, que essa elaboração está intimamente relacionada com o envolvimento que os atores tenham com a questão política e social da terra, bem como com a execução da atividade do trabalho. Além disso, é importante entender como a noção de trabalho se desenvolve em cada sociedade.

4 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO ESTADO DO PARANÁ E NO MUNICÍPIO DE COLOMBO

As mudanças ocorridas na década de noventa no sistema previdenciário possibilitaram um aumento substancial no número de benefícios concedidos e mantidos²⁵ no Estado do Paraná, assim como no Brasil como um todo.²⁶ O aumento no número de benefícios gerou também um crescimento substantivo do percentual de recursos necessários ao pagamento desses.

No Paraná, observou-se um crescimento superior a 100% no número de benefícios concedidos e de 83% no número de benefícios mantidos entre os anos de 1990 e 2000. Os anos de 1992 e 1993 são considerados atípicos do ponto de vista da concessão de benefícios, isso em função da regulamentação da lei de inclusão da previdência rural no Regime Geral da Previdência em 1992 (tabela 2).

TABELA 2 - NÚMERO DE BENEFÍCIOS RURAIS CONCEDIDOS E MANTIDOS ENTRE 1990 E 2000 NO ESTADO DO PARANÁ, SEGUNDO A ESPÉCIE DO BENEFÍCIO E TOTAL DE BENEFÍCIOS RURAIS POR ANO - PARANÁ - 1990-2000

ANO	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	BENEFÍCIOS RURAIS MANTIDOS							
		Aposentadoria por Idade		Pensão por Morte		Outros Benefícios Rurais		Total de Benefícios Rurais Mantidos	
		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
1990	28.179	199.476	62,7	96.546	30,3	22.145,0	7,0	318.167	100,0
1991	23.573	107.193	36,9	88.357	30,4	94.730,0	32,6	290.280	100,0
1992	97.151	174.638	45,0	104.601	26,9	109.056,0	28,1	388.295	100,0
1993	73.275	245.155	52,7	110.461	23,8	109.174,0	23,5	464.790	100,0
1994	45.928	266.391	54,5	114.118	23,4	107.991,0	22,1	488.500	100,0
1995	34.854	267.711	54,5	118.648	24,2	104.587,0	21,3	490.946	100,0
1996	31.705	266.643	54,4	123.190	25,2	99.884,0	20,4	489.717	100,0
1997	42.578	272.010	54,7	127.058	25,6	98.058,0	19,7	497.126	100,0
1998	52.418	285.851	56,2	131.599	25,9	91.170,0	17,9	508.620	100,0
1999	46.471	294.051	56,8	135.593	26,2	87.785,0	17,0	517.429	100,0
2000	56.503	301.621	57,3	139.549	26,5	85.057,0	16,2	526.227	100,0

FONTE: Anuário Estatístico da Previdência Social - MPAS - 2001

²⁵Benefícios mantidos correspondem ao estoque total de benefícios do sistema previdenciário. Um benefício é incorporado ao cadastro logo após ser concedido, o que implica em pagamentos mensais até que cesse o direito ao seu recebimento (Anuário..., 2003)

²⁶Entre os anos de 1990 e 2000 a concessão de benefícios previdenciários rurais no Brasil passou de 414.884 para 1.017.807, enquanto o número de benefícios rurais mantidos pulou de 4.329.345 para 7.028.638 (Anuário..., 2003).

4.1 POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL NO PARANÁ

Com a finalidade caracterizar a população beneficiária da previdência social rural, bem como de demonstrar a importância do benefício previdenciário no total da renda das famílias do Estado do Paraná, segue uma análise de parte dos dados coletados pela pesquisa Ipea/Ipardes/Deser para a Região Sul²⁷. Os dados selecionados dizem respeito à caracterização do beneficiário e ao total dos rendimentos obtidos pelas pessoas acima de 10 anos residentes no domicílio do beneficiário pesquisado. A proposta é demonstrar a importância do benefício na formação da renda familiar e, conseqüentemente, na manutenção das famílias.

Analisando os dados relativos à distribuição dos beneficiários por gênero constata-se que do total de 1.280 pessoas pesquisadas no Paraná²⁸ 61,4% eram mulheres e 38,6% eram homens. A maior proporção de mulheres é justificada pelos dados do IBGE, que apresentam, para a faixa etária de 60 anos e mais, no ano de 2000, resultados em que as mulheres representam 52,9% da população. A maior longevidade das mulheres pode ser constatada, também, quando se analisam os dados relativos à

²⁷A pesquisa em questão analisou os dados coletados de forma condensada para a Região Sul e nacionalmente. A discussão desses dados para o Estado do Paraná é algo inédito.

²⁸A metodologia para a determinação da amostra para a Região Sul considerou a opção por um plano amostral que indicou a aplicação de 3.000 formulários por região em análise em nível nacional. A partir daí, considerou-se necessária uma sub-regionalização e tipificação da área de pesquisa. Nesse processo três variáveis classificatórias foram utilizadas: relações de trabalho, principais produtos cultivados e renda. Como resultado do processo de tipificação dos sistemas de produção definiram-se três mesorregiões: agricultura familiar de subsistência, agricultura familiar consolidada e assalariamento rural. Estabeleceu-se, também, o número de 1.000 domicílios a serem entrevistados em cada mesorregião, sendo distribuídos por 50 zonas de pesquisa selecionadas (cada zona de pesquisa comportava municípios com características semelhantes). Posteriormente, dividiu-se o número total de beneficiários da previdência rural por mesorregião (1.000) pelo número de zonas de pesquisa (50), obtendo-se o número de 20 domicílios por zona de pesquisa. Selecionou-se então, aleatoriamente, em cada uma das zonas mesorregionais, um município ao qual foi conferida a condição de município-base do inquérito de campo, totalizando, assim, 150 municípios, distribuídos da seguinte forma: Paraná, 64 municípios; Santa Catarina, 26 municípios; Rio Grande do Sul, 60 municípios (IPARDES, 1999, p.2).

viuvez entre os beneficiários da previdência social. Nesse caso, verifica-se que 56,0% das mulheres beneficiárias são viúvas, contra 17,9% dos homens. Outra justificativa é o próprio sistema da previdência rural, que define como idade mínima para a entrada das agricultoras o limite de 55 anos. Desse modo, é possível constatar a existência de 14,2% das mulheres beneficiárias na faixa etária de 55 a 59 anos. Cabe destacar, ainda, que 70,4% do total de beneficiários situa-se na faixa etária entre 60 e 79 anos e nessa faixa o predomínio, é feminino, também (56,2%).

Com relação à distribuição por tipo de benefício principal²⁹, a aposentadoria por idade recebe destaque com 65,1% dos beneficiários nessa categoria, 20,5% recebendo pensão por morte, 7,7% aposentadoria por invalidez e 6,7% renda mensal vitalícia ou amparo assistencial. É significativo o número de mulheres: 95,4%, entre aqueles que recebem pensão por morte. Essa preponderância irá se repetir entre os 153 entrevistados que recebem um segundo benefício previdenciário, ou seja, 127 (83,0%), são mulheres e recebem o benefício pensão por morte como segundo benefício.

O número de beneficiários homens (74,4%) que recebem a aposentadoria por invalidez é algo a ser analisado. Considerando que 50% deles trabalhava como mão-de-obra assalariada na agricultura antes do recebimento do benefício, é possível supor que um número considerável dessas aposentadorias esteja relacionado ao uso indiscriminado de agrotóxicos (tabela 3). Além disso, destaca-se que o trabalho na agricultura tem como característica principal a rusticidade e penosidade de algo que se repete diariamente, independente das estações ou o calendário festivo.

²⁹Considerando que o beneficiário da previdência social pode receber mais de um benefício de prestação continuada, a pesquisa Ipea/Ipardes/Deser considerou que: como "...somente é possível a combinação de benefícios concedidos por aposentadoria por idade com pensão por morte ou aposentadoria por invalidez com pensão por morte. Não é possível combinar aposentadoria por idade com aposentadoria por invalidez, tampouco renda mensal vitalícia com mais de um benefício, considerou-se como benefício principal a aposentadoria por idade ou a aposentadoria por invalidez" (SUGAMOSTO; DOUSTDAR, 2000, p.142).

TABELA 3 - BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, TIPO DE BENEFÍCIO PRINCIPAL E GÊNERO - PARANÁ - 1998

FAIXA ETÁRIA	BENEFÍCIO PRINCIPAL (%)								TOTAL		
	Aposentadoria por Idade		Aposentadoria por Invalidez		Pensão por Morte		Renda Mensal Vitalícia		Masc.	Fem.	Total
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.			
Até 10 anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De 11 a 15 anos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,38	0,00	0,00	0,00	0,08	0,00	0,08
De 16 a 29 anos	0,00	0,00	2,04	0,00	0,38	1,14	0,00	1,16	0,23	0,31	0,55
De 30 a 39 anos	0,00	0,00	4,08	4,08	0,76	4,94	1,16	1,16	0,55	1,41	1,95
De 40 a 49 anos	0,00	0,00	9,18	1,02	0,76	10,65	1,16	3,49	0,94	2,50	3,44
De 50 a 54 anos	0,00	0,00	2,04	5,10	0,00	7,22	2,33	0,00	0,31	1,88	2,19
De 55 a 59 anos	0,12	9,48	8,16	1,02	1,52	12,17	2,33	0,00	1,17	8,75	9,92
De 60 a 69 anos	21,49	26,29	21,43	6,12	0,38	20,91	0,00	13,95	15,70	22,81	38,52
De 70 a 79 anos	19,57	12,48	25,51	9,18	0,00	27,76	6,98	32,56	15,16	16,72	31,88
80 anos e mais	6,36	4,20	1,02	0,00	0,38	10,65	2,33	31,40	4,45	7,03	11,48
TOTAL	47,54	52,46	73,47	26,53	4,56	95,44	16,28	83,72	38,59	61,41	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo IPEA/IPARDES/DESER - 1998

Com relação à ocupação anterior dos beneficiários nos doze meses que antecederam o recebimento do benefício, os dados confirmam o vínculo dessa população com a atividade agrícola, uma vez que 1.074 pessoas (84,0%) trabalhavam na agropecuária. Dessa população, 735 (68,4%) estavam inseridos no regime de agricultura familiar e 331 (30,4%) trabalhavam como mão-de-obra contratada – como assalariado, como diarista, recebendo por produção ou por empreitada – o que demonstra a importância e o alcance dessa política social entre a população trabalhadora na agricultura enquanto política de redistribuição de renda.

Analisando os impactos do recebimento do benefício junto à renda das famílias beneficiárias, destaca-se a importância de determinar o grau de cobertura do benefício. Nesse sentido, consta-se que o grau de cobertura do benefício para o Estado do Paraná alcança o patamar de 1,12 benefícios por pessoa beneficiária e de 1,67 benefício por domicílio, sendo que a média de pessoas residentes no domicílio é de 3,1. A justificativa para a existência desse grau de cobertura é o recebimento de um segundo benefício por 153 (12,0%) dos beneficiários pesquisados e a existência de outras 624 pessoas residindo com os entrevistados, que também recebem benefícios da previdência social rural.

Ao mesmo tempo, constata-se que, entre o total de pessoas (4.012) residentes nos domicílios dos entrevistados, existe um total de 1.154 (28,8%) que dependem diretamente da renda do benefício, uma vez que não possuem rendimentos próprios. Desse total, 375 (32,5%) são crianças com menos de 10 anos, fora da força de trabalho. Cabe destacar que existem, ainda, outras 331 crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos de idade residindo nesses domicílios; desse total, 52 (16,7%) delas trabalharam em alguma atividade nos 12 meses anteriores à pesquisa. Isso significa que o número de crianças e adolescentes, até 15 anos, dependentes do benefício previdenciário é de 634, ou seja, aproximadamente 16,0% da população total residente nos domicílios pesquisados.

No que diz respeito à renda familiar média da população entrevistada no Paraná, chegou-se ao valor de R\$ 532,83 (em 1998), ou seja, 4,1 salários mínimos. A participação dos benefícios previdenciários na formação dessa renda é de 41,0%. Esse número deve ser creditado à existência de 44,5% domicílios em que há outra pessoa, além do beneficiário entrevistado, recebendo algum benefício.

Analisando os dados que dizem respeito à composição da renda familiar e à participação dos benefícios previdenciários na composição da renda total das famílias, é possível perceber a importância que o benefício assume nos domicílios onde a renda chega a até 5 salários mínimos, 84% dos domicílios. Nessas quatro primeiras faixas de renda familiar a participação do benefício previdenciário na composição da renda das famílias supera os 50%. Reforça-se, com esses dados, a importância econômica que o idoso beneficiário da previdência assume dentro da família (tabela 4).

TABELA 4 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS POR FAIXA DE RENDA DOMICILIAR E PARTICIPAÇÃO DOS BENEFÍCIOS NA COMPOSIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR - PARANÁ - 1998

FAIXAS DE RENDA DOMICILIAR	N.º DE DOMICÍLIOS	% DE DOMICÍLIOS	% ACUM.	PARTICIPAÇÃO DO BENEFÍCIO
Até 1 s.m.	186	14,5	14,5	100,0
Mais de 1 até 2 s.m.	106	8,3	22,8	69,1
Mais de 2 até 3 s.m.	476	37,2	60,0	78,3
Mais de 3 até 5 s.m.	306	23,9	83,9	51,2
Mais de 5 até 10 s.m.	161	12,6	96,5	31,4
Mais de 10 s.m.	45	3,5	100,00	13,3
TOTAL	1280	100,0	-	-

FONTE: Pesquisa de Campo IPEA/IPARDES/DESER - 1998

O benefício previdenciário assume importância também na manutenção dos membros das famílias que não residem no mesmo domicílio que o beneficiário. Constatou-se que a principal forma de ajuda praticada é aquela não financeira, ou seja, a ajuda ou prestação de algum serviço. Do total de beneficiários, 621 (48,0%) praticaram essa forma de ajuda. A mais recorrente foi a ajuda em espécie, com 543 (87,4%) das ajudas praticadas. Com relação aos produtos em espécie doados, destacam-se os produtos básicos: alimentos e material de higiene e limpeza, vestuário e calçado, remédios e material escolar. Em geral, esse tipo de ajuda é feita aos filhos casados que residem em outros domicílios, muitas vezes vizinhos, e que foram atingidos pelo desemprego (tabela 5).

TABELA 5 - PRODUTOS DOADOS PELOS BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL - PARANÁ - 1998

PRODUTOS DOADOS	ABS.	%
Alimentos e Material de Higiene e Limpeza	418	77,0
Vestuário e Calçado	209	38,5
Remédios	56	10,3
Material Escolar	21	3,9
Insumos	3	0,6
Utensílios Domésticos	7	1,3
Prendas	1	0,2
Material de Construção	2	0,4
Outros	2	0,4

FONTE: Pesquisa de Campo IPEA/IPARDES/DESER -1998

Embora apenas 32,3% dos beneficiários tenham declarado ser responsáveis por estabelecimento rural – diferentemente da Região Sul, com 48,0% –, cabe aqui analisar os impactos do recurso previdenciário junto à agricultura familiar paranaense. Isso porque 97,6% desses estabelecimentos encontram-se em atividade, sob a responsabilidade do beneficiário, e 35,2% deles utilizam o benefício para a manutenção da atividade produtiva³⁰. Analisando esses dados em conjunto com aqueles relativos às atividades predominantes nos estabelecimentos rurais ativos (agricultura, 67,5%; agropecuária, 20,8; pecuária, 5,5%; coleta e extração vegetal, 3,7%; horticultura, 1,5%; e outras atividades, 1,0%), constata-se que o recurso previdenciário pode vir a assumir importante papel tanto na manutenção das famílias quanto no desempenho da atividade produtiva.

³⁰Na Região Sul esse número chega a 46,6% dos estabelecimentos ativos.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ENTREVISTADA NO MUNICÍPIO DE COLOMBO

Para esse trabalho foram visitadas 12 pessoas idosas beneficiárias da previdência social rural inseridas no regime de agricultura familiar no município de Colombo, tendo sido aplicados 6 questionários para pessoas do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Desse total, 1 tinha entre 55 e 59 anos, 4 entre 60 e 69 anos e 7 estavam na faixa etária de 70 a 79 anos.

Destaca-se que os 6 homens entrevistados eram casados, estando 2 deles na faixa etária de 60 a 69 anos e 4 entre 70 e 79 anos. Com relação às mulheres, essa realidade é mais disforme, tendo em vista que 4 delas eram casadas, 1 viúva e 1 solteira. No que diz respeito à idade: 1 delas estava na faixa etária entre 55 e 59 anos; 2 entre 60 e 69 anos e 3 na faixa etária entre 70 e 79 anos. Essa maior proporção de mulheres vivendo sozinhas está relacionada com a tendência de feminilização da velhice no país.

A tendência de as mulheres idosas viverem sozinhas (sem companheiros) deve-se não apenas ao ciclo mais longo de vida das mulheres, como também ao fato de os homens serem muito mais propensos ao recasamento. Além disso, os homens geralmente se casam com mulheres mais jovens, o que reforça a inclinação em curso de, na velhice, haver mais mulheres vivendo sem companheiros (SILVA, 2000, p.117).

Com relação ao tipo de benefício recebido pelos entrevistados, observou-se que todos os homens recebem como benefício principal a aposentadoria por idade, enquanto no caso das mulheres aparecem 5 recebendo, como benefício principal, a aposentadoria por idade, e 1 delas, a renda mensal vitalícia.³¹ Existe, ainda, uma mulher recebendo, como benefício secundário, o benefício pensão por morte.

³¹É importante destacar que essa pessoa, embora tenha sido agricultora por toda vida, não conseguiu comprovar atividade frente à Previdência Social, pois nunca comercializou seus produtos. A área em que vive e sempre viveu era de propriedade de seu pai e foi herdada pelo seu irmão. Devido ao fato de não ter casado, continuou vivendo ali, mas sem direito à propriedade da terra. Com a morte do irmão, a terra passou para sua cunhada e sobrinhos. Continua cultivando e criando alguns animais para consumo próprio.

Do total de entrevistados, 5 deles declararam serem os responsáveis pelo domicílio. No caso das duas mulheres que declararam chefiar o domicílio, uma morava só e a outra tinha o marido muito doente (tabela 6).

TABELA 6 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS SEGUNDO O SEXO E RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO - COLOMBO-PR - 2002-2003

RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO	SEXO DO ENTREVISTADO	
	Masculino	Feminino
Entrevistado	3	2
Cônjuge	0	3
O casal	2	0
Filho	1	1
TOTAL	6	6

FONTE: Pesquisa de campo

A análise do impacto do benefício nas relações familiares pressupõe a análise dos impactos do recebimento do benefício previdenciário na renda dessas famílias de agricultores. Nesse sentido, consta-se que o grau de cobertura do benefício no grupo pesquisado no município de Colombo é de 1,05 benefício da Previdência Rural por pessoa beneficiária e de 1,75 benefício por domicílio, com uma média de 3,2 pessoas residentes nos domicílios. Como foi declarado anteriormente, apenas uma das pessoas entrevistadas recebia mais de um benefício; contudo, em 8 dos 12 domicílios pesquisados o cônjuge também era beneficiário da Previdência Rural. Caso se agregue a esse total o número de pessoas que recebem outros benefícios sociais (uma aposentadoria urbana e uma bolsa escola), essa relação passa para 1,92 benefício social por domicílio, enquanto a relação por pessoa permanece inalterada.

Na análise da renda familiar dos entrevistados em Colombo constatou-se uma renda média de R\$ 712,92 (no período da pesquisa), ou seja, 3,6 salários mínimos. A participação dos benefícios previdenciários rurais na formação dessa renda é de quase 50%. Esses números estão relacionados à existência em 8 dos domicílios pesquisados de mais de uma pessoa recebendo benefício rural.

Constata-se, também, que do total de 38 pessoas residindo no mesmo domicílio dos idosos entrevistados, 5 delas são crianças menores de 10 anos de idade e sem fonte de rendimentos.

No que concerne à composição da renda familiar e à participação do benefício da previdência social rural na sua composição, observa-se a importância deste em todas as faixas de renda. Destacam-se, no entanto, as famílias com renda de até 5 salários mínimos: 10 das 12 famílias visitadas. Entre essas famílias, aquelas dos dois primeiros extratos, ou seja, 3 delas, têm o benefício como única fonte de renda (tabela 7). Essa realidade, ao ser comparada com os dados relativos ao Paraná, demonstra que a dependência do benefício é bem maior entre o grupo de agricultores entrevistados em Colombo, uma vez que para o total do Estado observou-se que apenas 14,5% dependem exclusivamente do benefício previdenciário para compor a renda familiar (tabelas 4 e 7).

TABELA 7 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS POR FAIXA DE RENDA DOMICILIAR, EM SALÁRIOS MÍNIMOS, E PARTICIPAÇÃO DOS BENEFÍCIOS NA COMPOSIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR - COLOMBO-PR - 2002-2003

FAIXA DE RENDA DOMICILIAR	N.º DE DOMICÍLIOS	PARTICIPAÇÃO DO BENEFÍCIO NA FORMAÇÃO DA RENDA FAMILIAR (%)
Até 1 s.m.	1	100,0
Mais de 1 até 2 s.m.	2	100,0
Mais de 2 até 3 s.m.	2	50,0
Mais de 3 até 5 s.m.	5	46,7
Mais de 5 até 10 s.m.	2	32,0
Mais de 10 s.m.	0	
TOTAL	12	

FONTE: Pesquisa de campo

É comum em Colombo, assim como no restante do Estado, a utilização do benefício previdenciário para a manutenção de familiares que não residem no mesmo domicílio que o beneficiário. Dentre as 12 famílias entrevistadas, 10 praticam alguma forma de ajuda. Nesse total, a forma de ajuda mais recorrente é a ajuda em espécie (6), prestação de serviços (4) e ajuda para pessoa doente ou carente (1).

No caso da ajuda em espécie, os produtos doados são basicamente aqueles de primeira necessidade: alimentos, material de higiene e limpeza, vestuário e calçados, além de material escolar para os netos (tabela 8).

TABELA 8 - PRODUTOS DOADOS PELOS BENEFICIÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL - COLOMBO-PR - 2002-2003

PRODUTOS DOADOS	NÚMERO DE DOAÇÕES (ABS.)
Alimentos e Material de Higiene e Limpeza	4
Vestuário e Calçados	2
Remédios	0
Material Escolar	4
Insumos	0
Utensílios Domésticos	0
Prendas	0
Material de Construção	0
Outros	0

FONTE: Pesquisa de campo

A percepção da inserção de pessoas idosas na comunidade pode ser verificada a partir dos dados relativos à participação de algum dos seus membros em grupos e associações locais. Nesse item constatou-se que, assim como no restante do Estado, onde 33% dos entrevistados declaram não pertencer a nenhum tipo de associação ou grupo informal, apenas 4 dos 12 entrevistados em Colombo não tinham nenhum membro do grupo familiar participando de associações ou outro grupo formal.

Entre aqueles que declararam a participação de algum membro da família em grupos ou associações, ficou claro que a questão do destino da produção, no caso dos associados à associação de produtores rurais local (Apac) e do encaminhamento do recebimento do benefício previdenciário, no caso dos associados ao sindicato de trabalhadores rurais, são os serviços prestados os motivadores para tanto (tabela 9).

A dificuldade de locomoção e o trabalho intenso na horticultura não possibilitam nem animam os entrevistados a participarem de atividades recreativas ou de formação.

Quanto à participação em grupos de terceira idade, é clara a falta de informação sobre as atividades ali desenvolvidas, bem como um certo descaso. Quando perguntados sobre o conhecimento de ou a participação em grupos de terceira idade, as respostas mais comuns foram:

Já ouvi falar mais não tenho interesse. Tenho os filho, os casal que fazem parte da pastoral das família... (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

Eu não participo. Mais aqui em Colombo nós tem. Até que tem, mais eu nunca fui. Seria bom da gente í, mas eu não sei. Dando de saí eu saio, mais às vezes eu gosto mais de ficá em casa durante a semana. Dando eu vô numa novena... Mas senão eu me ocupo em casa (Entrevistada 7 - mulher - 62 anos).

TABELA 9 - NÚMERO DE FAMÍLIAS COM ALGUM MEMBRO PARTICIPANDO DE ASSOCIAÇÃO OU GRUPO INFORMAL, SEGUNDO A ASSOCIAÇÃO OU GRUPO DE QUE PARTICIPA - COLOMBO-PR - 2002-2003

ASSOCIAÇÃO OU GRUPO INFORMAL	NÚMERO DE FAMÍLIAS (ABS.)
Associação de Produtores Rurais	4
Sindicatos de Trabalhadores Rurais	3
Igreja Católica (pastorais e grupos de reflexão)	3
Grupo dos Hipertensos	2
Clube	1

FONTE: Pesquisa de campo

Todos os estabelecimentos rurais visitados estavam ativos no momento das entrevistas. Em 9 deles, a responsabilidade por aqueles era de uma ou mais pessoas residentes no domicílio do entrevistado. Nos outros 3 casos, 2 estabelecimentos eram dirigidos por filhos dos entrevistados, e em 1, pelos sobrinhos, todos residentes no estabelecimento, mas em outros domicílios.

Em todos os casos, observou-se que a convivência dos idosos com os parentes, mais especificamente com os filhos, é muito intensa. A horticultura, praticada em todos os estabelecimentos, possibilita o cultivo de áreas menores pelos filhos casados ou, ainda, a subdivisão dos terrenos dos pais. São criadas, dessa forma, famílias do tipo extensa,³² em que à família nuclear – pai, mãe e filhos – originária são agregadas outras famílias conjugais ligadas entre si por laços de parentesco. Essas famílias extensas apresentam ambigüidades, também reveladas pela literatura sobre famílias rurais, cujas relações familiares, que a priori são premissas culturais para o comportamento social, acabam assumindo caráter econômico, na busca por superar a escassez de terras ou de braços para o trabalho.

³²"A noção de família (de tipo) extensa envolve um tipo de ambigüidade semelhante à encontrada no caso da família conjugal. De um lado, subentende-se a idéia de uma unidade técnica comum que aqui é mais que uma casa: um lote de terra, reciprocidade, cooperação econômica; mais residências separadas e áreas distintas de cultivo (Woortmann, 1984; Seyferth, 1985; Moura, 1978). De outro lado, designa um conjunto de duas ou mais famílias conjugais vinculadas por laços de parentesco" (ALMEIDA, 1986, p.69).

... A maneira mais corrente nos estudos mais recentes é que as unidades técnicas com famílias extensas são consequência da escassez de terra. Não são exatamente um axioma cultural, mas resultado de estratégias ligadas à questão fundiária. Assim, as famílias extensas ramificadas são incorporadas numa unidade técnica com a repartição de terra (limitada) entre filhos durante a vida do pai ou depois de sua morte; elas surgem porque a neolocalidade residencial não é acompanhada por neolocalidade de área de cultivo; porque não há para onde ir. (...) Outra maneira de pensar a situação, menos focalizada, é que unidades técnicas compostas de vários grupos domésticos aparentados são consequência não da escassez de terra, mas da escassez de braços. Esses agrupamentos capitalizariam laços já formados na forma de equipes de trabalho, parceiros de troca, e cônjuges potenciais (ALMEIDA, 1986, p.70).

No caso de Colombo, observou-se que a unidade de produção e consumo é o estabelecimento rural, mesmo que ele tenha sido dividido juridicamente entre os filhos. A existência de mais de uma moradia não impede que o trabalho, quando existem condições físicas, seja partilhado, assim como seus frutos e despesas. A manutenção, principalmente, pelo patriarca idoso, do comando das atividades produtivas é uma forma de não deixá-lo completamente de fora da dinâmica do mundo familiar, composta, sobretudo, pelo trabalho. Além disso, é ele que com os recursos da previdência banca em 7 das 12 famílias entrevistadas parte do custeio das atividades produtivas. É bom recordar, também, que 49,1% da renda familiar é oriunda dos benefícios previdenciários, e que 83,3% dos entrevistados declaram ter ajudado filhos e netos que residem em outros domicílios com produtos básicos e material escolar.

A gente ajuda. Você veja, o filho mais velho do Roque (filho do entrevistado) já tá na primeira série do segundo grau e tem as duas menina que tão fazendo o ginásio, daí tem muito gasto. A gente, agora que é começo de ano, tem que ajudá porque pra ele tinha que comprá livro, elas ainda usa aqueles da escola, mais pra ele tinha que comprá. E tem que pegá ônibus, comprá uniforme... Então, a gente que tem esse dinheiro certo. Daí ajuda (Esposa do entrevistado 9 - mulher - 72 anos).

Analisando a situação ocupacional das 33 pessoas acima de 10 anos residentes no domicílio dos entrevistados, constatou-se que 23 delas encontravam-se ocupadas. As 10 pessoas consideradas desocupadas eram todas idosas, com idade variando entre 62 e 79 anos. Nesse grupo, apenas 2 são homens e se encontravam doentes. As 8 mulheres, apesar de não trabalharem mais na lavoura, desempenhavam atividades domésticas, sendo que, além dessas atividades, 2 delas cuidam dos netos, e outras 2, dos maridos adoentados.

No que diz respeito às pessoas ocupadas que auferem rendimentos pelo desempenho do seu trabalho, é nítido o predomínio das pessoas alocadas na agropecuária, mais especificamente na horticultura e, em poucos casos, na produção da uva (tabela 10).

TABELA 10 - NÚMERO DE PESSOAS OCUPADAS MAIORES DE 10 ANOS, RESIDENTES NO MESMO DOMICÍLIO DO ENTREVISTADO, POR RAMO DE ATIVIDADE - COLOMBO-PR - 2002-2003

RAMO DE ATIVIDADE	PESSOAS ACIMA DE 10 ANOS OCUPADAS
Agropecuária	19
Indústria	2
Produção Doméstica	1
Outros	1
TOTAL	23

FONTE: Pesquisa de campo

Como foi salientando anteriormente, além das pessoas residentes no domicílio do entrevistado, existem, em 9 dos casos visitados, outras famílias trabalhando ou apenas vivendo na mesma unidade de produção, mas residindo em domicílio separado. Essa situação eleva o número de pessoas dependentes da renda obtida no estabelecimento rural de 38 para 78 pessoas (tabela 11).

TABELA 11 - NÚMERO DE PESSOAS RESIDENTES NO MESMO DOMICÍLIO QUE O IDOSO ENTREVISTADO E DE PESSOAS NO MESMO ESTABELECIMENTO MAS EM OUTRO DOMICÍLIO, SEGUNDO A RELAÇÃO COM O ENTREVISTADO, POR FAMÍLIAS - COLOMBO-PR - 2002-2003

FAMÍLIAS	PESSOAS RESIDENTES NO MESMO DOMICÍLIO DO ENTREVISTADO					PESSOAS NO MESMO ESTABELECIMENTO DO ENTREVISTADO MAS EM OUTRO DOMICÍLIO					TOTAL DE PESSOAS NA FAMÍLIA EXPANDIDA
	Idosos e Cônjuges	Filhos(as)	Genros e Noras	Netos(as)	Total	Filhos(as)	Genros e Noras	Netos(as)	Outros	Total	
01	1	0	0	0	1	0	0	0	4	4	5
02	2	0	0	0	2	1	1	2	0	4	6
03	2	0	0	0	2	1	1	2	0	4	6
04	2	1	1	4	8	0	0	0	0	0	8
05	2	0	0	0	2	1	1	2	0	4	6
06	2	0	0	0	2	1	1	3	0	5	7
07	2	1	0	1	4	0	0	0	0	0	4
08	1	1	1	2	5	0	0	0	0	0	5
09	2	2	0	0	4	2	2	3	0	7	11
10	2	0	0	0	2	0	1	3	0	4	6
11	2	1	0	0	3	1	1	3	0	5	8
12	2	0	0	1	3	1	0	2	0	3	6
TOTAL					38					40	78

FONTE: Pesquisa de campo

Nas famílias 7, 8 e 12 constatou-se a existência de outros filhos residindo nas imediações que realizam atividades independentes, mas que mantêm laços de convivência e ajuda mútua com as famílias extensas entrevistadas. Perguntados sobre esses laços, obtiveram respostas como a seguinte:

A filha mora lá pro lado do Itajacuru e o segundo mora lá embaixo, que o sogro, futuro sogro, antes dele casá quis que ele fizesse casa lá, mas ele aturô só dois ano, depois morreu. Nessa propriedade aqui mora os outro filho, maís cada um assim; lidam com o seu. É que a terra não foi dividida, ainda não. Foi encaminhado maís daí um disse: Mãe pare e vamô fazê doação que sai mais barato. A transmissão é caro, eles chupam muito. Tem que passá tudo porque a gente morre e não leva nada (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

Do total de 40 pessoas residindo em outros domicílios, no mesmo estabelecimento do entrevistado, 26 têm acima de 10 anos e encontram-se ocupadas. Se no caso das pessoas residentes no mesmo domicílio do entrevistado o número de pessoas trabalhando em outros ramos de atividade, que não a agropecuária, é de apenas 4 (17,4%), entre aquelas que residem em outros domicílios esse número passa para 9 (34,6%), com predomínio para o ramo serviços, com 4 pessoas ocupadas em atividades relacionadas aos serviços doméstico e público (tabela 12).³³

Muito embora exista, entre essas famílias, um número considerável de pessoas ocupadas trabalhando na agricultura – 17 das 26 pessoas ocupadas –, é visível a busca pela obtenção de outras rendas e outras ocupações que não a agricultura como alternativa de renda e de futuro. Quando se pergunta sobre o futuro da agricultura e da inserção de seus filhos e netos nessa atividade, as respostas mais freqüentes são:

³³A utilização de distintas estratégias e ações, pelas famílias de agricultores rurais, que "...vão desde a opção por empregos que oferecem melhores rendimentos até ocupações que sejam menos penosas ou que indiquem a segurança de uma aposentadoria no futuro", têm sido estudadas pela economia e pela sociologia rural sob o título de pluriatividade na agricultura. Para SCHNEIDER (2003) "...a emergência da pluriatividade está fortemente relacionada à dinâmica das economias locais, particularmente das características do mercado de trabalho de atividades não agrícolas existentes em determinado território". O autor trabalha com a compreensão de que a pluriatividade é "...uma estratégia deliberada de indivíduos e famílias que buscam viabilizar formas de garantir sua reprodução social" e está intimamente relacionada aos diferentes momentos do ciclo demográfico familiar (SCHNEIDER, 2003, p.233).

Ah meu Deus do céu!!! Quanta gente que desistiu!!! Desistiu por causa que acha que não... É aquela coisa, quando uma mercadoria tá bom o preço dá aquele ânimo, naquela semana no caso né. Senão, deixa a desejá. Por isso que eles (os netos) estão estudando. Eles dizem, nona!!! E os pais também dizem: Estudem, porque na enxada ninguém se cria. Eles sabem disso. A hora que o preço tá bom, tá bom. Mas a hora que cai, não dá. Fazê o quê? E quando perde... E perde serviço e perde o que pôs, tudo... A gente tem que se conformá. Porque, vai fazê o quê? A gente que tá nessa... Mas que não tá dando mais, não tá. Tem que tá sempre empatando. Quem tem um lucrinho que tá guardado, aquele, tudo bem. Mas olhe que dizê que se for pra agricultura dá dinheiro. É só aqueles bem grandão que têm meeiro, que têm bastante pra dá alguma coisa. Mas senão...Pra vivê da agricultura não tá fácil (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

Ah, eu acho que é difícil!!! (os netos continuarem na agricultura). Bom, eu tenho poco. Tenho só 3 neta, né. E elas estudaram né. Uma formô-se professora, mas não dá aula. E a outra tirô o segundo grau. E uma vai terminá o ginásio esse ano. Então, as duas mais velha trabalham em uma fábrica de caixa em Colombo. A mais velha, o serviço dela é melhor, é só escrevê na máquina. E a outra faiz caixa. Caixa de papelão. E agora tinha vindo pra ela dá aula, maís ela vai casá. E faiz dois ano que ela, professora, tem que tá sempre estudando, não pode pará. E ela parô. Daí não dava certo. Ela tinha que pagá (curso de aperfeiçoamento). Agora ela vai casá. Daí ela preferiu ficá lá aonde ela tá, né. Lá ela ganha 400 (Entrevista 11 - mulher - 71 anos).

TABELA 12 - NÚMERO TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NO MESMO ESTABELECIMENTO DO ENTREVISTADO, MAS EM OUTRO DOMICÍLIO, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE DAS PESSOAS ACIMA DE 10 ANOS OCUPADAS E AS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS - COLOMBO-PR - 2002-2003

FAMÍLIAS	PESSOAS RESIDENTES NO MESMO ESTABELECIMENTO DO ENTREVISTADO MAS EM OUTRO DOMICÍLIO						
	TOTAL	Pessoas Acima de 10 Anos Ocupadas					
		Agropecuária	Indústria	Comércio	Serviços	Transporte	Total
01	4	3	0	0	0	0	3
02	4	2	0	0	0	0	2
03	4	0	0	0	1	1	2
05	4	1	0	0	1	0	2
06	5	4	0	0	0	0	4
09	7	6	0	0	1	0	7
10	4	0	0	0	1	0	1
11	5	1	2	0	0	1	4
12	3	0	0	1	0	0	1
TOTAL	40	17	2	1	4	2	26

FONTE: Pesquisa de campo

Retomando a questão da importância do benefício para a manutenção das famílias e da agricultura familiar, constata-se, pelas entrevistas, que o recurso da previdência social, muito embora seja de baixo valor – 1 salário mínimo – tem servido,

se não à melhoria, à manutenção das condições de sobrevivência dessa população. Apesar de grande parte do dinheiro recebido ser consumido com medicação –, necessidade constante nessa etapa da vida, agravada pelo tipo de atividade exercida –, é clara a importância deste, mesmo que de forma indireta, para a manutenção dessas famílias na área rural e na atividade produtiva.

Não, pra isso não (manter a atividade agrícola). Serve pro alimento em casa, assim. O que a gente ganha serve pra alimentação da gente. Mas só isso não chegaria, não. Porque no caso o milho, e o que precisa compra semente, essas coisa. Daí ele vai guardando o que sobra e quando dá, né. A gente gasta pra alimentação assim, que nem, a gente paga luz, água, telefone, gás, então, até que daria muito bem. E daí compra o que precisa pra agricultura, que nem adubo, estrume... Ma se fosse pra pagá um trator pra ará, pra isso não daria (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

Usá o salário da previdência direto assim pra manter a lavoura, não. Mãis dá um reforço. Ah, esse dinheiro é um grande reforço. A gente pode pagá a luz e o telefone, comprá remédios e ajudá os filho e neto, sem mexê no dinheiro da lavoura. As veis serve pra comprá semente. É pouco. Mas ajuda bastante (Entrevista - 9 - homem - 68 anos).

O que se observa é que não existe uma separação entre o recurso da previdência e aquele auferido com a venda da produção. A entrada de uma renda fixa e constante no "caixa familiar" possibilita que as despesas domésticas e pessoais fixas e eventuais sejam bancadas, oportunizando que o excedente da venda da produção seja reinvestido na agricultura. Mesmo aqueles entrevistados que declararam não utilizarem o benefício previdenciário na manutenção da atividade agrícola têm claro que, caso não tivessem acesso ao benefício, teriam suas atividades prejudicadas.

Biolchi e Schneider (2002), em estudo realizado em dois municípios do Rio Grande do Sul, chegam à mesma conclusão:

...a renda das aposentadorias e pensões soma-se, em geral, a outras fontes de renda domiciliar, existindo assim um 'caixa único' na composição da renda familiar total. De certa forma, a existência desse 'caixa único' dificulta a distinção entre a parte do benefício que realmente ajuda no custeio das atividades produtivas familiares e aquela destinada a outras finalidades. Além disso, a produção para autoconsumo muitas vezes não é reconhecida pelas famílias como atividade rural produtiva (BIOLCHI; SCHNEIDER, 2002, p.8).

Naquele caso, demonstrou-se também que o destino dado aos recursos da previdência depende das características da agricultura familiar de cada município. Isso

talvez explique a diferença na utilização do benefício para manutenção da atividade produtiva entre as famílias. Unidades produtivas melhor estruturadas, onde existe uma produção para autoconsumo e melhores condições de saúde dos membros possibilita o emprego do recurso de forma direta para outros fins. Enquanto para aquelas em maior dificuldade serve de suporte para as despesas domésticas, integrando o rol de estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias rurais.

A gente até usa o dinheiro da aposentadoria pra comprá semente, adubo, farelo pras vacas, sim. Meu marido precisa até tirá dinheiro. A gente tem boa produção, vende tudo. Maïs vai muito veneno. Tem muito bicho, vai comendo tudo, né. Tudo que ganha já vai gastando, né. A gente não chega a tirá mais ou menos cento e pouco por mês (da venda da produção). E tem que trabalhá. Prantá. E depois o que robam!!. Meu marido fez 5 quarta de roça. Levaram quase tudo, o milho. Estragaram, meu marido foi duas veiz com a tobata buscá, aquela tobata cheia de milho estragado. É triste. A verdura também, o pimentão colheram bem pouco. Robaram quase tudo. (...) E esse ano receberam só duas veiz, por enquanto (venda da produção via associação de produtores). Meu marido parece que recebeu 400, porque lá na APAC pagam a cada 3 meis. E ainda fora que não é limpo. Daí já tem que comprá o veneno, né. Fica bem apertado. No meu tempo era bem melhor. Passava tanta gente comprando. Então eu vendia bastante. Passavam comprando, né. Pimentão e até fruta, pêssego, pêra. E era mais fácil, agora tá ficando mais difícil. Depois tá dando menos, né. Tá dando bem menos (Entrevista 11 - mulher - 71 anos).

Analisando os dados relativos às características das moradias dos idosos entrevistados em Colombo, observou-se que, além de possibilitar a manutenção da economia doméstica e, em alguns casos, da produção agrícola, o benefício oportuniza que as moradias sejam mantidas em bom estado de conservação.

Levando-se em conta o critério de adequação³⁴ de residência elaborado pelo IBGE, que considera inadequados os domicílios onde a densidade de moradores é superior a três pessoas por cômodo utilizado como dormitório, destaca-se que as famílias entrevistadas em Colombo vivem em condições consideradas adequadas. Os dados da pesquisa demonstraram que em 11 domicílios a densidade de moradores por cômodo utilizado como dormitório é igual ou inferior a 1, enquanto em 1 moradia a densidade é igual 2.

³⁴A definição da adequação ou não do domicílio tem como fim investigar a qualidade de vida dos moradores a partir de critérios estabelecidos.

Utilizando-se dos critérios de adequação dos domicílios desenvolvidos pela Fundação João Pinheiro (2001),³⁵ quanto aos serviços de água, energia e saneamento, observa-se que os domicílios visitados em Colombo podem ser considerados adequados no que diz respeito ao item eletricidade, uma vez que todos encontram-se ligados à rede geral de energia.

No que diz respeito ao item saneamento básico, tem-se que 9 moradias encontram-se em condições adequadas, uma vez que utilizam-se de fossa séptica. Se comparado aos dados recolhidos para o Estado do Paraná, as residências dos entrevistados de Colombo apresentam um total de adequação de 75% contra 56% do Paraná nesse item. Destaca-se que a moradia com maior densidade de moradores – 8 pessoas – não apresenta unidade sanitária de qualquer tipo.

Quando se analisa o item abastecimento de água, percebe-se que a maioria das famílias utiliza água proveniente de poços. Seguindo o critério da Fundação João Pinheiro, conclui-se que apenas 5 dos entrevistados encontram-se com suas moradias em condições de adequação nesse item. Contudo, é necessário destacar que todos os domicílios encontram-se na área rural onde, tradicionalmente, o serviço de distribuição de água inexistente. No caso de Colombo, deve-se levar em conta que o município encontra-se sobre um aquífero, e mesmo onde existe a possibilidade de água tratada, os habitantes optam pela perfuração de poços (tabela 13).

Dessa forma, e tendo em vista que o critério de avaliação ligação à rede geral de água é um critério voltado à realidade urbana, optou-se por analisar o item canalização da água para dentro do domicílio considerando que existem indícios de que o cumprimento dessa condição em pelo menos um cômodo da residência traduz-se em melhoria das condições sócio-sanitárias das famílias, principalmente no que diz respeito às doenças infectocontagiosas (IPARDES, 2003, p.39). Constatou-se que, nesse item, todas as famílias visitadas possuíam canalização interna da água em pelo menos um cômodo.

³⁵A Fundação João Pinheiro (órgão de pesquisa e assessoria socioeconômica subordinado à Secretaria de Estado de Planejamento do Estado de Minas Gerais) considera carente o domicílio que não conta com um ou mais dos seguintes serviços: energia elétrica; rede geral de abastecimento de água com canalização interna; rede coletora de esgoto pluvial, ou fossa séptica, ligada ou não à rede coletora de esgoto ou pluvial; lixo coletado direta ou indiretamente; existência de unidade sanitária. Lembrando que existe sempre a possibilidade de um mesmo domicílio estar enquadrado em mais de uma categoria.

TABELA 13 - NÚMERO DE FAMÍLIAS DOS ENTREVISTADOS SEGUNDO MUDANÇA DE DOMICÍLIO, POR CARACTERÍSTICAS DAS MORADIAS, ACESSO À INFRA-ESTRUTURA E A BENS DE CONSUMO DURÁVEIS - COLOMBO-PR - 2002-2003

CARACTERÍSTICAS DAS MORADIAS; ACESSO À INFRA-ESTRUTURA E A BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	NÚMERO DE FAMÍLIAS		
	Mudou de Domicílio		Não Mudou de Domicílio
	Moradia Anterior	Moradia Atual	Moradia Atual
Características das Moradias			
Material das paredes			
Alvenaria	0	1	5
Madeira	0	0	3
Mista	1	0	3
Outros	0	0	0
Condição de propriedade das moradias			
Própria	1	1	11
Cedida	0	0	0
Alugada	0	0	0
Acesso à infra-estrutura			
Abastecimento de água			
Rede geral	1	1	4
Poço/nascente	0	0	7
Outros	0	0	0
Esgoto			
Rede geral	0	0	0
Fossa séptica	1	0	9
Fossa comum	0	1	2
Não tem	0	0	0
Fonte de iluminação			
Rede geral	1	1	11
Querosene/gás	0	0	0
Outros	0	0	0
Telefone			
Sim	0	0	4
Não	1	1	7
Acesso aos Bens de Consumo Duráveis			
Fogão a gás	0	1	9
Fogão à lenha	1	1	11
Geladeira	1	1	11
Televisor	1	1	10
Rádio	1	1	11
Freezer	0	1	9
Antena parabólica	0	0	1
Máq. de lavar roupas	0	0	4
Máq. de costura	0	0	5
Outros	0	0	1

FONTE: Pesquisa de campo

Quando se comparam os dados relativos ao acesso a serviços de infra-estrutura e bens de consumo duráveis entre os entrevistados no Paraná e no município de Colombo, percebe-se que, para os últimos as condições são mais satisfatórias, principalmente em itens como geladeira e *freezer* (conservação de alimentos) e televisão e rádio (meios de comunicação).

5 A VELHICE NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Siqueira e Ribeiro (2000, p.5) levantam a hipótese de que as representações da velhice no meio rural podem ser distintas daquelas do meio urbano. Isso por considerarem que o rural apresenta um sistema de organização social que mantém um universo de representações simbólicas particulares (históricas, sociais, culturais e ecológicas) e regionalizadas, ou seja, que o meio rural possui elementos próprios "...presentes nas formas de organização da família, nos mecanismos de subsistência e de organização do trabalho, nas formas de interação social e na relação com a natureza. E, considerados em seu conjunto, nos levam a crer que no contexto rural as representações da velhice são distintas do contexto urbano" (SIQUEIRA; RIBEIRO, 2000, p.6).

Essas autoras destacam, ainda, que no caso da agricultura familiar "não integrada à modernização do processo produtivo", onde a mão-de-obra é familiar, a participação no trabalho da lavoura obedece a critérios de saúde dos indivíduos e não a critérios de idade, o que também seria uma justificativa para o entendimento de que o meio rural elabora representações diferenciadas acerca da velhice.

Contudo, buscando negar as representações da velhice formuladas por gerontólogos e geriatras, que, segundo Haddad (1986, p.41), são os ideólogos ativos da classe dominante dentro da ordem capitalista ao considerarem o trabalho a melhor terapia para a velhice, Siqueira e Ribeiro acabam utilizando-se do mesmo expediente, categoria trabalho, ou possibilidade de desenvolver o trabalho, e reforçando a idéia de que o "modo capitalista de pensar" também invade o campo e a agricultura familiar, reproduzindo "a ideologia da velhice". Ou seja, de que somente sendo produtivo, gerando renda, o velho pode ser reconhecido como participante do grupo familiar, e que, portanto, também busca seguir a base do receituário médico para um envelhecimento feliz.

A teoria da renda fundiária (MARX, 1974) destaca que o valor (a renda da terra) é dado (produzido) somente pelo trabalho colocado sobre a terra. O que gera a renda é o trabalho despendido. Apesar de ser um produtor de mercadorias (um produtor simples) o pequeno produtor utiliza a terra como um meio de subsistência

(reprodução simples), não conseguindo reproduzir-se de forma ampliada, pois não usufrui do preço real da mercadoria (que contém o trabalho incorporado).

O fato de a pequena produção usufruir apenas da renda diferencial, dada pela qualidade do solo e pela quantidade de mão-de-obra familiar despendida, uma vez que não possui capital para implantação de novas tecnologias, faz com que a disponibilidade e a força para o trabalho agrícola sejam consideradas indispensáveis para a realização do valor necessário à subsistência e, em casos raros, do valor excedente (reprodução ampliada). Dessa forma, pode-se considerar que no meio rural, assim como no urbano, o critério que define o limite entre a juventude e a velhice é a capacidade ou não para o trabalho. Dentro dessa linha de raciocínio, a representação da velhice no meio rural, na sociedade capitalista, é dada a partir da incapacidade da pessoa para a produção, destacando o idoso como dependente da família e do Estado.

Contudo, é importante destacar aqui que entre os agricultores familiares brasileiros observa-se que a divisão do trabalho dentro da propriedade permite que novas atribuições sejam dadas aos mais velhos, sem que estes deixem de contribuir para o desenvolvimento da economia do estabelecimento rural. Sendo assim, não seria o "não trabalho" que determinaria a importância do idoso dentro da família, e sim a redefinição de tarefas. Nesse sentido, Rasia (1987a), em seu trabalho com pequenos agricultores do Rio Grande do Sul, destaca que essa redefinição de tarefas, além de atender a uma necessidade física do idoso, é importante dentro do processo de reprodução familiar, servindo também de exemplo para os jovens, fazendo com que os velhos se sintam úteis no contexto da família.

As velhas participam do trabalho doméstico, e nesse sentido contribuem para a realização das tarefas ou do "serviço de casa" fazendo a comida e tomando conta das crianças. Muitas vezes são elas também responsáveis pela horta, pelos cuidados com as aves e demais animais: (...)

A inserção dos velhos no processo de trabalho é um pouco diferente quando se trata do homem. Em geral, ele ajuda a cuidar da criação, do pomar, do parreiral e principalmente da confecção dos cestos de vime usados na colheita da uva, da fabricação das pipas e do próprio vinho. (...)

Em todas as famílias que ainda possuem seus velhos em casa, o trabalho destes é valorizado. Esta valorização muitas vezes simbólica tem a função de fazer com que os velhos se sintam integrados às atividades da família (RASIA, 1987a, p.53-54).

5.1 A VELHICE PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES IDOSOS DE COLOMBO

Esta sessão tem por finalidade responder à questão central desta pesquisa, ou seja, definir os significados da velhice para os agricultores familiares do município de Colombo, Paraná, mais especificamente se a entrada do benefício previdenciário interfere na elaboração desses significados.

Para tanto, será considerado o princípio descrito por Debert (1999, p.93), de que a classe social, a etnicidade e os arranjos de moradia dariam dimensões específicas ao envelhecimento e que, por essa razão, é impossível falar de velhice sem especificar os grupos aos quais estamos nos referindo. Dessa forma, nesta sessão serão relatados e analisados aspectos característicos da população idosa investigada, considerando suas especificidades enquanto agricultores familiares, descendentes de imigrantes europeus (italianos e poloneses) que compartilham o dia-a-dia com seus familiares, tendo em torno de si uma família do tipo extensa.

O município de Colombo, principalmente as comunidades mais tradicionais que vieram a formar no século XIX esta localidade, apesar da proximidade com o centro urbano, representado pela Capital do Estado e pela intensa urbanização da porção sul do município, conseguiu manter seu modo de vida local. Essa manutenção é resultante da manipulação do "patrimônio sociocultural" pelas comunidades rurais no decorrer do processo de assimilação pela sociedade global.

É fato que nem mesmo o sistema agrícola presente na maioria dos estabelecimentos – cultivo intensivo de hortaliças, que demanda mão-de-obra em dedicação exclusiva, implementação de tecnologia e sofre com um mercado de preços muito oscilante – inviabilizou a conservação de alguns modos de regulação social, de sistemas de valores e de formas de sociabilidade que, pelo menos entre os idosos, permitiram, até o momento, a manutenção da interdependência entre propriedade, trabalho e família – bases da produção familiar. Ao contrário, em muitos casos, foram

justamente as especificidades da produção de hortaliças³⁶, como a utilização de pequenas áreas para a produção, que reforçaram os laços e as estratégias de sobrevivência da cultura local.

Esse filho que está morando aqui comigo morava antes aqui do lado. Porque aí desmancharam a casa. A casa já era antiga. Até ele vivia com a minha sogra, daí ele comprô, porque a minha sogra viveu com ele. Aí ela foi embora e ele ficou morando com a esposa. Aí ela (esposa) resolveu ir embora, faz três anos, aí ela resolveu de i embora, aí fazê o quê? Veio mora com nós, né. Daí ele, como sempre trabalhava com nós no mesmo terreno, veio morá com nós. [E a produção, ele vendia separado?]. Não, vendia junto. [Então ele sempre trabalhou com vocês?]. Sim. É companheiro de sempre, de serviço, de tudo né (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

Esse "companheirismo", relatado na entrevista acima, além de estratégico à produção e comercialização, está relacionado com o modo de vida local, típico das famílias descendentes dos fundadores do município, que, mesmo sem admitir, mantém o filho mais jovem, do sexo masculino, na responsabilidade pelos pais idosos, possibilitando, ao mesmo tempo, que a terra seja mantida como meio de vida e de identidade social do agricultor.

Quatro filho moram aqui. Um aqui e três ali pra cima. E uma filha mora lá pra baixo (...). E a outra mora na Itapixininga. E a outra mora em Colombo (sede). (...) Os homens trabalham na agricultura. Menos as duas. Aquela que mora em Colombo e aquela que mora em Itapixininga. E essa daqui trabalha aqui e um pouco de diarista. Maís toda vida elas trabalharam na roça, até casá. (...) Esse filho aqui (presente na entrevista) ele mora lá pra cima. E o nenen mora aqui do lado. [Pergunta: É sempre assim? É tradição o mais novo ficar com os pais?]. Antigamente era. Ele ficô um tempo, maís daí a nora não enquadrô-se com... (apontando para o esposo). Invés de se enquadrá comigo, se enquadrô com o sogro (irônica). Mais ele mora aqui do lado. [Antigamente, me parece que nas famílias italianas era o mais novo que ficava sempre com os pais.] É, o mais novo que tomavam conta... Era da tradição. (...) Daí ficava com a casa pra ele. (...) A terra era divida como é agora. [Mas daí só para os homens?] Pras mulheres também. (...) Meu falecido pai distribuiu. A parte da minha falecida mãe ficô pras filha (em dinheiro). Cada uma já tinham a sua parte, né. Os filho ficô então com a terra, nós concordemo, né. Se não concorda o pai não pode dá. (...) Agora, assim na família da gente era repartido igual. Eu soube de outras família de fora que as filha não recebia nada. Pegava o enxoval e saia (Entrevista 2 - mulher - 75 anos).

³⁶A horticultura, como já foi lembrado no capítulo dois, foi um dos sistemas de produção implantados pelos colonos fundadores do município de Colombo, juntamente com a produção de frutas, o sistema de produção milho e feijão e a extração da bracinga para lenha. Entre as décadas de 1950 e 1960 a horticultura transformou-se no principal sistema de produção do município.

Como é possível observar na fala anterior, embora esse aspecto sofra alterações conforme a família, é ele que possibilita a integração entre os diversos membros do grupo familiar ampliado que se relaciona no trabalho, nas estratégias de sobrevivência (ajuda financeira e pluriatividade) ou no cuidado dos netos e dos idosos.

Antigamente o serviço era a roça e a casa. Agora a gente cuida mais da criação (animais) e dos netos. Tem que ficá porque tem uma nora que trabalha de tarde e ele (filho) de noite. Às veis ele é de noite, às veis ela. E ele (neto) fica aqui comigo. Aquele (neto) que tá permanente, fica sempre comigo, agora esse fica um dia sim, um dia não. (...) Eu já acostumei. Quando era pequeno era mais difícil, eles não gostavam de ficá, né. Agora ficam. Ficam aqui comigo que nem se eu fosse uma mãe. Como se eu tivesse criado eles. Então agora tudo acostumei. Até é gostoso, né (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

Ah, é bom morá perto dos filho. Eu tava com tanta dor, já me acudiram. Eu, graças a Deus sô bem cuidada... Que tem gente que não... (Entrevista 11 - mulher - 71 anos)

A gente sempre dá uma mão. Não ajuda dado, né. Quando um se apura um pouco, daí o pai empresta... Por falá nisso, tem um neto que mora aqui com nós. Ele tá no quartel. Então o que ele come, a roupa eu que lavo, o que precisa, nós damo tudo pra ele. E tem a filha que também tá numa pindura... Então tem que tá dando uma ajuda pra ela, né. A neta que tá fazendo faculdade, também. Dá um dinheiro pro ônibus, um pouquinho disso. Comida, quando vê que não tem muito, né (Esposa do entrevistado 12 - mulher - 64 anos).

Eu sô do tipo que acho que não pode dá a coisa feita. Tem que fazê eles i fazendo. Agora se eu ganho sem me esforçá, prá que que eu vô lá? Eu fico aqui, né. No bem bão. Dinheiro vem... Daí não adianta. A gente incentiva, dá um empurrão... A gente aprendeu com os pai da gente, antigamente, a trabalhá. Porque agora o pessoal não trabalha que nem nós trabalhava. Depois, a hora de nós levantá era quatro, quatro e meia. Todo mundo levantava cedo. Amanheceu o dia e você indo fazê seus dever: indo prá roça, carpiná, plantá, cortá lenha, tirá lenha da barroca nas costa. Carroça não entrava lá. Então a gente trabalhava... (Entrevista 12 - homem - 66 anos).

O fato de a aposentadoria não significar afastamento do idoso do mundo do trabalho no meio rural, ao contrário do que acontece no meio urbano, não leva os idosos entrevistados a relacioná-la diretamente com a velhice.

Os trabalhadores urbanos, segundo Haddad (1986), vivendo sob a ideologia da velhice, impregnada das relações capitalistas de produção, são condenados à condição de mercadoria e, assim, vêm na aposentadoria a improdutividade, a velhice. O afastamento do mundo do trabalho, do espaço público, a impossibilidade de vender sua mão-de-obra, transforma-o em velho. Essa idéia é ainda mais forte entre os homens.

Quando chamados a falar sobre o que é uma boa experiência de envelhecimento, a tendência geral dos homens é mostrar que, em determinado momento de suas vidas, optaram pela aposentadoria ou pelo abandono de uma atividade profissional. Tendem a

considerar que é sábio, a certa altura de sua vida e a partir de certa idade, abandonar o trabalho. Racionalmente, julgam que agora devem aproveitar o tempo de vida que lhes resta. Isto seria também prova de ausência de egoísmo, de ganância, etc. No transcorrer da entrevista, contudo, a maioria deles acabou relatando que gasta boa parte de seu tempo indo ao antigo local de trabalho, conversar com ex-colegas (DEBERT, 1988a, p.65).

Para as mulheres de classe média urbana, segundo Debert (1988a), a aposentadoria é, em muitos casos, considerada como liberação de uma das muitas jornadas de trabalho e a possibilidade de viver outras esferas. "Poder fazer o trabalho doméstico é ser independente, o que é visto como a própria antítese da velhice. Essa relação fica mais clara quando as entrevistadas comparam o avanço da idade para os dois sexos. Incapazes de fazer o trabalho doméstico, os homens seriam presas mais fáceis, segundo elas, de uma situação de dependência, envelhecendo prematuramente" (DEBERT, 1988 a, p.64).

Priorizando, aqui, a idéia da heterogeneidade na vivência da velhice, observa-se que no campo não existe a separação entre o espaço do trabalho e o da moradia; a aposentadoria não significa o afastamento do mundo do trabalho e não é sinônimo de velhice, mas de direito e de possibilidade de melhorar o orçamento doméstico.

Eu tenho pensón e depois, na época, oitenta e oito teve aquela, como é? Oitenta e oito o que teve? [A constituição...] A constituição, que o lavrador tinha direito à aposentadoria também. A minha sobrinha foi ajudá a mãe a encaminhá a aposentadoria e aí ela veio me avisá. Disse: "a senhora pode". Tem gente que podia (financeiramente) mais do que eu e é aposentado. Não é robá, é lei, né, daí me aposentei. A minha aposentadoria é de noventa e um, a aposentadoria (...) Agora é difícil... Aqui... tinha a mãe de minha nora, ma lutô seis ano. Ia lá, levava tudo. Uma burocracia... Depois, a última vez que ela foi com a filha mais nova, que é solteira, foi lá e achô lá um homem que lidava com isso. Aí ele viu que tava aí todos os papéis e disse: "onde é que a senhora qué i recebê?" Tava tudo pronto! Mais aquela mulher penerô pra saí. Ela precisava, né. Gente da luta! Quem faiz é porque precisa. Não é por bonito. Não é pra aproveitá o dinheiro do governo. É porque tem direito. Trabalhô. Seis ano que ela podia tá ganhando. Tudo atrasado... E pra recebê os atrasado? Teve que entrá com processo... (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

Além de significar um direito, o benefício pode ser visto, por alguns, como sinônimo de liberdade e de autonomia em relação aos filhos:

Agora, também, se não tinha a pensón ficava difícil. Ficava. Porque eu sô uma pessoa que, com tuda a sinceridade, eu dô um jeito de me virá suzinha, de não incomodá os filho. Ninguém. Eu sempre fui assim. Até veio um filho aí e achava: "A mãe teima". Teimo nada. Eu quero me defendê suzinha. Não sô teimosa, digo. Eu não quero incomodá. E eu, eu sô tímida. Pra isso, sim que sô (pedir dinheiro ou ajuda). Daí ia ficá difícil... (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

Para os agricultores idosos entrevistados é a doença, como salientam Siqueira e Ribeiro (2000), que leva o idoso a se separar do mundo do trabalho e, conseqüentemente, decreta a entrada no mundo da velhice. O afastamento do trabalho braçal e mesmo a redução de atividades (as mais pesadas) estão relacionados com a entrada no mundo dos velhos, tanto para os homens quanto para as mulheres, como é possível verificar nos depoimentos a seguir, em resposta às perguntas "O que leva a pessoas a envelhecerem?" e "O senhor (a) se sente uma pessoa velha?".

É a doença. É a doença. Porque eu, se não tivesse com esse problema da coluna, eu me sentiria bem, eu poderia tá carpindo, carpindo minha horta, plantando minha verdura. Mais eu não consigo, eu vô carpi um poquinho já me dereto. (...) A cabeça continua funcionando, só a gente fica um pouco mais esquecida. A gente se preocupa muito com uma coisa, com outra. A gente acha que não pode trabalhá então a gente acha que já tá... [tom de estar tudo acabado] (Entrevista 2 - mulher - 75 anos).

Eu não me considero velho. Velho é trapo. Trabalho descalço com o enxadão todo dia. Lembro de tudo de quando era pequeno, desde que tinha 6 ano. Lembro até da Revolução de 32, quando tive de escondê a criação das tropa que avançavam pra São Paulo. Aí, eu enchia os cantil dos soldado de água em troca de uns trocado (Entrevista 5 - homem - 77 anos).

Não tenho força, mais não me considero. Eu não me entendo. Sabe o que eu penso, que eu vejo, esses doentes, meio paralisado. Porque o resto eu acho que se defende tudo. Eu vi uma mulher com cem anos, outro dia, que não comia quase doce, tudo comida natural. Sem óculos, lúcida. Vi uma com cento e trinta, faiz uns dois meses, ela cento e trinta, o filho mais velho cento e pouco e o neto mais velho com oitenta e pouco. Três geração... Sabei-me quantas geração tem ali (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

Eu acho que uma pessoa tá velha quando ela não pode mais trabalhá. Aí ela já vai logo (Entrevista 9 - homem - 72 anos).

A gente tem uns problema de saúde. Eu tô com artrose no joelho e ele operô a vesícula ano passado. Olhe que ano passado foi bem difícil pra nós. Mais nós tamô trabalhando igual (Esposa do entrevistado 9 - mulher - 68 anos).

Mais surpreendente é a importância dada à doença no processo de envelhecimento, quando o idoso entrevistado avalia a condição do outro enquanto velho. A fala a seguir é mais um exemplo de que a doença demarca a entrada no mundo da velhice, como, também, daquilo que Olievenstein (2001) chama de "mecanismo de proteção", que o indivíduo ativa contra as angústias do seu próprio envelhecimento quando reconhece o envelhecimento do outro.

*Aqui tem uma **velhinha**, pobre, pobre. Eu ajudo muito ela. Mas ela fica alegre, alegre. A lindeira aqui. Ela é lá de Cerro Azul. Então, ela é uma boa pessoa, até ela andô meio ruim, ela teve um ameaço. Ali ela planta tudo que é coisaradinha. Aí ela tava carpindo um dia, começô a dá um negócio, tipo uma paralisia, sabe? Paralisô um lado, pro lado direito. [Quantos anos ela tem?] **Ela tem 49 anos**. Paralisô o lado direito. Ficô cega, puxô as costas, o pescoço. Ela disse pra uma outra vizinha que mora ali: "O que será que tá me dando?... (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).*

Tendo em vista que o espaço local é permeado por outros universos culturais, observa-se que entre os entrevistados existem opiniões quanto ao envelhecimento ancoradas em princípios da geriatria e da gerontologia. Segundo esses princípios, a responsabilidade pelo envelhecimento cabe ao indivíduo, uma vez que está relacionada à escolha de um determinado estilo de vida e do envolvimento com atividades motivadoras.

Sei lá, eu acho que o idoso, se ele soubé viver, o que fica velho é a cabeça da pessoa. Porque a idade vai chegando, mas se a gente soubé vivê e se cuidá, a pessoa não fica velha. Fica velha a mente se ela pensa: "Ah, tô velha, tô ficando ruim". Só que a gente tem que pensá que a gente tem que vivê, vivê bem, né. Que daí a cabeça da gente não fica fraquejando, pensando as coisa que deixa a gente com a cabeça ruim, né. É, porque a solidão quem passa é triste, né. Eu acho que tudo o que faiz é a cabeça. Tá certo, a terceira idade, que dizem né, é duída se a pessoa não se movimenta, não sai, não tem divertimento. Então ela fica naquela coisa. Vai ficando velho a cabeça por causa que ela não desocupa, né. Com a mente sempre cansada, sei lá. Eu acho. [E a senhora se sente uma pessoa idosa?] Eu me sinto idosa, mas eu acho que... eu gosto de tudo, até gosto de passeiá. Agora o meu marido fica mais em casa. Ele gosta de ficá em casa. O passeio dele seria, í mais vê as mata, assim. E, assim, num tanque de carpa. Agora, eu gostaria um dia de viajá de avião. Eu adoro muito... Nunca fui. Mas eu não gostaria de morrer sem viajá de avião (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

A debilidade do corpo é muito penosa para quem executa o trabalho na lavoura. A região onde está localizado o município de Colombo tem clima muito úmido e um inverno bastante rigoroso. No entanto, as hortaliças necessitam receber tratamentos culturais ou serem colhidas, independentemente das condições climáticas. Segundo a coordenadora da Pastoral do Idoso, também horticultrice, esse trabalho fatigante leva à deterioração da saúde, com grande incidência de doenças reumáticas, do aparelho respiratório e da coluna entre os agricultores do município. Dados do Ministério da Saúde, não desagregados por situação de domicílio (rural e urbano), apresentam como principais causas de internamento das pessoas de 60 anos e mais residentes em Colombo as doenças do aparelho circulatório e do aparelho respiratório (tabela 14).

TABELA 14 - MORBIDADE HOSPITALAR, SEGUNDO CAUSAS, TOTAL E POR SEXO DAS PESSOAS COM 60 ANOS E MAIS, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE COLOMBO-PR - 2002

CAUSAS	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Doenças do aparelho circulatório	38,7	35,5	37,1
Doenças do aparelho respiratório	21,3	24,3	22,8
Doenças do aparelho digestivo	9,2	6,0	7,7
Neoplasmas (tumores)	7,2	6,0	6,6
Doenças do aparelho geniturinário	6,6	4,2	5,5
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2,0	5,8	3,9
Lesões, envenenamentos e outras conseqüências de causas externas	2,4	5,3	3,8
Outras causas	12,6	12,9	12,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: DATASUS - Ministério da Saúde - 2002

O trabalho, para essa geração de agricultores entrevistados, sempre foi considerado, muito mais que um sacrifício, uma virtude da família. Trabalhar, além de fonte de satisfação das necessidades, é visto como prazer. O fato de não poder exercer alguma atividade no mundo da produção pode ser encarado como o fim. É com prazer que são descritas as tarefas que executavam na juventude, comparado-as com aquelas da atualidade:

É, às vezes eu vô lá, que nem diz a minha nora, cisca, tira um matinho. Mais pra distraí. Eu não fico aqui dentro... Pode perguntá pra ele (esposo). Ele fica aqui, horas e horas. Mas eu não fico. De manhã cedo depois que tomemo o café, eu vareio por tudo qué lado. Entro quando é 10 hora pra fazê o almoço. Depois, almoço, limpo a cozinha, ele vai deitá. Daí quando ele (esposo) levanta, vô eu deitá (com ar de riso). Aí levanto quando é duas hora, duas e meia. (...) Ah, antigamente não tinha nada disso. Eu levantava cedo. No que amanhecia o dia. Daí tinha que cuidá das criança, cuidá da comida, trabalhá fora, na roça. Depois que tinha arrumado a cozinha, ia pra roça. Oito hora, mais ou menos. Daí levava a merenda. (...) Aí cuidava da roça, cuidava das verdura, era tudo junto. Ainda cuidava da casa, lavava a roupa, fazia tudo... Agora a gente não agüenta mais, né. Agora mudô o tipo de trabalho. Mudô... Ih!!! Que bom se a gente pudesse fazê a metade do que a gente fazia... Mais não faiz... Roupa já não consigo mais lavá. A neta que vem pegá. Casa eu só varro e junto o pó. Mais ó, trabalhei até que deu... Era cortá lenha, era puxá lenha. Quando tava na casa de meu pai, era fazê carvão. E Deus ô livre se não fizesse. (...) Hoje eu cuido é mais da criação e do jardim. E dô graças a Deus. Pena que é tão poco jardim, né? (Entrevista 2 - mulher - 75 anos).

Se fosse agora que nem nós trabalhava de pequeno, eu acho que o pessoal ia, nós tava preso tudo. Agora é tudo fácil. Agora a gente tem mais conforto, né. Não trabalha mais tanto braçal. Antes era com carroça, com arado e agora já tem a tobatinha. Na época que a mãe tava viva, eram uns dois ou três alqueire de arado, e todo ano a gente derrubava um alqueire e meio de bracingal. Então, de lenha a gente cortava, o mínimo de lenha que a

gente cortava era 600, 800 metro de lenha por ano. E daí puxava lá pro centro da cidade de carroçinha. Vendia de viajinha em viajinha. A semana intera, de segunda a sábado, de segunda a sábado. A gente saía 5 hora daqui, tava de volta de Curitiba quando era 1 ou 2 hora da tarde. Hoje em dia não dá mais não. Ah, não agüenta. Hoje em dia a gente tá meio estorado [Esposa do Entrevistado 12: Ah, ele até meio dia trabalha, depois...] Você vê, não tinha tempo, era de sol a sol. Que nem hoje em dia o pessoal trabalha oito hora, não passa. Você pega um empregado, deu a hora dele... Você não pode dizê nada. Se ele tivê carpindo ou pôr a enxada nas costas, bateu o horário ele pode derubá a enxada ali e í embora. É, hoje é assim. Naquele tempo nós trabalhava, né. Nós tinha a nossa chácara, mas pra ganhá um dinherinho, depois que nós era de maior, vamo supor, saí nos domingo. Às veis tinha festa, festival, faziam jogo. Então a gente apurava fazê o da gente pra ganhá uns troco lá fora. Mais era amanhecê o dia, amanheceu o dia a gente tava lá na fábrica. E o homem soltava nós quando tava, vinha com o escuro. Então era de sol a sol. Não tinha essa coisa, aí. A gente trabalhava. (...) Agora, o trabalho que nós faiz hoje é importante. Porque você vê, agora até nós podemo um poquinho mais; mais até um tempo atrais nós levantava cinco hora pra í no mercadinho. Quando a gente tinha a banca lá em cima, tem muita coisa que você não planta aqui, daí tem que buscá lá direto. É fruta, alguma verdura, tem que pegá de lá. Agora a filha faiz isso. Agora ela vai buscá e nós levantamo no cedo pra colhê, outra veis, pra por lá. Não dá pra muita coisa. Por que lá a gente tinha que cuidá da banca e voltá e plantá de novo aqui. Então, agora a gente leva lá e entrega e ela toca. A gente sente, né. A coluna minha não tá boa. A gente trabalha, mais chega uma hora, duas, a gente já não agüenta, né. Fazê o quê? (Entrevista 12 - homem - 66 anos).

É eu sempre trabalhei na lavoura. Eu comecei sozinha, né. Porque o meu marido trabalhava numa firma. Ele quebrava pedra. Eu trabalhava na lavoura com meu pai. Daí comecei a plantá de tudo. Tinha um vizinho aí que me levava pra feira, né. E daí, depois, quando cresceu o meu mais velho, daí comecei com ele trabalhá. Eu prantava quase tudo. Tomate, pimentão, a cebola que dava bastante. Prantava também milho, feijão. Tinha criação de vaca, porco. (...) O feijão e o milho era pra casa e o que sobrava vendia também. (...) Agora eu não trabalho fora, não. Fora não trabalho mais. [E a senhora se sente triste por não poder mais ir trabalhar?] Ah, me sinto. Tenho vontade de í lá pra chácara, né. E no meu tempo dava bastante verdura. Não é como agora. Muito veneno precisa, né. E dá poco. Um ano sei que nós prantemo um tomatar, ali encima, mir pé, só. Vinha um caminhão caregá. Trezentas, quatrocentas caixa. Agora eu cozinho, cuido da casa. [Mudou muito a sua rotina?] É mudô, mudô muito. Eu cuidava das galinha, dos porco. Leite também não posso tirá porque tenho o braço machucado. Então é o meu marido que tira leite. Mais eu reviro bastante. É grande aqui a frente. Grande que só vendo! Eu faço tudo aqui na frente. Cuidá das frôr. Cuidá da casa... (Entrevista 11 - mulher - 71 anos).

Existem aqueles que, mesmo tendo o seu trabalho reduzido, valorizam as tarefas que lhes cabem ou, às vezes, ignoram que elas mudaram. Para essas pessoas, criadas sob a ética do trabalho, que funcionava como justificativa ideológica para a inclusão ou a exclusão social, para a riqueza ou a pobreza, para a moralidade ou a imoralidade, trabalhar é continuar a ser uma pessoa honrada e feliz.

Hoje eu fico mais em casa. Sô mais doméstica. (...) Aí quando tinha as meninas (filhas) que ficava em casa, eu ia pra roça. Eu gostava de i na roça com eles (esposo e filhos) roçá lá embaixo. Tinha as verdura, eu gostava de í junto. Agora tem uns sete, oito ano que eu não vô mais. Quando tem serviço assim que precisa, que não é muito pesado, eu vô. Pra ajudá a colhê, até eu vô. Mas não sempre. Quando tem que colhê vagem, que dá mais serviço, né. Mas não puxá peso. Hoje eu cuido mais da criação e dos netos... [E esse trabalho da senhora cuidar dos netos a senhora também considera importante?] Ah, eu acho gostoso porque eu gosto de trabalhar assim. Eu gosto de trabalhar, se não tiver dor tô limpando o meu jardim, lidando na horta. Sempre tem. Tem uma criaçãozinha, galinhas, temo porcos, né. Tô sempre andandinho. Só que de vez em quando eu deito aqui. Se tiver um filme eu fico assistindo aqui. Faço minhas obrigação (Entrevistada 7 - mulher - 62 anos).

Nossa Senhora! Não tive o que não fiz de serviço... Era criança, criação (animais) e casa... Agora não acredito o que eu fiz. Porque não tenho mais força, vontade. Ontem mesmo a gente tava falando. (...) Hoje eu tenho aqui fora um pequeno comodinho pra fazê a comida como eu quero. Não tá bem terminada assim, tá no bruto. Quero terminá esse ano, também pôr o piso. Mas eu durmo lá dentro (na casa do filho), tudo. Na roça não trabalho. Má agora eu embalo. Embalei 300 embalagem de vaginha (vagem) que os meus filho plantam. Embalo nas bandejinha. Eu ajudo. Eles trabalham com o orgânico. Aqui é no orgânico. Vagem ele plantô na estufa, começô colhê no inverno e ainda tá colhendo. E daí faço a minha comida aqui sozinha, do meu jeito. Uma comida italiana. Uma polenta, um radicci... (risos) (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

Aqui a gente planta tomate, couve-flor, repolho e alface. Agora tamo trabalhando com o tomate. A gente faiz tudo de comum acordo. Só que a gente divide as tarefa. A sementeira tá por conta das filha. É a Vânia (filha mais nova) que vai no CEASA. Ela não facilita preço, consegue preço melhor. Ela vai com o mais novo (filho). Eu faço, assim, os mais pesado, assim. Antes, quando eu era mais novo e os filho pequeno, assim, eu tocava o trabalho, fazia o mais pesado. A mulher também trabalhava na roça, agora ela faiz só o trabalho da casa. Agora, mesmo, eu tava trabalhando lá no desbrotamento do tomate (Entrevista 9 - homem - 72 anos).

Nesse último depoimento é possível verificar, também, a dificuldade em admitir que o "poder" de gerenciar o trabalho foi transferido aos mais novos. Nessa família, a liderança do grupo familiar é do filho mais velho, que, inclusive, já recebeu prêmio da Emater-PR como responsável por unidade de produção modelo na região. O idoso entrevistado ainda tinha condições físicas para executar algumas tarefas e, dessa forma, sentia-se atuante no grupo e com possibilidade de interferir no andamento do trabalho. Essa situação foi verificada em outros casos, principalmente quando o entrevistado era homem.

A existência de uma família ampliada, numerosa e adulta leva a uma maior divisão das tarefas. O que para o idoso poderia ser encarado como uma perspectiva de descanso é visto, em poucos casos, como "falta de respeito", mesmo que o idoso já se encontre adoentado, como ocorre no caso do entrevistado 4:

Agora quem toma conta, aqui, é o meu filho que mora aqui com nós. [E o senhor ainda dá a sua opinião na condução da roça?] Ahm... Filho hoje em dia é assim: não tem consideração. Querem fazê só do jeito deles. Hoje tudo é diferente, os filhos querem mandá. [Mas quando o senhor casou, quando o senhor tinha a idade do seu filho (49 anos) o senhor também não quis assumir a gerência da terra que era do seu pai?] É... Acho que sim (meio sem graça). (Entrevista 4 - homem - 73 anos).

É importante destacar, aqui, que a tensão não é uma constante entre essas famílias. O que se observa é que, por ser uma economia familiar, como lembra Rasia (1987a), nessas famílias,

...o processo de divisão do trabalho instaurado permite a cada trabalhador uma autonomia em relação à tomada de decisões no processo de trabalho, ao contrário do que acontece no processo de divisão do trabalho na indústria, onde o trabalhador aparece como um apêndice da máquina e está submetido ao despotismo do capital, destituído portanto de qualquer poder de decisão. (...) As decisões sobre as funções que cada um irá executar no processo se definem em função do domínio de certas habilidades e pela vontade de cada um – e até mesmo pela idade – e não implicam em posições hierárquicas no processo de trabalho. (...) Ao contrário, o trabalhador é o conjunto da família, no sentido de que de uma forma ou de outra todos são responsáveis pela realização do trabalho na unidade familiar, principalmente no caso em estudo em que temos vários processos de trabalho acontecendo simultaneamente (RASIA, 1987a, p.47-48).

Para as mulheres rurais, assim como no caso das mulheres idosas residentes nas áreas urbanas estudadas por Debert (1988a), a entrada no mudo da velhice parece ser mais suave e encarada como possibilidade de descanso e recompensa, principalmente quando se mantém a saúde. Isso fica claro quando as entrevistadas relatam que as mulheres, de qualquer faixa etária, têm melhores condições de vida e são mais respeitadas do que "em épocas passadas". Essa visão também está presente, segundo Debert, no discurso das mulheres urbanas.

As mulheres percebem que vivem, hoje, uma experiência inédita na história. Suas mães e avós tornaram-se, com a idade, cada vez mais infelizes. Elas se vêem vivendo uma experiência de independência nunca antes experimentada. (...) Ainda assim, não se trata de dizer que as mulheres se adaptaram melhor à velhice que os homens. O que buscam é encontrar mecanismos de resistir à velhice (DEBERT, 1988a, p.68).

Essa percepção está presente nas respostas quando se compara o modo de vida das mulheres idosas de hoje com o de suas mães e avós:

A diferença (de comportamento) tem, má não muito. Mais assim, hoje é um pouquinho mais moderno. Mais à vontade. (...) Só que naquela época as mulher eram ali embaixo de ordem. Elas não tinham liberdade. Hoje as mulher fazem de gato e sapato os marido

(risos). Nem todos, né. [Esposo da Entrevistada 2: Eu tenho que ficá quieto...] Antigamente era duro... Meu Deus do céu! A mulher era pior do que um cachorinho. Eu não sei, acho que já era o estilo deles. [Esposo da Entrevistada 2: Principalmente os italianos...] Italiano era, os estrangeiro eram ruim. Eu que conheci mais era italiano. E italiano era danado (...) (Entrevista 12 - mulher - 75 anos).

Perguntadas se a possibilidade de ter dinheiro próprio, em mãos, pela primeira vez, alterava as relações internas na família e a auto-estima, constatou-se que essa nunca foi uma preocupação dessas mulheres. Isso porque afirmaram que sempre tiveram participação nas decisões, na gestão do dinheiro e da família e no estabelecimento de estratégias de sobrevivência³⁷. A aposentadoria é vista como uma possibilidade a mais de obtenção de recursos financeiros com vistas à manutenção da família. No entanto, percebe-se que existe, mesmo que não seja consciente, um certo orgulho por se estar aposentada e desfrutando de uma renda própria, mesmo pequena e que necessite ser dividida para suprir as necessidades de muitas pessoas.

Antigamente era ele que cuidava do dinheiro. (...) Agora eu tenho o meu (com ar de satisfação). (...) Mais ele não era ruim, a gente pedia e ele dava. Pra mim não há preferência se eu ficá ou não com o dinheiro (Entrevista 2 - mulher - 75 anos).

Ah, agora eu coordeno o meu dinheiro. É, mais aí nós se ajunta. Uma vez é eu que faço as compra, uma vez é ele. Paga as contas, luz. (...) Ah, eu... (com relação a ter o próprio dinheiro). A gente sabe que tem; mais não pode tar esbanjando, gastando assim à toa. Se de repente precisá de algum remédio, precisa ter um dinheirinho, né. É claro, é meu eu guardo, ele guarda o dele. Eu sei o que eu compro... Antigamente era ele que guardava. Mas no dia que precisava eu dizia quero tanto. Preciso comprá tantas coisa, roupa, calçado... Era seis (filhos). É pra um e pra outro, é pra outro. Preciso de tanto, fazia um cálculo, né. Eu quero tanto. Ele nunca me disse eu não dô. Ele sempre o que precisava ele dava. Até a mais. A gente sabia que não podia gastá aquele monte de dinheiro. A gente tinha que fazê um cálculo pra dá pra tudo eles, pra comprá o que desse, bem certinho. Nunca foi um exagero, desperdício, desde quando eram todas pequenas, até maiores. Agora mesmo sô eu que compro tudo as coisas. Ele tem o dinheiro dele e eu tenho o meu. Mas sô sempre eu que coordeno tudo, que faiz os plano. Porque os homem cuidam do deles, de trabalho, de caminhão, dessas coisa de carro. A gente que vê. Quero comprá isso, quero comprá aquilo, vamô comprá. Então é que, claro, mulher é que sabe, né (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

³⁷A cidadania fragilizada e as tensões da cidadania social das mulheres são de difícil resolução, devido ao fato de que as separações entre público e privado e as relações de gênero têm forjado uma divisão de papéis e uma simbologia cultural que restringem a atuação das mulheres à unidade familiar. Desta manutenção oferece-se às mulheres, e só a elas, ainda um modelo de cidadania social, de cidadania no mundo do trabalho, e no mundo da política cujas referências não lhe permitem ainda uma relativa autonomia frente à família (CAPPELLIN, 1996, p.24).

Pra mim teve diferença não (receber o benefício). Porque tuda vida eu fui a cabeça da casa. Compra, tudo. Era tudo eu, né. O que prantá e tudo. E até hoje se meu filho precisa de roupa, ele diz, mãe vai me comprá roupa. Ele não sabe, nem aquele lá (filho casado) não sabia. E nem a moça (filha), agora que ela tá aprendendo. Eu cuidava, eles só trabalhava, né (Entrevista 11 - mulher - 71 anos).

Eu sempre tinha alguma coisa pra vendê. Eu sempre fazia muito tricô pra fora, fazia costura. Eu tinha o meu dinherinho. Depois tinha a vaca de leite, vendia queijo, também. Meu velho nunca foi assim de exige você me dá o dinheiro que você pega. Aqui é nosso dinheiro. [Entrevistado 12: De quem tinha mais, pegava.]. Mais eu nunca fui uma pessoa de ficá só pedindo dinheiro pra ele. Eu sempre lutei. Eu fazia muito bolo pra fora. Eu fazia tanta coisa... Eu fazia pra uma pessoa da cidade. Ela vinha aqui, e toda semana ela levava dois, três bolo, é pão feito em casa. Então eu ganhava o meu dinherinho (Esposa do entrevistado 12 - mulher - 64 anos; entrevista 12 - homem - 66 anos).

É possível concluir, ainda, a partir desses depoimentos, que a posse do dinheiro como um parâmetro de autodeterminação e de igualdade é um valor urbano não compartilhado pelas agricultoras idosas entrevistadas. Para essas mulheres, agricultoras familiares, o que é necessário viabilizar é a família, uma vez que é por meio dela que os vínculos e as relações com o mundo exterior e do trabalho se estabelecem. É o espírito de cooperação e integração, próprios da agricultura familiar, construindo por intermédio do trabalho de todo o grupo familiar a propriedade e a família.

Fica claro durante as entrevistas que, mesmo não acreditando num futuro promissor para seus filhos e netos na agricultura familiar, existe um desejo e a confiança em que esse modo de vida local, forjado no encontro do rural com o urbano, não está fadado ao fim, desde que o tripé família, propriedade da terra e trabalho se mantenha.

A gente sempre pensa dos filho ficá na agricultura. Não tem outro meio não. Morando no que é dá gente. É tamo num lugar bom. Em tudo. Nesse negócio de ladrão, também, né. Podemo deixá tudo pra fora, né. Tamo num lugar bom, por enquanto (Entrevista 8 - mulher - 75 anos).

O filho trabalha com caminhão e a filha trabalha de mensalista. Ela já fez bastante coisa. Só costura que ela não pegô. [Então, mais pra frente, quando vocês pararem de trabalhar, os seus filhos não vão mais tocar a terra?]. Vão tocá sim. Eu tenho fé que sim. Nós plantemo parreira agora. Nós faiz suco de uva. Agora, janeiro e fevereiro ela (filha) fica em casa e nós faiz suco. A gente chega a fazê 2 mil vidro de suco. Eu acho que pode ser que seja melhor daqui pra frente fique melhor pra agricultura. Eu acho. No meu pressentimento... Eu tô achando que vai ser melhor daqui pra frente do que uns oito ano atrás... Eu acho, não sei. Porque tem que modificá. Tem que fazê uma chacoalhada geral (Entrevista 3 - mulher - 57 anos).

Retomando a questão da possibilidade do trabalho na vida dos idosos entrevistados, observa-se que a necessidade do trabalho como valor ético – requisito, inclusive, para se ter saúde e vida longa – também está presente na justificativa para a não-participação nos grupos de terceira idade, questão já levantada no capítulo anterior.

Ah, mais eu acho bonito (grupo de terceira idade). Coisa boa, né. Porque tem gente que vive sozinho. Então ali ele tem as horas tudo ocupada, alegre, né. Mais eu não participava, não... No caso se a gente fosse sozinho, sim, né. Mas é uma coisa boa. Por enquanto eu não tenho vontade de ir, por enquanto não. A gente tendo do que cuidá, a gente agora... Tem, em Colombo tem, até fazem bingo, tudo. Mas eu por enquanto não. A gente tá em casa, tá fazendo alguma coisa, então... (Entrevista 7 - mulher - 62 anos).

Eu acho tão bacana, sabe. Eu disse pro meu marido se a gente não precisasse trabalhá, nem nada. A gente participava. [Entrevistado 12: A gente é muito amarrado aqui. Tem reunião ali na Roça Grande (sede da comunidade) de tarde. Mais é que a gente tem que trabalhá até meio dia.]. Tem horas que vão fazê o bingo. Tem muito bingo aí. Eu não tive, assim, tempo pra mim saí. De vez enquanto eu até tenho vontade de ir... Sabe o que eu gostaria muito, se fosse mais jovem? Sempre falei pro meu velho, gostaria de ajudá, mais em hospital, como voluntária. Mais só que agora com a minha idade, né. O reumatismo. É difícil. I lá pra estrová, não (Esposa do entrevistado 12 - mulher - 64 anos; entrevista 12 - homem - 66 anos).

CONCLUSÕES

Tendo em vista que o objetivo principal deste estudo foi identificar, entre os agricultores familiares idosos do município de Colombo-PR, os significados da velhice e o impacto do benefício previdenciário sobre essas elaborações, cabe destacar a importância que esse benefício assume na manutenção dos idosos e de suas famílias e das atividades produtivas por elas desenvolvidas.

O estudo de caso comprovou os argumentos defendidos em outros estudos citados de que mesmo sendo de baixo valor – apenas um salário mínimo –, o benefício previdenciário tem servido, se não para a melhoria, para a manutenção das condições de sobrevivência da população idosa beneficiária, bem como de seus familiares.

Observa-se que o recurso financeiro recebido da previdência rural entra no caixa geral da família, possibilitando que as despesas domésticas e pessoais fixas e eventuais (medicação, vestuário, energia elétrica, etc.) sejam bancadas. Essa prática acaba por liberar os excedentes resultantes da venda da produção para que sejam reinvestidos. Assim, é possível afirmar que, de forma indireta e dependendo do nível de estruturação das unidades produtivas familiares, o benefício rural integra o rol das estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias rurais extensas para se manterem na posse da terra.

A organização familiar dos agricultores de Colombo tem possibilitado a manutenção dessas famílias na área rural, mesmo que, em muitos casos, nem todos os membros estejam engajados na atividade agrícola, ou se tenha a perspectiva de que essa seja uma possibilidade para as gerações futuras – principalmente para os netos.

O fato de o município de Colombo estar integrado à dinâmica da Região Metropolitana de Curitiba possibilita às famílias agricultoras lançarem mão de outras estratégias de sobrevivência que não apenas a produção agrícola ou o benefício previdenciário. Dessa forma, observa-se que a pluriatividade, ou seja, a inclusão de alguns dos seus membros, principalmente os mais jovens, no mundo do trabalho

urbano tem se tornado desejo e prática corrente entre as famílias entrevistadas que vivem na área rural daquele município.

Essas estratégias – organização familiar do tipo extenso, sistema de produção (horticultura tradicional ou orgânica), previdência social rural, pluriatividade, entre outras – fazem parte do patrimônio sociocultural local que tem sido manipulado pelas famílias e comunidades rurais na inter-relação com a sociedade global. Desse processo, tem resultado a manutenção e reelaboração do modo de vida local dos agricultores familiares do município de Colombo; modo de vida este fundado no trabalho como uma necessidade, como um dever e como um valor ético.

O trabalho, sendo um valor ético presente em todas as colônias de imigrantes europeus instaladas no Sul do país a partir do século XIX, aparece, também entre os agricultores familiares entrevistados, como justificativa ideológica para a inclusão social e o sucesso financeiro. Além disso, como compõe, juntamente com a terra, a estrutura central do patrimônio familiar, servirá como condição para a afirmação da identidade e para a realização da cidadania.

A ética do trabalho, como foi dito anteriormente, está intimamente relacionada com o conceito de trabalho produtivo elaborado no processo de industrialização da Europa e, por essa razão, é um conceito capitalista e urbano de mundo. É ela que irá, inclusive, permear todos os significados dados à velhice nas sociedades industriais urbanas, bem como as elaborações e receituários de bem viver da geriatria e da gerontologia e os parâmetros e regras para determinação da idade para a entrada no mundo da velhice e da aposentadoria compulsória.

Os estudos realizados por Debert (1988a; 1988b), relatados em capítulos anteriores, com idosos de classe média que vivem nas áreas urbanas deixam claro que a aposentadoria, como retirada do trabalhador do mundo do trabalho, é para o trabalhador urbano um marco da entrada no mundo da velhice.

No estudo aqui apresentado observou-se que, mesmo compartilhando a visão de que trabalho é sinônimo de inclusão social, para os agricultores familiares idosos

entrevistados no município de Colombo aposentar-se não significa envelhecimento nem, conseqüentemente, exclusão social. Nesse caso, a primeira hipótese de pesquisa aqui levantada – de que trabalhadores do meio rural e do meio urbano assumiriam os mesmos significados para a velhice a partir da capacidade para o trabalho – não se confirma.

No caso dos agricultores familiares pesquisados, o público e o privado, o mundo do trabalho e da família se confundem; aposentar-se não está associado com improdutividade, mas com direito e com estratégia de sobrevivência.

A improdutividade, como exclusão do mundo do trabalho, também é considerada sinônimo de entrada no mundo da velhice, como decadência. Contudo, diferentemente do meio urbano, em que a aposentadoria é o mote para essa entrada no mundo da velhice, entre os idosos entrevistados na área rural de Colombo, o que retira o agricultor do trabalho é a doença. É esta independentemente da idade, que o transforma em um ser improdutivo, em um velho. Quando ocorre de o idoso manter-se saudável, existe uma redefinição de tarefas, em que os mais velhos assumem trabalhos mais leves. Esse rearranjo acontece tendo em vista que o trabalho dos mais velhos, além de contribuir no desenvolvimento da economia familiar, serve de exemplo para os mais novos e possibilita que os idosos se sintam úteis.

Confirma-se, dessa forma, a terceira hipótese de trabalho, cujo enunciado previa que, mesmo sendo a categoria trabalho demarcadora no meio rural – como em toda sociedade capitalista –, da entrada no mundo da velhice, entre os agricultores familiares de Colombo existe uma redefinição de tarefas e não a exclusão social.

No grupo entrevistado, a vivência familiar é muito intensa, tendo em vista a proximidade das residências e a realização do trabalho pelo conjunto. Muito embora os estudos citados anteriormente apontem que a extensão dos benefícios previdenciários estariam transformando os significados da velhice entre os beneficiários da previdência rural e elevando o *status* social do idoso beneficiário, fazendo com que este passe da condição de assistido para assistente, pela a importância que sua renda vem desempenhando na família, o que se verifica entre os entrevistados em Colombo é que, além da aposentadoria não significar velhice, o fato de o idoso ter o benefício não lhe confere mais poder dentro do grupo familiar.

Para os idosos entrevistados, o benefício previdenciário, além de sinônimo de cidadania, é mais uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar da qual se pode lançar mão. A generosidade, como parte do patrimônio sociocultural, e a ajuda mútua parecem ser mais importantes do que qualquer jogo de poder. Isso é evidente quando se percebe o esforço dos avós em proporcionar melhores condições de estudo e, conseqüentemente, melhores oportunidades de trabalho para seus netos.

Essa característica fica clara quando se analisam as respostas dadas pelas mulheres entrevistadas no que diz respeito ao recebimento do benefício significar, pela primeira vez, a possibilidade de gerenciamento do próprio dinheiro. Em todos os casos, o que transparece não é o que a hipótese quatro do trabalho afirmava, ou seja, que o recurso financeiro sob controle da mulher agricultora interfere na significação que ela faz do "ser uma mulher idosa". O dinheiro da previdência não se torna um símbolo de libertação; ao contrário, ele irá possibilitar que a família e seu modo de vida e de reprodução seja mantido.

O que se percebe entre as mulheres agricultoras entrevistadas é que elas têm, na sua maioria, capacidade de criar mecanismos de reação à velhice e às suas conseqüências, o que não se observa entre os homens. Esses mecanismos vão desde a participação em grupos de oração, do contato maior com os netos, de passeios, leitura, cuidado com as flores, trabalhos manuais, até a expressão de sonhos ainda não realizados, como viajar de avião ou ser voluntária em um hospital.

Ficou evidente, também, que os agricultores familiares idosos beneficiários da previdência social rural entrevistados no município de Colombo não têm clareza do novo papel que vem sendo atribuído ao idoso aposentado e/ou pensionista na dinâmica econômica e social das comunidades rurais e dos pequenos municípios brasileiros.

Essa constatação talvez sirva de justificativa para a impossibilidade de verificação da segunda hipótese de trabalho, na qual se buscava aliar o fato de a família rural ter suas raízes na propriedade patriarcal da terra à posse do dinheiro advindo da previdência, como fatores para a manutenção da gerência da produção agrícola nas mãos do idoso, mesmo no caso da sua impossibilidade física para o trabalho.

Com o trabalho de campo – entrevista com idosos – efetuado não foi possível dimensionar, no caso dos idosos que dividem o estabelecimento e a produção agrícola com os filhos, quem realmente gerencia e tem o poder de decisão no estabelecimento. Sugere-se que, para tanto, seja desenvolvida uma pesquisa mais aprofundada, a partir de outras metodologias de coleta de dados e um maior contato com os demais membros do grupo familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. Sucessão profissional e transferência hereditária na agricultura familiar. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 2000, Rio de Janeiro. **Papers**. Rio de Janeiro: IRSA: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.
- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, n. 1, p.66-83, jun. 1986.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL 2001. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br> Acesso em: 13 jan. 2003.
- ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981.
- ARIÈS, P. Une histoire de la vieillesse? **Communications**, Paris: Seuil, n. 37, p.47-54, 1983.
- BALHANA, A. P. **Estruturas populacionais do Paraná no ano de sua independência**. Curitiba: UFPR, 1972.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BELTRÃO, K. I.; OLIVEIRA, F. E. B. de; PINHEIRO, S. S. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- BERGER, P.L.; BERGER, B. O que é uma instituição social? In:FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- BIOLCHI, M. A.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e previdência social rural: efeitos da implementação dos sistema de aposentadorias e pensões aos trabalhadores rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo. **Papers**. Passo Fundo: SOBER, 2002. 1 CD-ROM.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BOURDIEU, P. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-120.
- CAMARANO, A. A.; EL GHAOURI, S. K. Idosos brasileiros: que dependência é essa?. In: CAMARANO, A. A (Org.) **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p.281-304.
- CAMARANO, A. A.; MEDEIROS, M. Introdução. In: CAMARANO, A.A. (Org.) **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- CAMARANO, A. A.. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 858).

CÂNDIDO, A.. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CAPPELLIN, P. **Gênero, trabalho e cidadania nos anos 90**: contribuições para atualizar o referencial teórico. Rio de Janeiro: UFRJ/Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia, 1996. Texto apresentado ao 2. Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho, 1996, Águas de Lindóia.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.139-197, p.385-418.

CHAYANOV, A. V. **La organización y la unidad económica campesina**. Buenos Aires: [s.n.], 1976.

DATASUS. **Estatísticas municipais 2002**. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2003.

DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, M. M. L. de. (Org.). **Velhice ou terceira idade?**: estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.49-68.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DEBERT, G. G. Envelhecimento e representação da velhice. **Ciência Hoje**, São Paulo: SBPC, v. 8, n. 9, p.60-68, jul. 1988a.

DEBERT, G. G. Envelhecimento e representação da velhice. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 1988b. v.1, p.537-556.

DELGADO, G. A pesquisa de avaliação da previdência social rural contextualizada. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000. p.18-40.

DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. O idoso e a previdência social no Brasil: a experiência recente de universalização. In: CAMARANO, A. A. (Org.) **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p.319-343.

DELGADO, G.; SCHWARZER, H. Evolução histórico-legal e formas de financiamento da previdência rural no Brasil. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000. p.188-210.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. 1.ed. Lisboa: Livros do Brasil, [s.d.].

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos**: seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, K; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. v. 1, p.61- 74.

ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.11-104.

FERRARINI, S. **O município de Colombo**. Curitiba: Champagnat, 1992.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2000**. Belo Horizonte, 2001.

GEHLEN, I. Centralidade do trabalho e exclusão identitária no meio rural. **Sociedade em Debate**, Pelotas: UCPEL, v. 8, n. 3, p.3-17, dez. 2002.

GEHLEN, I. **Noções e ambigüidades sobre o trabalho dos agricultores familiares nos complexos agroindustriais**. [S.n.t.] Texto apresentado no XVII Encontro Nacional do PIPSA, Grupo de trabalho Agricultura Familiar, Campina Grande, nov. 1996.

GEHLEN, I.; MÉLO, J. L. B. de. A dinâmica da agricultura no sul do Brasil: realidade e perspectiva. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v. 11, n. 2, p.99-108, abr./jun. 1987.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: M. Fontes, 1989.

HADDAD, E. G. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HARLEY, David. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1998.

IANNI, Octavio. A crise de paradigmas na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, n. 13, p.90-101, jun. 1990.

IBGE. **Censo agropecuário 1996**. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2002a.

IBGE. **Contagem da população 1996**. Rio de Janeiro, 1987.

IBGE. **Perfil dos idosos responsáveis por domicílios no Brasil 2000**. Rio de Janeiro, 2002b. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, 9).

IPARDES. **Cadernos municipais - Colombo**. Curitiba, 2002.

IPARDES. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003.

IPARDES. **Projeto de avaliação sócio-econômica e regional da previdência social rural**. Fase II - Região Sul: Relatório final das atividades de campo. Curitiba, 1999.

IPEA. **Relatório metodológico da pesquisa avaliação socioeconômica e regional da previdência social rural - fase II**. Brasília, 1999.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: URG/Programa de Pós – Graduação em Sociologia, v. 6, p.51-75, 1994.

KAGEYAMA, A. et al.. **O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: [s.n.], 1987.

KARAM, K. F. **Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade**. Curitiba, 2001. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

KLEINKE, M. de L. U.; URBAN, M. L. de P. **Dimensão sócio-institucional da trajetória de exploração do Aquífero Carste**. [S.l.: s.n.], 2001. Relatório final da parte sócio-econômica do EIA-RIMA Aquífero Carste – Município de Colombo-PR.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

MARTINS, J. de S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 15, p.5-12, out. 2000.

MARTINS, J. de S. Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1982. p.45-66.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. 11. Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1987. Livro 1, v. 1.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. Livro 3, v.6.

MARX, R. Introdução. In: MARX, R. **Trabalho em grupos e autonomia como instrumentos de competição**: experiência internacional, casos brasileiros, metodologia da implantação. São Paulo: Atlas, 1997.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. v. 1.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, n. 10, v. 4, p.5-20, jun. 1989.

OLIEVENSTEIN, C. **O nascimento da velhice**. Bauru: EDUSC, 2001.

ORTIZ, R. **Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção grandes cientistas sociais).

PAULILO, M. I. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 2000, Rio de Janeiro. **Papers**. Rio de Janeiro: IRSA: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.

QUEIROZ, M. I. P.de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.) **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p.160-176.

RASIA, J. M. **Criança e trabalho no campo**: socialização, trabalho e educação: a criança na força de trabalho rural. Campinas, 1987a. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas.

RASIA, J. M. Pequena produção: família e patrimônio: duas noções ainda pouco estudadas. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v. 9, n. 9, p.4-6, set. 1987b.

ROTTA, E. **A construção do desenvolvimento**: análise de um “modelo” de integração entre regional e global. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

SANTOS, C. R. A. dos. **História da alimentação no Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. (Coleção farol do saber).

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SCHWARZER, H.; QUERINO, A. C.. **Benefícios sociais e pobreza**: programas não contributivos da seguridade social brasileira. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 929).

SILVA, A. C. da. **As transformações da representação social do negro no livro didático e seus determinantes**. [S.l.]: UFBA/Programa de Pós-Graduação em Educação/Doutorado, s.d.

SILVA, E. R. A. Efeitos da previdência social rural sobre a questão de gênero. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.) **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000. p.101-130.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. s. l.: s. n., 1997.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO, R. O conceito de rural. In: GIARRACA, N. (Comp.). **¿Una nueva ruralidad in América Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p.67-79.

SIQUEIRA, R. L.; RIBEIRO, R. L. A velhice e sua representação cultural: uma análise sobre estudos contemporâneos no Brasil. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 2000, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: IRSA: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.

SOLARI, A. B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, T.; QUEDA, O. (Org.). **Vida rural e mudança social**: leituras básicas de sociologia rural. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p.3-14.

SOROKIN, P.A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. p.198-224.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOBVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994. p.117-145.

SUGAMOSTO, M.; DOUSTDAR, N. M. Impactos da previdência social rural na região sul: ênfase nas características mesorregionais. In: DELGADO, G.; CARDOSO JR., J. C. (Org.). **A universalização de direitos sociais no Brasil**: a previdência rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000. p.132-164.

VEIGA, J. E. da. A insustentável utopia do desenvolvimento. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. da F.; NABUCO, M. R. (Org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1993.

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 2000, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: IRSA: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.

WANDERLEY, M. de N. B. **Olhares sobre o “rural” brasileiro**. Recife: [s.n.], 1999.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu: ANPOCS, 1996. Trabalho apresentado no ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 10., 1996.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, N. (Comp.). **¿Una nueva ruralidad in América Latina?** Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p.31-44.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.(Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Ed. da UFPR, 1998. p.29-49.

Bibliografia Consultada

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília: ABEP, v. 15, n. 2, p.45-65, jul./dez. 1998.

ABRANCHES, S. H. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n. 1, p.7-32, jun. 1989.

ALEXANDER, J. C. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v. 2, n. 4, p.5-28, jun. 1987.

BOBBIO, N. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

BOLETIM DO DESER: Conjuntura Agrícola. Curitiba: DESER, n. 122, out. 2001.

BOLETIM DO DESER: Conjuntura Agrícola. Curitiba: DESER, n. 123, mar. 2002.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999. p.45-72.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura**: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. [S.n.t.] Texto preparado para ser apresentado ao 12. Congresso Internacional da Latin American Studies Association (LASA), 2000, Miami.

BRUSCHINI, C. **Fazendo as perguntas certas**: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres na sociedade? São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996. Texto apresentado ao 2. Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho, 1996, Águas de Lindóia.

CALDAS, C. P. Memória, trabalho e velhice: um estudo das memórias de velhos trabalhadores. In: VERAS, R. P. (Org.). **Terceira idade**: desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ/UnATI, 1997. p.121-142.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento Brasil**: JK – JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.21-31.

CÍCERO, M. T. **Saber envelhecer e a amizade**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

COMEC. **Plano integrado de desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, 2001.

CORRÊA, M. Mulher e família: um debate sobre a literatura recente. **BIB**: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 18, p.27-44, set. 1984.

COVRE, M. de L. M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p.31-50.

DRAIBE, S. As políticas sociais braileiras: diagnóstico e perspectivas. IPEA. **Para a década de 90**: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989. p.1-67.

ESPING-ANDERSON, G. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n. 35, p.73-111, 1995.

FELICISSIMO, J. R. A descentralização do Estado frente às novas práticas e formas de ação coletiva. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v. 8, n. 2, p.45-52, abr./jun. 1994.

GEHLEN, I. Estrutura, dinâmica social e concepção sobre terra no meio rural do sul. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. 6, p.151-174, 1994.

- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1991.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- INFORME DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Brasília: MPAS, v. 14, n. 9, set. 2002.
- INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISAS E CAPACITAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROMOÇÃO DA MULHER. **Conceitos de gênero no planejamento do desenvolvimento: uma abordagem básica**. Brasília: Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal: Fórum Nacional de Dirigentes de Organismos Governamentais de Direitos da Mulher, 1995.
- JOLLIVET, M. A vocação atual da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p.5-25, out. 1998.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LUNA, S. V. de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Editora da PUC, 1996.
- MARTINE, G. A resolução da questão social no Brasil: experiências passadas e perspectivas futuras. In: IPEA. **Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989. p.97-128.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: M. Fontes, 1977. p.218–226.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 4. ed. Lisboa: Presença: M. Fontes, 1980.
- MEDEIROS, M. **A trajetória do welfare state no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília: IPEA, 2001.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Lisboa: Ed. Europa-América, 1994. p.13-133.
- NAVARRO, S. H. La vejez desde una perspectiva cultural: el caso de los mapuches de la Araucania, Chile. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10.; CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 2000, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: IRSA: SOBER, 2000. 1 CD-ROM
- NERI, A. L. **Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1991.
- SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 12. ed. Porto: Ed. Afrontamento, 2001.
- SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, M. de F. de S. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1990.
- SILVA, C. L. C. da **A cidadania como forma de regulação social**. [S.n.t.]. Texto apresentado ao 2. Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho, 1996, Águas de Lindóia.
- SILVA, E. R. A.; SCHWARZER, H. **Proteção social, aposentadorias, pensões e gênero no Brasil**. Brasília: IPEA, 2002. (Texto para discussão, 934).
- ZANGARO, L. C. M. Agricultura familiar no Brasil: uma revisão teórica. **Revista Mediações**, Londrina: UEL, v. 3, n. 2, p.15-29, jul./dez. 1998.

**APÊNDICE 1 - PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL EM
COLOMBO-PR**

PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL

BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

01 Nome do Entrevistado:

02 Endereço

BLOCO 2 – IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

03 Qual a origem da família do entrevistado (etnia)?

04 Sexo?

01 Masculino

02 Feminino

05 Idade

_____ anos

06 Estado Civil ou Conjugal

01 Casado

02 Solteiro

03 Viúvo

04 Divorciado/Desquitado

05 Separado

06 Juntos

98 Outros (especificar) _____

07 O Sr.(a) freqüenta / freqüentou alguma escola?

01 Sim, e sabe ler e escrever

02 Sim, mas não sabe ler nem escrever

03 Não, mas sabe ler e escrever

Pule para a questão 09

04 Não, e não sabe ler nem escrever

Pule para a questão 09

05 Não, mas sabe assinar o nome

Pule para a questão 09

08 Nível de Escolaridade do Beneficiário

- 01 1ª a 4ª Série Incompleto (antigo primário)
- 02 1ª a 4ª Série Completo (antigo primário)
- 03 5ª a 8ª Série Incompleto (antigo ginásio)
- 04 5ª a 8ª Série Completo (antigo ginásio)
- 05 2º Grau Incompleto
- 06 2º Grau Completo
- 07 Nível Técnico
- 08 Nível Superior
- 09 Mobral
- 98 Outros (especificar) _____

09 Qual o Ramo de Atividade da última ocupação exercida nos 12 meses anteriores à percepção do Benefício?

- 01 Agropecuária
- 02 Extrativismo e Floresta
- 03 Pesca
- 04 Mineração
- 05 Indústria
- 06 Comércio
- 07 Serviços
- 08 Transporte
- 09 Construção Civil
- 09 Produção Doméstica (artes ou indústria caseira)
- 10 Domicílio (serviços domésticos)
- 98 Outros (especificar) _____

10 Qual a Relação de Trabalho na última ocupação exercida nos 12 meses anteriores à percepção do Benefício?

- 01 Conta Própria
- 02 Assalariado
- 03 Meeiro/Parceiro
- 04 Arrendatário
- 05 Diarista
- 06 Ganho por Produção
- 07 Ganho por Empreitada
- 08 Ajudante da Família
- 09 Funcionário Público
- 98 Outros (especificar) _____

BLOCO 3 – SEGURO PREVIDENCIÁRIO

11 Que tipo de Benefício Mensal recebe atualmente da Previdência Social ou do antigo Funrural? (marque até 3 respostas se necessário)

- 01 Aposentadoria por Idade
- 02 Aposentadoria por Invalidez
- 03 Pensão por Morte
- 04 Renda Mensal Vitalícia
- 98 Outro (especificar) _____

12 Desde que Data recebe este benefício (o Benefício Principal)?

_____ | _____
mês ano

13 Existem no domicílio, pessoas idosas (homens acima de 60 anos e mulheres acima de 55 anos) ocupadas em atividades rurais que não recebem aposentadoria por idade?

01 Sim Qual o motivo? _____

02 Não _____ **Pule para a questão 15**

14 Quantas?

01 Homens _____

02 Mulheres _____

03 Total _____

BLOCO 4 – DOMICÍLIO

15 Quantas pessoas residem no domicílio?

com menos de 10 anos

01 Homens _____

02 Mulheres _____

03 Total _____

com mais de 10 anos

01 Homens _____

02 Mulheres _____

03 Total _____

16 Desde quando reside neste domicílio?

_____ | _____
mês ano

17 Após se tornar beneficiário da Previdência Social mudou de domicílio?

- 01 Sim
- 02 Não _____

Pule para a questão 20

18 Onde se localizava o domicílio anterior ao que mora hoje?

01 Zona urbana (especificar município, estado e país) _____

02 Zona rural (especificar município, estado e país) _____

19 Qual a causa desta última mudança?

20 Após se tornar beneficiário da Previdência Social realizou alguma reforma no seu domicílio ou comprou algum utensílio doméstico novo?

01 Sim O que foi reformado _____

02 Não _____

21 Características da moradia atual e da última (anterior a atual) caso exista.

21a A atual moradia é:

01 Particular _____

02 Coletiva (especificar) _____

21b A última moradia era:

01 Particular _____

02 Coletiva (especificar) _____

21c A atual moradia tem paredes de:

01 Alvenaria _____

02 Madeira _____

03 Madeira aproveitada _____

04 Taipa não revestida _____

98 Outro (especificar) _____

21d A última moradia tinha paredes de:

01 Alvenaria _____

02 Madeira _____

03 Madeira aproveitada _____

04 Taipa não revestida _____

98 Outro (especificar) _____

21e Qual o número de cômodos da atual moradia?

21f Qual o número de cômodos da última moradia?

21g A atual moradia é:

01 Própria _____

02 Alugada _____

03 Cedida _____

98 Outro (especificar) _____

21h A última moradia era:

01 Própria _____

02 Alugada _____

03 Cedida _____

98 Outro (especificar) _____

21i A Principal forma de abastecimento de água da atual moradia é:

01 Rede Geral _____

02 Torneira pública ou chafariz _____

03 Carro-pipa _____

04 Cisterna _____

05 Poço ou Nascente _____

06 Rio, Açude ou Barreiro _____

07 Água do vizinho _____

98 Outro (especificar) _____

21j A Principal forma de abastecimento de água da última moradia era:

01 Rede Geral _____

02 Torneira pública ou chafariz _____

03 Carro-pipa _____

04 Cisterna _____

05 Poço ou Nascente _____

06 Rio, Açude ou Barreiro _____

07 Água do vizinho _____

98 Outro (especificar) _____

21l O Principal tipo de instalação sanitária da atual moradia é :

- 01 Rede geral
 02 Fossa séptica
 03 Fossa comum (rudimentar)
 05 Não tem
 98 Outro (especificar) _____

21m O Principal tipo de instalação sanitária da última moradia era:

- 01 Rede geral
 02 Fossa séptica
 03 Fossa comum (rudimentar)
 05 Não tem
 98 Outro (especificar) _____

21n O Principal tipo de abastecimento de luz da atual moradia é:

- 01 Com acesso a rede geral
 02 Com acesso a motor
 03 À querosene
 04 Não tem
 98 Outro (especificar) _____

21o O Principal tipo de abastecimento de luz da última moradia era:

- 01 Com acesso a rede geral
 02 Com acesso a motor
 03 À querosene
 04 Não tem
 98 Outro (especificar) _____

21p A atual moradia tem telefone:

- 01 Sim
 02 Não

21q A última moradia tinha telefone:

- 01 Sim
 02 Não

21r A atual moradia possui quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):

- 01 Fogão a lenha
 02 Fogão a gás
 03 Geladeira
 04 Televisor
 05 Rádio
 06 Freezer
 07 Antena Parabólica
 98 Outro (especificar) _____

21s A última moradia possuía quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):

- 01 Fogão a lenha
 02 Fogão a gás
 03 Geladeira
 04 Televisor
 05 Rádio
 06 Freezer
 07 Antena Parabólica
 98 Outro (especificar) _____

BLOCO 5 – RELAÇÕES FAMILIARES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

22 Quem é o chefe do domicílio onde reside?

- 01 O próprio
 02 Cônjuge
 03 Filho
 04 Filha
 05 Pai
 06 Mãe
 07 Parentes/afins
 98 Outro (especificar) _____

23 Qual o número de pessoas sem rendimentos monetários residentes no domicílio?

- 01 Homens _____
02 Mulheres _____
03 Total _____

24 O Beneficiário ajudou alguém economicamente fora do domicílio nos últimos 12 meses?

- 01 Sim
 02 Não _____ **Pule para a questão 26**

25 Quantas pessoas?

_____ pessoas

26 Qual das formas de ajuda descritas abaixo praticou nos últimos 12 meses? (marque até 3 respostas, se necessário)

- 01 Prestação de serviços gratuitos
 02 Mutirão de trabalho
 03 Atendimento à pessoa doente ou carente
 04 Cessão de equipamento ou material de trabalho
 05 Ajuda em espécie
 06 Nenhuma
 98 Outros (especificar) _____

27 Indique as principais categorias de produtos doados nos últimos 12 meses (marque até 3 respostas, se necessário):

- 01 Alimentos e Material de Higiene e Limpeza
 02 Vestuário e Calçado
 03 Remédios
 04 Material Escolar
 05 Insumos
 06 Utensílios Domésticos
 98 Outros (especificar) _____

28 O Beneficiário participa de algum grupo ou associação dentre as citadas abaixo? (marque até 3 respostas, se necessário)

- 01 Associação de Produtores Rurais
 02 Cooperativa de Produtores Rurais
 03 Sindicato de Trabalhadores Rurais
 04 Conselhos Municipais de Programas Governamentais
 05 Movimentos Sociais Organizados
 06 Grupos Informais (grupo de mulheres, grupo de jovens, grupo de idosos, etc.)
 07 Não participa _____ **Pule para a questão 30**
 98 Outro (especificar): _____

29 Quais as principais atividades oferecidas pelas entidades de que participa? (marque até 3 respostas, se necessário)

- 01 Assistencial
- 02 Social e Recreativo
- 03 Prestação de Serviços ou apoio à produção
- 04 Defesa de Direitos
- 98 Outro
(especificar):

BLOCO 6 – RELAÇÃO DO BENEFICIÁRIO COM A ATIVIDADE ECONÔMICA

30 O beneficiário ou alguém residente no mesmo domicílio é responsável atualmente por estabelecimento rural?

- 01 Sim
- 02 Não _____ Pule para o Bloco 7

31 Indique a atividade rural predominante ou se o estabelecimento está inativo:

- 01 Agricultura _____ **Pule para a questão 33**
- 02 Pecuária _____ **Pule para a questão 33**
- 03 Horticultura _____ **Pule para a questão 33**
- 04 Agropecuária _____ **Pule para a questão 33**
- 05 Agroindústria _____ **Pule para a questão 33**
- 06 Coleta ou extração vegetal _____ **Pule para a questão 33**
- 07 Pesca _____ **Pule para a questão 33**
- 08 Turismo _____ **Pule para a questão 33**
- 09 Inatividade Completa _____ **Passe para a questão 32**
- 98 Outro
(especificar): _____
_____ **Pule para a questão 33**

32 Indique a causa do abandono deste estabelecimento.

33 O beneficiário utiliza de alguma maneira a renda da aposentadoria ou pensão para a manutenção da atividade rural citada?

- 01 Sim
- 02 Não _____ **Pule para a questão 35**

34 Em quais das formas abaixo o Beneficiário utiliza a renda do seu Benefício Principal?

- 01 Custeio da atividade produtiva da família
- 02 Compra de máquinas e/ou equipamentos
- 98 Outro (especificar) _____

BLOCO 7 – QUADRO OCUPACIONAL

As questões deste bloco devem ser respondidas pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade ou por alguém que por elas possa responder, inclusive pelas que não exerceram nenhum tipo de trabalho nos últimos 12 meses.

35 Quadro ocupacional para as pessoas de 10 anos ou mais relativo aos últimos 12 meses (inclusive o Beneficiário)

- d. Quantos meses trabalhou nos últimos 12 meses?
 e. Qual a sua ocupação principal?
 f. Qual a relação de trabalho ou posição na ocupação no estabelecimento, negócio ou função declarada?
 g. Qual o ramo de atividade em que exerceu a ocupação declarada?
 h. Qual o local de ocupação da atividade declarada?
 i. Qual o rendimento da ocupação principal na atividade declarada?
 j. Qual a periodicidade com a qual recebe este rendimento principal?

a. Grau de Parentesco com Beneficiário TC1	b. Sexo TC2	c. Idade (Anos)	d. Nº de Meses Trab. no período considerado TC3	e. Ocupação Principal	f. Rel. de Trab. ou Posição na Ocupação TC4	g. Ramo de Atividade TC5	h. Local de Ocupação TC6	i. Rendimento da Ocupação Principal	j. Periodicidade do Recebimento TC7
01 Beneficiário									
02									
03									
04									
05									
06									
07									
08									
09									
10									

TC1 - Grau de Parentesco

- 01 Beneficiário
 02 Cônjuge
 03 Filho(a)
 04 Parentes ou Afins
 05 Pai/mãe
 06 Agregados
 98 Outros (especificar)

TC2 – Sexo

- 01 Masculino
 02 Feminino

TC3 – Meses Trabalhados

- 99 Não trabalhou

TC4 - Relação de Trabalho na Ocupação

- 01 Conta própria
 02 Assalariado
 03 Meeiro/Parceiro
 04 Arrendatário
 05 Diarista
 06 Ganha por Produção
 07 Ganha por Empreitada
 08 Ajudante da Família
 09 Funcionário Público
 98 Outros (especificar)

TC5 - Ramo de Atividade

- 01 Agropecuária
 02 Extrativismo e Floresta
 03 Pesca
 04 Mineração
 05 Indústria
 06 Comércio
 07 Serviços
 08 Transporte
 09 Construção Civil
 10 Produção Doméstica (artes ou indústria caseira)
 11 Domicílio (serviços domésticos)
 98 Outros (especificar)

TC6 - Local de Ocupação

- 01 No domicílio sem local exclusivo
 02 No domicílio com local exclusivo
 03 Na via pública com equipamento pesado
 04 Na via pública com equipamento leve ou sem
 05 Empresa ou firma
 06 No Estabelecimento Rural
 07 Em casa do cliente ou patrão
 98 Outros (especificar)

TC7 - Regularidade das Fontes de Renda

- 01 Mensal
 02 Anual

APÊNDICE 2 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS IDOSOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS IDOSOS

1. Nome. Comunidade
2. Existem parentes residindo nas imediações da sua residência? Quem são eles?
3. Existe um bom relacionamento com esses parentes?
4. Algum deles necessita da sua ajuda para sobreviver? Ou o senhor ajuda algum desses parentes que residem em outro domicílio de alguma forma? Como é essa ajuda?
5. Quais as tarefas que são da sua responsabilidade dentro do estabelecimento rural e/ou do domicílio? Foram sempre estas as tarefas que o senhor(a) desenvolveu? Se mudaram, desde quando, por que e quais eram as tarefas de sua responsabilidade anteriormente?
6. O senhor(a) considera as tarefas que hoje desenvolve adequadas para a sua idade e condições de saúde? Elas são importantes dentro do conjunto familiar? Essas tarefas são importantes dentro do conjunto das tarefas necessárias dentro do estabelecimento rural?
7. O que vem na sua cabeça quando eu falo a palavra "velho"? Por quê?
8. O que vem na sua cabeça quando eu falo a palavra "idoso"? Por quê?
9. O que leva o senhor(a) a considerar uma pessoa como idosa (velha)?
10. O senhor(a) se considera uma pessoa idosa? Por quê?
11. Qual o comportamento que se espera de uma pessoa idosa (velha)? Esse comportamento deve ser diferente para homens e mulheres? Por quê?
12. Como os mais jovens tratam as pessoas idosas na sua comunidade? Esse tratamento é diferente daquele dado aos idosos quando o senhor(a) era mais jovem?
13. Qual o significado (a forma de tratamento) dado aos idosos dentro da sua família? Ele é diferente daquele dado aos idosos em famílias de outras etnias (origem)? Quais são essas diferenças?
14. O senhor(a) conhece alguém que está na idade de receber a aposentadoria e não recebe? Como é a vida dessa pessoa? Como ela faz pra sobreviver?

15. Caso o(a) senhor(a) não recebesse o benefício, como seria sua vida?
16. O fato de uma pessoa idosa possuir uma fonte de renda fixa, seja devido ao seu trabalho, seja ao recebimento de aposentadoria ou pensão, influi na maneira como é tratado (valorizado ou não) pela família e pela comunidade?
17. Mudou alguma coisa a partir do momento que o senhor(a) passou a receber o benefício? O senhor(a) se sentiu diferente? Como? As outras pessoas passaram a tratá-lo de forma diferente? Como?
18. O senhor(a) participa de algum grupo informal (grupo de mães, da igreja, clube, grupo folclórico, etc.)? O que o leva a participar ou não desses grupos? Quais as atividades desenvolvidas e de quais faz parte atualmente? Antigamente de quais atividades participava?
19. Qual a sua opinião sobre o grupos de terceira idade? O senhor(a) participa ou participaria desses grupos? Por quê?
20. A aposentadoria ou pensão ajuda a manter a atividade agrícola, a agricultura familiar (independentemente de o senhor(a) utilizar o benefício para manter a atividade produtiva)?
21. Qual é, na sua opinião, o futuro da agricultura familiar? Existe futuro, na sua opinião, para os seus filhos e netos, na atividade agrícola, como agricultores familiares?
22. Qual a sua opinião sobre a previdência social? Houve mudanças no sistema nesses últimos anos? Quais foram? O que precisa ser mudado, ainda?

**APÊNDICE 3 - QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS QUE
SERVIRAM DE ILUSTRAÇÃO NOS CAPÍTULOS 4 E 5**

**QUADRO DE IDENTIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS QUE
SERVIRAM DE ILUSTRAÇÃO NOS CAPÍTULOS 4 E 5**

Entrevistado	Sexo	Idade	Data da Entrevista	Comunidade
Entrevista 2	Mulher	75 anos	18/10/2002	Campestre
Esposo da Entrevistada 2	Homem	79 anos	18/10/2002	Campestre
Entrevista 3	Mulher	57 anos	18/10/2002	Campestre
Entrevista 4	Homem	73 anos	18/10/2002	Campestre
Entrevista 5	Homem	77 anos	15/10/2002	São João
Entrevista 7	Mulher	62 anos	12/11/2002	São João
Entrevista 8	Mulher	75 anos	12/11/2002	São João
Entrevista 9	Homem	72 anos	22/02/2003	Itajacuru
Esposa do Entrevistado 9	Mulher	68 anos	22/02/2003	Itajacuru
Entrevista 11	Mulher	71 anos	25/02/2003	Prado
Entrevista 12	Homem	66 anos	26/02/2003	Roça Grande
Esposa do Entrevistado 12	Mulher	64 anos	26/02/2003	Roça Grande

**ANEXO 1 - FORMULÁRIO DA PESQUISA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
RURAL (IPEA/IPARDES/DESER)**



BLOCO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO FORMULÁRIO

Etiqueta
Ndf – estado – código – mrh – município – endereço – nome beneficiário

	Nome	Rubrica	Data	Rubrica
Entrevistador			1ª visita	
Supervisor			2ª visita	
Crítico			Devolução	
Digitador			Checagem	

01 Nome do Entrevistado:

02 Grau de Parentesco do entrevistado com o beneficiário da Previdência

- 01 Próprio
- 02 Cônjuge
- 03 Filho(a)
- 04 Parente/afim
- 05 Agregado
- 98 Outros (especificar) _____

BLOCO 2 – IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

03 Endereço Atual

- 01 O mesmo do cadastro
- 98 Outros (especificar) _____

04 A residência encontra-se

- 01 Zona Urbana _____
- 02 Zona Rural _____

Pule para a questão 6

05 Zona Urbana

- 01 Cidade
- 02 Sede Distrital
- 03 Áreas Urbanizadas Isoladas

06 Zona Rural

- 01 Povoado ou Aglomerado
- 02 Núcleo
- 03 Moradia Isolada
- 98 Outros (especificar) _____

07 Sexo?

- 01 Masculino
- 02 Feminino

08 Idade

..... anos

09 Estado Civil ou Conjugal

- 01 Casado
- 02 Solteiro
- 03 Viúvo
- 04 Divorciado/Desquitado
- 05 Separado
- 06 Juntos
- 98 Outros (especificar) _____

10 O Sr.(a) freqüenta / freqüentou alguma escola?

- 01 Sim, e sabe ler e escrever
- 02 Sim, mas não sabe ler nem escrever
- 03 Não, mas sabe ler e escrever
- 04 Não, e não sabe ler nem escrever
- 05 Não, mas sabe assinar o nome

Pule para a questão 12

Pule para a questão 12

Pule para a questão 12

11 Nível de Escolaridade do Beneficiário

- 01 1ª a 4ª Série Incompleto (antigo primário)
- 02 1ª a 4ª Série Completo (antigo primário)
- 03 5ª a 8ª Série Incompleto (antigo ginásio)
- 04 5ª a 8ª Série Completo (antigo ginásio)
- 05 2º Grau Incompleto
- 06 2º Grau Completo
- 07 Nível Técnico
- 08 Nível Superior
- 09 Mobral
- 98 Outros (especificar) _____

12 Qual o Ramo de Atividade da última ocupação exercida nos 12 meses anteriores à percepção do Benefício?

- 01 Agropecuária
- 02 Extrativismo e Floresta
- 03 Pesca
- 04 Mineração
- 05 Indústria
- 06 Comércio
- 07 Serviços
- 08 Transporte
- 09 Construção Civil
- 09 Produção Doméstica (artes ou indústria caseira)
- 10 Domicílio (serviços domésticos)
- 98 Outros (especificar) _____

13 Qual a Relação de Trabalho na última ocupação exercida nos 12 meses anteriores à percepção do Benefício?

- 01 Conta Própria
- 02 Assalariado
- 03 Meeiro/Parceiro
- 04 Arrendatário
- 05 Diarista
- 06 Ganho por Produção
- 07 Ganho por Empreitada
- 08 Ajudante da Família
- 09 Funcionário Público
- 98 Outros (especificar) _____

BLOCO 3 – SEGURO PREVIDENCIÁRIO

Atenção: nas questões de 15 a 22, em caso de duplicidade no recebimento de benefícios, considerar apenas o Benefício Principal, ou seja, aquele relacionado à Aposentadoria (por idade ou invalidez).

14 Que tipo de Benefício Mensal recebe atualmente da Previdência Social ou do antigo Funrural? (marque até 3 respostas se necessário)

01 Aposentadoria por Idade

02 Aposentadoria por Invalidez

03 Pensão por Morte

04 Renda Mensal Vitalícia

98 Outro (especificar) _____

15 Desde que Data recebe este benefício (o Benefício Principal)?

_____ | _____
mês ano

16 Quanto Tempo demorou da solicitação do Benefício Principal até sua concessão pelo INSS ou antigo Funrural?

_____ | _____ | _____
anos meses dias

17 Enfrentou algum problema para ter acesso ao benefício (marque até 3 respostas se necessário)

01 Desconhecimento dos direitos do trabalhador

02 Desatenção ou desinformação dos funcionários do INSS ou do Correio

03 Dificuldade para comprovar idade

04 Dificuldade para comprovar atividade rural (documentação ou entrevista)

05 Dificuldade para comprovar invalidez

06 Dificuldade para juntar os documentos exigidos pelo INSS

98 Outros (especificar) _____

18 Informe se o Sr.(a) recebeu ajuda de alguma pessoa, autoridade ou órgão para encaminhar o pedido do benefício (marque até 3 respostas se necessário).

- 01 Associação
- 02 Sindicato de trabalhadores rurais
- 03 Liderança política ou local
- 04 Prefeito
- 05 Igreja
- 06 ONG
- 07 Autoridade local (juiz, promotor ou delegado de polícia)
- 08 Proprietário (empregador) rural
- 09 Não recebeu colaboração
- 98 Outro (especificar) _____

19 Nos últimos dois anos recebeu em todos os meses o Benefício Principal?

- 01 Sim
- 02 Não

20 O Benefício Principal tem sido pago em data certa?

- 01 Sim
- 02 Não

21 Quando acontece algum atraso de pagamento do Benefício Principal, qual a sua duração?

- 01 Nunca atrasa
- 02 Menos de 7 dias
- 03 De 7 a 14 dias
- 04 De 15 a 30 dias
- 05 De 30 a 60 dias
- 06 Mais de 60 dias

22 Quem retira o pagamento do benefício?

- 01 O próprio Beneficiário
- 02 Outra Pessoa por procuração
- 03 Parentes ou Amigos sem procuração

23 Como o benefício é retirado?

- 01 Com cartão do banco
- 02 Com carnê do banco
- 03 No correio (carnê)
- 98 Outro (especificar) _____

24 Recebe o benefício na mesma localidade onde reside?

01 Sim

02 Não

25 Qual a distância aproximada entre sua residência e o local onde recebe o benefício?

_____ km

26 Quantas pessoas no domicílio (além do beneficiário identificado) recebem mensalmente algum tipo de benefício pago pela Previdência Social?

00 Nenhuma

Pule para a questão 28

_____ pessoas

27 Se responder positivamente ao item anterior informe:

Nome	Grau de Parentesco com o Beneficiário TC1	Sexo TC2	Idade	Tipo de Benefício TC3

TC1 - Grau de Parentesco

- 01 Cônjuge
- 02 Filho(a)
- 03 Pai ou Mãe
- 04 Parentes ou afins
- 05 Agregados
- 98 Outros (especificar)

TC2 - Sexo

- 01 Masculino
- 02 Feminino

TC3 - Tipo de Benefício

- 01 Aposentadoria por Idade - API
- 02 Aposentadoria por Invalidez - AI
- 03 Pensão por Morte - PM
- 04 Renda Mensal Vitalícia - RMU
- 98 Outros (especificar)

28 Existe no domicílio pessoa(s) inválida(s) sem receber o benefício por invalidez?

01 Sim

02 Não

Pule para a questão 30

29 Quantas?

01 Homens _____

02 Mulheres _____

03 Total _____

30 Existem no domicílio, pessoas idosas (homens acima de 60 anos e mulheres acima de 55 anos) ocupadas em atividades rurais que não recebem aposentadoria por idade?

01 Sim

02 Não

Pule para a questão 32

31 Quantas?

01 Homens _____

02 Mulheres _____

03 Total _____

BLOCO 4 – DOMICÍLIO

32 Quantas pessoas residem no domicílio?

com menos de 10 anos

01 Homens _____

02 Mulheres _____

03 Total _____

com mais de 10 anos

01 Homens _____

02 Mulheres _____

03 Total _____

33 Desde quando reside neste domicílio?

_____ | _____
mês ano

34 Após se tornar beneficiário da Previdência Social mudou de domicílio?

01 Sim

02 Não

Pule para a questão 38

35 Quantas vezes já mudou?

_____ vezes

36 Onde se localizava o domicílio anterior ao que mora hoje?

01 Zona urbana (especificar município, estado e país)

02 Zona rural (especificar município, estado e país)

37 Qual a causa desta última mudança?

38 Características da moradia atual e da última (anterior a atual) caso exista.

38a A atual moradia é:

01 Particular

02 Coletiva
(especificar) _____

38b A última moradia era:

01 Particular

02 Coletiva
(especificar) _____

OBS: Quando tratar-se de Asilos ou Hospitais, desconsiderar as demais questões - pular para questão 39

OBS: Quando tratar-se de Asilos ou Hospitais, desconsiderar as demais questões - pular para questão 39

38c A atual moradia tem paredes de:

01 Alvenaria

02 Madeira

03 Madeira aproveitada

04 Taipa não revestida

98 Outro (especificar) _____

38d A última moradia tinha paredes de:

01 Alvenaria

02 Madeira

03 Madeira aproveitada

04 Taipa não revestida

98 Outro (especificar) _____

38e Qual o número de cômodos da atual moradia?

38f Qual o número de cômodos da última moradia?

38g A atual moradia é:

01 Própria

02 Alugada

03 Cedida

98 Outro (especificar) _____

38h A última moradia era:

01 Própria

02 Alugada

03 Cedida

98 Outro (especificar) _____

38i A Principal forma de abastecimento de água da atual moradia é:

01 Rede Geral

02 Torneira pública ou chafariz

03 Carro-pipa

04 Cisterna

05 Poço ou Nascente

06 Rio, Açude ou Barreiro

07 Água do vizinho

98 Outro (especificar) _____

38j A Principal forma de abastecimento de água da última moradia era:

01 Rede Geral

02 Torneira pública ou chafariz

03 Carro-pipa

04 Cisterna

05 Poço ou Nascente

06 Rio, Açude ou Barreiro

07 Água do vizinho

98 Outro (especificar) _____

38l O Principal tipo de instalação sanitária da atual moradia é :

- 01 Rede geral
- 02 Fossa séptica
- 03 Fossa comum (rudimentar)
- 05 Não tem
- 98 Outro (especificar) _____

38m O Principal tipo de instalação sanitária da última moradia era:

- 01 Rede geral
- 02 Fossa séptica
- 03 Fossa comum (rudimentar)
- 05 Não tem
- 98 Outro (especificar) _____

38n O Principal tipo de abastecimento de luz da atual moradia é:

- 01 Com acesso a rede geral
- 02 Com acesso a motor
- 03 À querosene
- 04 Não tem
- 98 Outro (especificar) _____

38o O Principal tipo de abastecimento de luz da última moradia era:

- 01 Com acesso a rede geral
- 02 Com acesso a motor
- 03 À querosene
- 04 Não tem
- 98 Outro (especificar) _____

38p A atual moradia tem telefone:

- 01 Sim
- 02 Não

38q A última moradia tinha telefone:

- 01 Sim
- 02 Não

38r A atual moradia possui quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):

- 01 Fogão a lenha
- 02 Fogão a gás
- 03 Geladeira
- 04 Televisor
- 05 Rádio
- 06 Freezer
- 07 Antena Parabólica
- 98 Outro (especificar) _____

38s A última moradia possuía quais dos utensílios domésticos citados (marque mais de uma resposta se necessário):

- 01 Fogão a lenha
- 02 Fogão a gás
- 03 Geladeira
- 04 Televisor
- 05 Rádio
- 06 Freezer
- 07 Antena Parabólica
- 98 Outro (especificar) _____

BLOCO 5 – RELAÇÕES FAMILIARES E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

39 Quem é o chefe do domicílio onde reside?

- 01 O próprio
- 02 Cônjuge
- 03 Filho
- 04 Filha
- 05 Pai
- 06 Mãe
- 07 Parentes/afins
- 98 Outro (especificar) _____

40 Qual o número de pessoas sem rendimentos monetários residentes no domicílio?

- 01 Homens _____
- 02 Mulheres _____
- 03 Total _____

41 O Beneficiário ajudou alguém economicamente fora do domicílio nos últimos 12 meses?

- 01 Sim
- 02 Não _____ **Pule para a questão 43**

42 Quantas pessoas?

_____ pessoas

43 Qual das formas de ajuda descritas abaixo praticou nos últimos 12 meses? (marque até 3 respostas, se necessário)

- 01 Prestação de serviços gratuitos
- 02 Mutirão de trabalho
- 03 Atendimento à pessoa doente ou carente
- 04 Cessão de equipamento ou material de trabalho
- 05 Ajuda em espécie
- 06 Nenhuma
- 98 Outros (especificar) _____

44 Indique as principais categorias de produtos doados nos últimos 12 meses (marque até 3 respostas, se necessário):

- 01 Alimentos e Material de Higiene e Limpeza
- 02 Vestuário e Calçado
- 03 Remédios
- 04 Material Escolar
- 05 Insumos
- 06 Utensílios Domésticos
- 98 Outros (especificar) _____

45 O Beneficiário participa de algum grupo ou associação dentre as citadas abaixo? (marque até 3 respostas, se necessário)

- 01 Associação de Produtores Rurais
- 02 Cooperativa de Produtores Rurais
- 03 Sindicato de Trabalhadores Rurais
- 04 Conselhos Municipais de Programas Governamentais
- 05 Movimentos Sociais Organizados
- 06 Grupos Informais (grupo de mulheres, grupo de jovens, grupo de idosos, etc.)
- 07 Não participa _____ **Pule para a questão 47**
- 98 Outro (especificar): _____

46 Quais as principais atividades oferecidas pelas entidades de que participa? (marque até 3 respostas, se necessário)

- 01 Assistencial
- 02 Social e Recreativo
- 03 Prestação de Serviços ou apoio à produção
- 04 Defesa de Direitos
- 98 Outro (especificar):

BLOCO 6 – RELAÇÃO DO BENEFICIÁRIO COM A ATIVIDADE ECONÔMICA

47 O beneficiário ou alguém residente no mesmo domicílio é responsável atualmente por estabelecimento rural?

01 Sim

02 Não

_____ Pule para o Bloco 7

48 Indique a atividade rural predominante ou se o estabelecimento está inativo:

01 Agricultura _____ Pule para a questão 50

02 Pecuária _____ Pule para a questão 50

03 Horticultura _____ Pule para a questão 50

04 Agropecuária _____ Pule para a questão 50

05 Agroindústria _____ Pule para a questão 50

06 Coleta ou extração vegetal _____ Pule para a questão 50

07 Pesca _____ Pule para a questão 50

08 Turismo _____ Pule para a questão 50

09 Inatividade Completa _____ Passe para a questão 49

98 Outro (especificar): _____
_____ Pule para a questão 50

49 Indique a causa do abandono deste estabelecimento.

50 Em quais das formas abaixo o Beneficiário utiliza a renda do seu Benefício Principal?

01 Custeio da atividade produtiva da família

02 Compra de máquinas e/ou equipamentos

98 Outro (especificar) _____

BLOCO 7 – QUADRO OCUPACIONAL

As questões deste bloco devem ser respondidas pelas pessoas de 10 anos ou mais de idade ou por alguém que por elas possa responder, inclusive pelas que não exerceram nenhum tipo de trabalho nos últimos 12 meses.

51 Quadro ocupacional para as pessoas de 10 anos ou mais relativo aos últimos 12 meses (inclusive o Beneficiário)

- d. Quantos meses trabalhou nos últimos 12 meses?
 e. Qual a sua ocupação principal?
 f. Qual a relação de trabalho ou posição na ocupação no estabelecimento, negócio ou função declarada?
 g. Qual o ramo de atividade em que exerceu a ocupação declarada?
 h. Qual o local de ocupação da atividade declarada?
 i. Qual o rendimento da ocupação principal na atividade declarada?
 j. Qual a periodicidade com a qual recebe este rendimento principal?

a.	b.	c.	d.	e.	f.	g.	h.	i.	j.
Grau de Parentesco com Beneficiário	Sexo TC2	Idade (Anos)	Nº de Meses Trab. no período considerado TC3	Ocupação Principal	Rel. de Trab. ou Posição na Ocupação TC4	Ramo de Atividade TC5	Local de Ocupação TC6	Rendimento da Ocupação Principal	Periodicidade do Recebimento TC7
TC1									
01	Beneficiário								
02									
03									
04									
05									
06									
07									
08									
09									
10									

TC1 - Grau de Parentesco

- 01 Beneficiário
 02 Cônjuge
 03 Filho(a)
 04 Parentes ou Afins
 05 Pai/mãe
 06 Agregados
 98 Outros (especificar)

TC2 – Sexo

- 01 Masculino
 02 Feminino

TC3 – Meses Trabalhados

- 99 Não trabalhou

TC4 - Relação de Trabalho na Ocupação

- 01 Conta própria
 02 Assalariado
 03 Meeiro/Parceiro
 04 Arrendatário
 05 Diarista
 06 Ganha por Produção
 07 Ganha por Empreitada
 08 Ajudante da Família
 09 Funcionário Público
 98 Outros (especificar)

TC5 - Ramo de Atividade

- 01 Agropecuária
 02 Extrativismo e Floresta
 03 Pesca
 04 Mineração
 05 Indústria
 06 Comércio
 07 Serviços
 08 Transporte
 09 Construção Civil
 10 Produção Doméstica (artes ou indústria caseira)
 11 Domicílio (serviços domésticos)
 98 Outros (especificar)

TC6 - Local de Ocupação

- 01 No domicílio sem local exclusivo
 02 No domicílio com local exclusivo
 03 Na via pública com equipamento pesado
 04 Na via pública com equipamento leve ou sem
 05 Empresa ou firma
 06 No Estabelecimento Rural
 07 Em casa do cliente ou patrão
 98 Outros (especificar)

TC7 - Regularidade das Fontes de Renda

- 01 Mensal
 02 Anual

BLOCO 8 – QUESTÕES RELATIVAS AOS RENDIMENTOS

A questão 52 deste bloco deve ser respondida por todas as pessoas de 10 anos ou mais, residentes no domicílio, que tenham obtido algum rendimento monetário nos últimos 12 meses. Os valores devem ser apurados em R\$, referentes ao último mês ou à média mensal dos últimos 12 meses.

52 Fontes de renda do Beneficiário e das demais Pessoas do Domicílio.

- a) discriminar rendimentos do Beneficiário, recebidos no mês anterior ou média mensal dos últimos 12 meses.
- b) discriminar rendimentos das demais Pessoas no mês anterior ou média mensal dos últimos 12 meses.

Fontes de Renda Pessoas	Fonte 1 Aposentadoria ou Pensões (R\$)		Fonte 2 Rendimentos da Ocupação Acessória		Fonte 3 Rendimentos de Aluguéis, Juros, Arrendamentos		Fonte 4 Ajudas Financeiras de Amigos e Parentes		Fonte 5 Outras Fontes		TC1 – Periodicidade das Fontes de Renda 01 Mensal 02 Anual
	R\$	TC1	R\$	TC1	R\$	TC1	R\$	TC1	R\$	TC1	
Beneficiário 01											
Pessoa 02											
Pessoa 03											
Pessoa 04											
Pessoa 05											
Pessoa 06											
Pessoa 07											
Pessoa 08											
Pessoa 09											
Pessoa 10											

53 Recebeu nos últimos 12 meses alguma cesta básica ou doação de produtos para consumo familiar?

01 Sim

02 Não

Pule para a questão 55

54 Quais as Instituições Fornecedoras? (marque até 3 respostas, se necessário)

01 Governo

02 Igreja

03 Instituição Civil

98 Outros (especificar) _____

55 Quantas vezes ao ano?

vezes

BLOCO 9 – UTILIZAÇÃO DE RENDIMENTOS E AUTO-CONSUMO

As respostas a seguir devem ser obtidas do chefe do domicílio ou pessoa por ele autorizada.

56 Este Domicílio obteve nos últimos 12 meses produtos agropecuários, originários de estabelecimento rural próprio ou de terceiros, para autoconsumo?

01 Sim

02 Não

_____ Pule para a questão 58

57 Especifique em até 10 os principais produtos, originários de estabelecimento rural próprio ou de terceiros, consumidos ou armazenados para autoconsumo e as suas respectivas quantidades:

ESPÉCIE	QUANTIDADE	UNIDADE	OBSERVAÇÕES
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			

58 Nos últimos doze meses teve algum gasto ou perda material imprevistos para os quais tivesse de gastar parte importante da sua renda familiar

01 Sim

02 Não

_____ Pule para a questão 61

59 Que tipo de gasto ou perdas extraordinárias o Sr.(a) teve nos últimos doze meses e quais os valores correspondentes? (marque até 3 respostas, se necessário)

Item	Despesa em R\$ dos últimos 12 meses
01. Despesas de Consumo	
02. Despesas de Produção	
98. Outras Despesas (especificar):	

60 Algum dos gastos ou perdas extraordinárias citados na questão anterior ocorreu no último mês?

01 Sim

02 Não

_____ Pule para a questão 62

61 Qual o tipo e o valor do gasto citado no último mês? (marque até 3 respostas, se necessário)

Item	Despesa em R\$ no mês anterior
01. Despesas de Consumo	
02. Despesas de Produção	
98. Outras Despesas (especificar):	

62 Dos seus gastos normais e previsíveis realizados no último mês ou nos últimos 12 meses (exceto despesas extraordinárias que declarou nas questões anteriores), estime o valor para os seguintes itens:

Item	Despesa em R\$	Periodicidade dos gastos normais: 01 mensal 02 anual
DESPESAS DE CONSUMO		
01. Alimentos e Material de Higiene e Limpeza		
02. Transporte		
03. Saúde		
04. Educação		
05. Vestuário e calçado		
06. Habitação (Água, Energia, Aluguel)		
07. Serviços Pessoais		
08. Recreação (Lazer)		
DESPESAS DE PRODUÇÃO		
09. Custeio de atividades produtivas da família		
10. Arrendamento de terra		
OUTRAS DESPESAS		
11. Ajuda a amigos ou parentes		
12. Utensílios domésticos		
98. Outros (especificar):		

63 Especificar os Bens Patrimoniais comprados nos últimos 12 meses (por exemplo, máquinas, equipamentos, animais, etc.):

Item	Valor de Compra em R\$

64 Especificar os Bens Patrimoniais vendidos nos últimos 12 meses (por exemplo, máquinas, equipamentos, animais, etc.):

Item	Valor de Venda em R\$

65 Especifique as dívidas da família no momento da entrevista

<input type="checkbox"/>	01 Bancos – Crédito pessoal	R\$	_____
<input type="checkbox"/>	02 Bancos – Crédito rural	R\$	_____
<input type="checkbox"/>	03 Familiares e Terceiros	R\$	_____
<input type="checkbox"/>	04 Farmácia, Mercado e Açougue	R\$	_____
<input type="checkbox"/>	05 Armazém de Construção	R\$	_____
<input type="checkbox"/>	06 Lojas de Eletrodoméstico ou Móveis	R\$	_____
<input type="checkbox"/>	98 Outro (especificar):	R\$	_____

66 O que o Sr.(a) acha que poderia ser feito para melhorar o Sistema de Aposentadorias e Pensões Rurais?
